



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XVIII — N° II

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 1 DE MAIO DE 1963

## CONGRESSO NACIONAL

### Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais.

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, n. IV do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 7, 11, 14, 16, 20, 22, 28 e 30 de maio do ano em curso, às 21h 30m no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos vetos presidenciais abaixo mencionados:

*Dia 7 de maio:*

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 4.676-A-62 na Câmara e número 163-62 no Senado que aplica aos cargos e funções do Quadro do Pessoal dos Órgãos da Justiça do Trabalho da 3ª Região as disposições das Leis nºs 3.780, de 12 de julho de 1960 e 3.826, de 25 de novembro de 1960 e das outras providências.

*Dia 9 de maio:*

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 4.470-B-62 na Câmara e número 4-63 no Senado, que altera o Anexo I da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960 na parte referente aos Operadores Postais e dá outras providências.

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.568-B-61 na Câmara e número 120-62 no Senado, que transforma em unidades universitárias os cursos de Odontologia e de Farmácia da Universidade de Minas Gerais;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.011-B-60 na Câmara e número 44-62 no Senado, que desincorpora do Patrimônio da União e devolve à plena propriedade da Sociedade Filarmônica "Lyra" o imóvel situado à rua S. Joaquim nº 239, na Capital do Estado de São Paulo.

*Dias 14 e 16 de maio:*

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 4.577-A-58 na Câmara e número 16-63 no Senado, que reestrutura o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, transformando-o em autarquia.

*Dias 20, 22, 28 e 30 de maio:*

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.837-H-60, na Câmara e número 94-61 no Senado, que dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural;

Senado Federal, 18 de março de 1963.

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente

3ª sessão conjunta da 1ª sessão legislativa ordinária da 5ª legislatura

Em 7 de Maio de 1963, às 21 horas e 30 minutos

### ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial), ao Projeto de Lei nº 4.676-A/62 na Câmara e nº 163/62 no Senado que aplica aos cargos e funções do Quadro do Pessoal dos Órgãos da Justiça do Trabalho da 3ª Região as disposições das Leis nºs 3.780 de 12 de julho de 1960 e 3.826, de 25 de novembro de 1960

e dá outras providências, tendo Relatório, sob nº 9/63, da Comissão Mista designada de acordo com o art. 30 do Regimento Comum.

#### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº

Dispositivo a que se refere

- |   |   |
|---|---|
| 1 | Do art. 2º as palavras: "da gratificação mensal..."   |
| 2 | Do art. 7º as palavras: "...Com exceção dos cargos cujos cujo provimento poderá ser feito por livre nomeação..."            |
| 3 | Do § 4º do art. 7º as palavras: "...e promoção..."  |
| 4 | Do art. 17 as palavras: "... de título..."  |
| 5 | Da tabela - a parte vetada:<br>22 Oficial Judiciário — PJ-5<br>31 Oficial Judiciário — PJ-6<br>17 Oficial Judiciário — PJ-7 |

5ª sessão conjunta da 1ª sessão legislativa ordinária da 5ª legislatura

Em 9 de Maio de 1963, às 21 horas e 30 minutos

### ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais:

1º — Ao Projeto de Lei nº 4.470-B-62 na Câmara e nº 4-63 no Senado, que altera o Anexo I da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, na parte referente aos Operadores Postais e dá outras providências (veto parcial), tendo Relatório sob nº 10/63, da Comissão Mista designada de acordo com o art. 30 do Regimento Comum.

2º — Ao Projeto de Lei nº 2.568-B-61, na Câmara e nº 120-62 no Senado, que transforma em unidades universitárias os cursos de Odontologia e de Farmácia da Universidade de Minas Gerais (veto parcial), tendo Relatório, sob nº 11-63, da Comissão Mista designada de acordo com o art. 30 do Regimento Comum.

3º — Ao Projeto de Lei nº 2.011-B-60 na Câmara e nº 44-62 no Senado, que desincorpora do Patrimônio da União e devolve à plena propriedade da Sociedade Filarmônica "Lyra", o imóvel situado à rua S. Joaquim nº 239, na Capital do Estado de São Paulo (Veto total), tendo Relatório, sob nº 12-63, da Comissão Mista designada de acordo com o art. 30 do Regimento Comum.

#### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº

Dispositivo a que se refere

- |  |   |
|--|---|
| 1º veto — Projeto de Lei que altera o Anexo I da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, na parte referente aos Operadores Postais e dá outras providências.   | 1 |
| (Art. 3º e seu parágrafo)  |   |
| (Art. 5º)  |   |
| (Anexo I)  |   |
| Art. 4º  | 2 |
| 2º veto — Projeto que transforma em unidades universitárias os cursos de Odontologia e de Farmácia da Universidade de Minas Gerais.  | 3 |
| Art. 4º  |   |
| 3º veto — Projeto de Lei que desincorpora do Patrimônio da União e devolve à plena propriedade da Sociedade Filarmônica "Lyra" o imóvel situado à rua São Joaquim nº 239, na Capital do Estado de São Paulo. | 4 |
| Totalidade do projeto.   |   |

## SENADO FEDERAL

## MESA

Presidente — Moura Andrade (PSD — SP)  
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB — MG)  
 Primeiro-Secretário — Ruy Palmeira (UDN — AL)  
 Segundo-Secretário — Gilberto Marinho (PSD — GB)  
 Terceiro-Secretário — Mourão Vieira (PTB — AM)  
 Quarto-Secretário — Cattete Pinheiro (PTN — PA)  
 Primeiro Suplente — Joaquim Parente (UDN — PD)  
 Segundo Suplente — Guido Mondim (PSD — RS)  
 Terceiro Suplente — Carlos Jereissati (PTB — CE)

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

## PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

1. José Guilomard — Acre.
2. Louão da Silveira — Pará.
3. Eugênio Barros — Maranhão.
4. Sebastião Archer — Maranhão.
5. Victorino Freire — Maranhão.
6. Sigefredo Pacheco — Piauí.
7. Menezes Pimentel — Ceará.
8. Wilson Gonçalves — Ceará.
9. Walfredo Gurgel — R. G. Norte.
10. Ruy Carneiro — Paraíba.
11. Leite Neto — Sergipe.
12. Antônio Balbino (em exercício o suplente Ernesto Catalão, do PTB) — Bahia.
13. Jefferson de Aguiar — Espírito Santo.
14. Gilberto Marinho — Guanabara.
15. Moura Andrade — São Paulo.
16. Atílio Fontana — Santa Catarina.
17. Guido Mondim — R. G. Sul.
18. Benedicto Valladares — Minas Gerais.
19. Filinto Müller — Mato Grosso.
20. José Feliciano — Goiás.
21. Juscelino Kubitschek — Goiás.
22. Pedro Ludovico — Goiás.

## PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

1. Adalberto Sena — Acre.
2. Oscar Pessoa (em exercício o Suplente Eduardo Assmar) — Acre.
3. Vivaldo Lima — Amazonas.
4. Mourão Vieira — Amazonas.
5. Artur Virgílio — Amazonas.
6. Carlos Jereissati — Ceará.
7. Dix-Huit Rosado — R. G. Norte.
8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
9. Barros Carvalho — Pernambuco.
10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco.
11. José Ernirio (em exercício o suplente Pinto Ferreira) — Pernambuco.
12. Silvestre Péricles — Alagoas.
13. Vasconcelos Torres — Rio de Janeiro.
14. Nelson Maculan — Paraná.
15. Amaury Silva — Paraná.
16. Nogueira da Gama — Minas Gerais.
17. Bezerra Neto — Mato Grosso.

## UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)

1. Zacarias de Assunção — Pará.
2. Joaquim Parente — Piauí.
3. José Cândido — Piauí.
4. Dinarte Mariz — R. G. Norte.
5. João Agripino — Paraíba.
6. Rui Palmeira — Alagoas.
7. Eurico Rezende — Espírito Santo.
8. Afonso Arinos — Guanabara.
9. Padre Calazans — São Paulo.
10. Adolpho Franco — Paraná.
11. Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
12. Antônio Carlos — Santa Catarina.
13. Daniel Krieger — R. G. Sul.
14. Milton Campos — Minas Gerais.
15. Lopes da Costa — Mato Grosso.

## PARTIDO LIBERTADOR (PL)

1. Aloysio de Carvalho — Bahia.
2. Mem de Sá — R. G. Sul.

## PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

1. Catete Pinheiro — Pará.
2. Lino de Matos (em exercício o Suplente Linneu Gomes) — São Paulo.

## PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)

1. Raul Gluberti — Espírito Santo.
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro.

## PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

1. Aurélio Viana — Guanabara.

## MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro.

## PARTIDO REPUBLICANO (PR)

1. Júlio Leite — Sergipe.

## PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

1. Arnon de Melo — Alagoas.

## SEM LEGENDA

1. Josaphat Marinho — Bahia.
2. Heribaldo Vieira — Sergipe.

## RESUMO

Partido Social Democrático (P. S. D.)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (P. T. B.)	17
União Democrática Nacional (U. D. N.)	15
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (P. T. N.)	2
Partido Social Progressista (P. S. P.)	2
Partido Socialista Brasileiro (P. S. B.)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Democrata Cristão (P. D. C.)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
Sem legenda	64
Total	66

## BLOCOS PARTIDÁRIOS

- 1º — Maioria (39 Membros):

PSD

PTB

- 2º — Minoria (17 Membros):

UDN

PL

- 3º — Pequenas Representações (9 Membros):

PTN

PSP

PSB

MTR

PR

PDC

Josaphat Marinho (Sem Legenda).

EXPEDIENTE  
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALEERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

## ASSINATURAS

## REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Gr\$ 50,00	Semestre	Gr\$ 39,00
Ano	Gr\$ 96,00	Ano	Gr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Gr\$ 136,00	Ano	Gr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão-se tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

## LIDERANÇAS

## I — DOS BLOCOS PARTIDÁRIOS

## MAIORIA

- Lider  
Barros Carvalho (PTB — RJ)
- Vice-Líderes  
Victorino Freire (PSD — MA)  
Vasconcelos Torres (PTB — RJ)  
Jefferson de Aguiar (PSD — ES)  
Lobão da Silveira (PSD — PA)

## MINORIA

- Lider  
João Agripino (UDN — PB)

- Vice-Líderes  
Daniel Krieger (UDN — RS)  
Mem de Sá — (PL — RS)

## PEQUENAS REPRESENTAÇÕES

- Lider  
Lino de Matos (PTN — SP)
- Vice-Lider  
Aurélio Viana (PSB — AL)

## II — DOS PARTIDOS

PSD

Lider

Benedicto Valladares (MG)

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)  
Sigefredo Pacheco (PI)  
Walfredo Gurgel (RN)

PTB

Lider

Artur Virgílio (AM)

Vice-Líderes

Amaury Silva (PR)  
Vivaldo Lima (AM)  
Bezerra Neto (MT)

UDN

Lider

Daniel Krieger (RS)

Vice-Líderes

Eurico Rezende (ES)  
Padre Calazans (SP)  
Adolfo Franco (PR)  
PL

Lider

Mem de Sá (RS)

Vice-Lider

Aloysio de Carvalho (BA)

PTN

Lider

Lino de Matos (SP)

Vice-Lider

Catete Pinheiro (PA)

PSP

Lider

Miguel Couto (RJ)

Vice-Lider

Raul Gluberti (ES)

## COMISSÕES PERMANENTES

## Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente (PSD)  
 Nogueira da Gama (PTB)  
 Mourão Vieira (PTB)  
 Rui Palmeira (UDN)  
 Gilberto Marinho (PSD)  
 Cattete Pinheiro (PTN)  
 Joaquim Parente (UDN)  
 Guido Mondim (PSD)  
 Carlos Jereissati (PTB)

**Comissão de Agricultura**

(7 MEMBROS)

Presidente — Nelson Maculan (PTB).  
Vice-Presidente — Eugênio Barros (PSD).

**COMPOSIÇÃO****PSD****Titulares**

1. Eugênio Barros
2. José Feliciano

**Suplentes**

1. Atilio Fontana
2. Pedro Ludovico

**PTB****Titulares**

1. Nelson Maculan
2. Dix-Huit Rosado
3. Raul Giuberti

**Suplentes**

1. Eduardo Catalão
2. Aarão Steinbruch
3. Adalberto Sena

**UDN****Titulares**

1. Lopes da Costa
2. Antônio Carlos

**Suplentes**

1. Daniel Krieger
2. João Agripino

**Comissão de Constituição e Justiça**

(11 MEMBROS)

Presidente — Milton Campos — (UDN).

Vice-Presidente — Wilson Gonçalves (PSD).

**COMPOSIÇÃO****PSD****Titulares**

1. Jefferson de Aguiar
2. Ruy Carneiro
3. Lobão da Silveira
4. Wilson Gonçalves
5. Josaphat Marinho

**Suplentes**

1. Menezes Pimentel
2. Leite Neto
3. Benedito Valladares
4. Aarão Steinbruch
5. Heribaldo Vieira

**PTB****Titulares**

1. Amaury Silva
2. Bezerra Neto
3. Pinto Ferreira

**Suplentes**

1. Artur Virgílio
2. Argemiro de Figueiredo
3. Silvestre Péricles

**UDN****Titulares**

1. Aloysio de Carvalho
2. Eurico Rezende
3. Milton Campos

**Suplentes**

1. Afonso Arinos
2. Daniel Krieger
3. João Agripino

**Comissão do Distrito Federal**

(7 MEMBROS)

Presidente — Lino de Matos (PTN).  
Vice-Presidente — Pedro Ludovico (PSD).

**COMPOSIÇÃO****PSD****Titulares**

1. Menezes Pimentel
2. Pedro Ludovico
3. Lino de Matos

**Suplentes**

1. Filinto Müller
2. Eugênio Barros
3. Heribaldo Vieira

**PTB****Titulares**

1. Vasconcelos Torres
3. Oscar Passos

**Suplentes**

1. Dix-Huit Rosado
2. Aarão Steinbruch

**UDN****Titulares**

1. Dinarte Mariz
2. Eurico Rezende

**Suplentes**

1. Lopes da Costa
2. Zacarias de Assunção

**Comissão de Economia**

(9 MEMBROS)

Presidente — Filinto Müller (PSD).  
Vice-Presidente — Eduardo Catalão (PTB).

**COMPOSIÇÃO****PSD****Titulares**

1. Filinto Müller
2. Eugênio Barros
3. Atilio Fontana
4. José Guimard

**Suplentes**

1. Jefferson de Aguiar
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer
4. Josaphat Marinho

**PTB****Titulares**

1. Eduardo Catalão
2. Nelson Maculan
3. Júlio Leite

**Suplentes**

1. Oscar Passos
2. Bezerra Neto
3. Pinto Ferreira

**UDN****Titulares**

1. Adolfo Franco
2. Lopes da Costa

**Suplentes**

1. José Cândido
2. Zacarias de Assunção

**Comissão de Educação e Cultura**

(7 MEMBROS)

Presidente — Menezes Pimentel (PSD).  
Vice-Presidente — Padre Calazans (UDN).

**COMPOSIÇÃO****PSD****Titulares**

1. Menezes Pimentel
2. Walfredo Gurgel

**Suplentes**

1. Benedito Valladares
2. Sigefredo Pacheco

**PTB****Titulares**

1. Adalberto Sena
2. Pinto Ferreira

**Suplentes**

1. Pessoa de Queiroz
2. Amaury Silva

**UDN****Titulares**

1. Antônio Carlos
2. Padre Calazans
3. Mem de Sá

**Suplentes**

1. Adolfo Franco
2. Milton Campos
3. Arnon de Melo

**Comissão de Finanças**

(15 MEMBROS)

Presidente — Argemiro de Figueiredo (PTB).  
Vice-Presidente — Daniel Krieger (UDN).

**COMPOSIÇÃO****PSD****Titulares**

1. Victorino Freire
2. Lobão da Silveira
3. Sigefredo Pacheco
4. Wilson Gonçalves
5. Leite Neto

**Suplentes**

1. José Guimard
2. Eugênio Barros
3. Menezes Pimentel
4. Atilio Fontana
5. Pedro Ludovico

**PTB****Titulares**

1. Argemiro de Figueiredo
2. Bezerra Neto
3. Dix-Huit Rosado
4. Pessoa de Queiroz
5. Eduardo Catalão

**Suplentes**

1. Nelson Maculan
2. Lino de Matos
3. Vasconcelos Torres
4. Amaury Silva
5. Aurélio Vianna

**UDN****Titulares**

1. Daniel Krieger
2. Dinarte Mariz
3. Irine Bornhausen
4. Lopes da Costa

**Suplentes**

1. Adolfo Franco
2. Eurico Rezende
3. João Agripino
4. Milton Campos

**PL****Titulares**

1. Mem de Sá

**Suplentes**

1. Aloysio de Carvalho

**Comissão de Legislação Social**

(9 MEMBROS)

Presidente — Vivaldo Lima (PTB).  
Vice-Presidente — Ruy Carneiro (PSD).

**COMPOSIÇÃO****PSD****Titulares**

1. Ruy Carneiro
2. Walfredo Gurgel
3. José Guimard
4. Raul Giuberti

**Suplentes**

1. Leite Neto
2. Lobão da Silveira
3. Eugênio Barros
4. Júlio Leite

**PTB****Titulares**

1. Vivaldo Lima
2. Amaury Silva
3. Heribaldo Vieira

**Suplentes**

1. Aurélio Vianna
2. Pessoa de Queiroz
3. Vasconcelos Torres

**UDN****Titulares**

1. Eurico de Rezende
2. Antônio Carlos

**Suplentes**

1. Lopes da Costa
2. Zacarias de Assunção

**Comissão do Polígono das Sêcas**

(7 MEMBROS)

Presidente — Ruy Carneiro (PSD).  
Vice-Presidente — Aurélio Vianna (PSB).

**COMPOSIÇÃO****PSD****Titulares**

1. Wilson Gonçalves
2. Ruy Carneiro

**Suplentes**

1. Sigefredo Pacheco
2. Leite Neto

**PTB****Titulares**

1. Dix-Huit Rosado
2. Heribaldo Vieira
3. Aurélio Vianna

**Suplentes**

1. Argemiro de Figueiredo
2. Arnon de Melo
3. Julio Leite

**UDN****Titulares**

1. Dinarte Mariz
2. José Cândido

**Suplentes**

1. João Agripino
2. Lopes da Costa

**Comissão de Redação**

(5 MEMBROS)

Presidente — Dix-Huit Rosado.  
Vice-Presidente — Padre Calazans.

**COMPOSIÇÃO****PSD****Titulares**

1. Walfredo Gurgel
2. Sebastião Archer

**Suplentes**

1. Lobão da Silveira
2. José Feliciano

**PTB****Titulares**

1. Dix-Huit Rosado

**Suplentes**

1. Heribaldo Vieira

**UDN****Titulares**

1. Padre Calazans
2. Júlio Leite

**Suplentes**

1. João Agripino
2. Josaphat Marinho

**Comissão de Relações Exteriores**

(11 MEMBROS)

Presidente — Jefferson de Aguiar (PSD).  
Vice-Presidente — Pessoa de Queiroz (PTB).

**COMPOSIÇÃO****PSD****Titulares**

1. Benedito Valladares
2. Filinto Müller
3. Jefferson de Aguiar
4. Aarão Steinbruch

**Suplentes**

1. Menezes Pimentel
2. Ruy Carneiro

3. José Guimard  
4. Victorino Freire

PTB

Titulares

1. Pessoa de Queiroz  
2. Vivaldo Lima  
3. Eduardo Catalão

Suplentes

1. Vasconcelos Torres  
2. Oscar Passos  
3. Argemiro de Figueiredo

UDN

Titulares

1. Antônio Carlos  
2. José Cândido  
3. Padre Calazans  
4. Arnon de Melo

Suplentes

1. Daniel Krieger  
2. Eurico Rezende  
3. João Agripino  
4. Mem de Sá

### Comissão de Saúde

(5 MEMBROS)

Presidente — Lopes da Costa (UDN)  
Vice-Presidente — Dix-Huit-Rosado (PTB)

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares

1. Pedro Ludovico  
2. Sigefredo Pacheco

Suplentes

1. Eugenio Barros  
2. Walfredo Gurgel

PTB

Titular

1. Dix-Huit-Rosado

Suplente

1. Adalberto Sena

UDN

Titular

1. Lopes da Costa

Suplente

1. Dinarte Mariz

PSP

Titular

1. Miguel Couto

Suplente

1. Raul Giuberti

### Comissão de Segurança Nacional

(7 MEMBROS)

Presidente — Zacarias de Assunção (UDN)  
Vice-Presidente — Silvestre Péricles (PTB)

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares

1. José Guimard  
2. Victorino Freire

Suplentes

1. Ruy Carneiro  
2. Atilio Fontana

PTB

Titulares

1. Oscar Passos  
2. Silvestre Péricles

Suplentes

1. Dix-Huit-Rosado  
2. Eduardo Catalão

UDN

Titulares

1. Irineu Bornhausen  
2. Zacarias de Assunção

Suplente

1. Adolfo Franco  
2. Eurico Rezende

PSP

Titular

1. Raul Giuberti

Suplente

1. Miguel Couto

### Comissão de Serviço Público Civil

(7 MEMBROS)

Presidente — Silvestre Péricles (PTB)  
Vice-Presidente — Leite Neto (PSD)

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares

1. Leite Neto  
2. Sigefredo Pacheco

Suplentes

1. Victorino Freire  
2. Benedicto Valladares

PTB

Titulares

1. Silvestre Péricles  
2. Nelson Maculan

Suplentes

1. Pinto Ferreira  
2. Eduardo Catalão

UDN

Titulares

1. Antônio Carlos  
2. Padre Calazans

Suplentes

1. Dinarte Mariz  
2. Lopes da Costa

PL

Titular

1. Aloysio de Carvalho

Suplente

1. Mem de Sá

### Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

(5 MEMBROS)

Presidente — José Feliciano (PSD)  
Vice-Presidente — Irineu Bornhausen (UDN)

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares

1. José Feliciano  
2. Sebastião Archer

Suplentes

1. Jefferson de Aguiar  
2. Filinto Müller

PTB

Titulares

1. Bezerra Neto  
2. Lino de Mattos

Suplentes

1. Silvestre Péricles  
2. Miguel Couto

UDN

Titular

1. Irineu Bornhausen

Suplente

1. Zacarias de Assunção

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961

(Dispõe sobre: Altera os arts. 26, 56, 58, 60, 110 e o parágrafo único do art. 112 da Constituição Federal).

— organização administrativa do Distrito Federal;

— vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal;

— regime de rendas do Distrito Federal;

— composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e do Tribunal Superior Eleitoral;

— processo de escolha do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal;

— aplicação da cota do imposto de renda destinada aos Municípios.

Membros (\*) Partidos

1. Jefferson de Aguiar — Relator — PSD  
2. Lobão da Silveira — PSD  
3. Ruy Carneiro — PSD  
4. Benedicto Valladares — PSD  
5. Wilson Gonçalves — PSD  
6. Nelson Maculan — PTB  
7. Silvestre Péricles — PTB  
8. Nogueira da Gama — PTB  
9. Barros Carvalho — PTB  
10. Daniel Krieger — Vice-Presidente — UDN  
11. Lopes da Costa — UDN  
12. Milton Campos — UDN  
13. Heribaldo Vieira — UDN  
14. Ruy Palmeira — UDN  
15. Aloysio de Carvalho — PL  
16. Mem de Sá — PL

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1961

Altera o parágrafo 1º do art. 191 da Constituição Federal. (Aposentadoria do funcionário aos trinta anos de serviço).

Membros (\*) Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD  
2. Lobão da Silveira — PSD  
3. Ruy Carneiro — PSD  
4. Benedicto Valladares — PSD  
5. Wilson Gonçalves — PSD  
6. Silvestre Péricles — Relator — PTB  
7. Amaury Silva — PTB  
8. Nogueira da Gama — PTB  
9. Barros Carvalho — PTB  
10. Daniel Krieger — UDN  
11. Lopes da Costa — UDN  
12. Milton Campos — UDN  
13. Ruy Palmeira — UDN  
14. Heribaldo Vieira — UDN  
15. Aloysio de Carvalho — Presidente — PL  
16. Mem de Sá — PL

(\*) Eleitos em 15.6.61, com exceção dos Srs. Senadores:

Barros Carvalho — designado em 30.2.1962

Nelson Maculan — designado em 15.5.1962

Lobão da Silveira — designado em 23.4.1963

Lopes da Costa — designado em 29.10.1962

Prorrogações:

Até 15.12.1962 — Requerimento número 611-61, aprovado em 15.12.61

Até 15.12.1963 — Requerimento número 778-62, aprovado em 12.12.62

(\*) Eleitos em 21.6.62, salvo os Srs. Senadores:

Lobão da Silveira, Wilson Gonçalves e Amaury Silva, designados em 23 de abril de 1963

Prorrogações:

Até 15.12.1962 — Requerimento número 610-61, aprovado em 14.12.1961

Até 15.12.1963 — Requerimento número 798-62, aprovado em 12.12.1962

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1961

Dá nova redação ao item III do art. 95 da Constituição Federal.

(Irredutibilidade dos vencimentos dos juizes).

Membros (\*) Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD  
2. Lobão da Silveira — PSD  
3. Ruy Carneiro — PSD  
4. Benedicto Valladares — PSD  
5. Wilson Gonçalves — PSD  
6. Silvestre Péricles — PSD  
7. Bezerra Neto — PTB  
8. Nogueira da Gama — PTB  
9. Barros Carvalho — PTB  
10. Daniel Krieger — UDN  
11. Lopes da Costa — UDN  
12. Milton Campos — Vice-Presidente — UDN  
13. Heribaldo Vieira — UDN  
14. Ruy Palmeira — UDN  
15. Aloysio de Carvalho — PL  
16. Mem de Sá — PL

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1961

Dá nova redação ao art. 63, item I, da Constituição Federal.

(Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado incluindo as de propor a exoneração dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente e aprovar o estabelecimento, rompimento e reatamento de relações diplomáticas com países estrangeiros).

Membros (\*) Partidos

1. Menezes Pimentel — PSD  
2. Wilson Gonçalves — PSD  
3. Lobão da Silveira — PSD  
4. Ruy Carneiro — PSD  
5. Guilo Mondin — PSD  
6. Silvestre Péricles — PSD  
7. Vivaldo Lima — PTB  
8. Amaury Silva — PTB

(\*) Eleitos em 27 de junho de 1961, salvo os Srs. Senadores:

Lopes da Costa, designado em 29 de outubro de 1962.

Lobão da Silveira, designado em 23 de abril de 1963.

Bezerra Neto, designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15.12.1962 — Requerimento número 609-61, aprovado em 14.12.1961.

Até 15.12.1963 — Requerimento número 779-62, aprovado em 12.12.1962.

(\*) Eleitos em 4.10.1961, salvo os Srs. Senadores:

Guilo Mondin — designado em 29 de outubro de 1962

Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963

Wilson Gonçalves — designado em 23.4.1963

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963

Pinto Ferreira — designado em 23 de abril de 1963

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1963

Prorrogações:

Até 15.12.1962 — Requerimento número 607-61, aprovado em 14.12.61.

Até 16.12.1963 — Requerimento número 780-62, aprovado em 12.12.62.

9. Pinto Ferreira — PTB  
10. Eurico Rezende — UDN  
11. Daniel Krieger — UDN  
12. Milton Campos — UDN  
13. Heribaldo Vieira — UDN  
14. Lopes da Costa — UDN  
15. Aloysio de Carvalho — PL  
16. Lino de Matos — PTN

**Comissão Especial do Projeto  
de Emenda à Constituição  
nº 8, de 1957**

Acrescenta item ao art. 3º do Capítulo II — Presidente da República — da Emenda Constitucional nº 4, de 1961, que instituiu o sistema parlamentar de governo.

(Sobre a exoneração, por proposta do Senado, do chefe de missão diplomática de caráter permanente).

**Membros (\*) Partidos**

1. Menezes Pimentel — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Jefferson de Aguiar — PSD
5. Guido Mondin — PSD
6. Pinto Ferreira — PTB
7. Bezerra Neto — PTB
8. Amaury Silva — PTB
9. Vivaldo Lima — PTB
11. Eurico Rezende — UDN
10. Daniel Krieger — UDN
12. Milton Campos — UDN
13. Heribaldo Vieira — UDN
14. Lopes da Costa — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Lino de Matos — PTN

**Comissão Especial do Projeto  
de Emenda à Constituição  
nº 1, de 1962**

(Altera redação do art. 186 da Constituição, referente à obrigatoriedade de concurso para a investidura em cargo inicial da carreira, instituindo a proibição de nomeações interinas).

(\*) Eleitos em 5.10.1961, salvo os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962

Guido Mondin — designado em 29 de outubro de 1962

Jefferson de Aguiar — designado em 23.4.1963

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963

Pinto Ferreira — designado em 23 de abril de 1963

Bezerra Neto — designado em 23 de abril de 1963

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1962

Prorrogações:

Até 15.12.1962 — Requerimento número 608-61, aprovado em 11.12.1962.

Até 15.12.1963 — Requerimento número 781-62, aprovado em 12.12.1962.

**Membros (\*)**

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Silvestre Péricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Eurico Rezende — UDN
13. João Agripino — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Aurélio Vianna — PTB

**Comissão Especial do Projeto  
de Emenda à Constituição  
nº 2, de 1962**

(Institui nova discriminação de rendas em favor dos Municípios brasileiros).

**Membros (\*) Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Silvestre Péricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josafá Marinho — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Lino de Matos — PTN

**Comissão Especial do Projeto  
de Emenda à Constituição  
nº 9, de 1961**

Acrescenta dispositivo ao art. 15, revoga o item V e o § do art. 19, substitui o § 2º do art. 19 e o art. 22 da Constituição.

(Modifica o regime de discriminação de rendas).

(\*) Eleitos em 10.5.1962, salvo os Srs. Senadores:

Menezes Pimentel — designado em 15.5.1962

Wilson Gonçalves — designado em 23.4.1963

Leite Neto — designado em 23 de abril de 1963

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963

João Agripino — designado em 23 de abril de 1963

Aurélio Vianna — designado em 23 de abril de 1963

Prorrogação:

Até 15.12.1963 — Requerimento número 785-62, aprovado em 12.12.1962.

(\*) Eleitos em 23.5.1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves — designado em 23.4.1963

Leite Neto — designado em 23 de abril de 1963

Josafá Marinho — designado em 23 de abril de 1963

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963

Prorrogação:

Até 15.12.1962 — Requerimento número 786-62, aprovado em 12.12.1962.

**Membros (\*) Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Menezes Pimentel — PSD
3. Felinto Müller — PSD
4. Guido Mondin — PSD
5. Ruy Carneiro — PSD
6. Amaury Silva — PTB
7. Barros Carvalho — PTB
8. Argemiro Figueiredo — PTB
9. Bezerra Neto — PTB
10. Daniel Krieger — UDN
11. Eurico Rezende — UDN
12. Milton Campos — UDN
13. Heribaldo Vieira — UDN
14. Ruy Palmeira — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Lino de Matos — PTN

**Comissão Especial do Projeto  
de Emenda à Constituição  
nº 13, de 1961**

Acrescenta parágrafo ao art. 15 da Constituição Federal (atribuição da parcela proveniente das cotas de impostos destinados aos Municípios).

**Membros (\*) Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Guido Mondin — PSD
6. Silvestre Péricles — PTB
7. Nogueira da Gama — PTB
8. Barros de Carvalho — PTB
9. Milton Campos — UDN
10. Heribaldo Vieira — UDN
11. Lopes da Costa — UDN
12. João Agripino — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Aloysio de Carvalho — PL
15. Josafá Marinho — PTN
16. Lino de Matos — PTN

**Comissão Especial do Projeto  
de Emenda à Constituição  
nº 11, de 1961**

Acrescenta parágrafo 4º a 5º ao art. 28 da Constituição Federal. (Criação de novos Municípios).

(\*) Eleitos em 20.11.1961, salvo os Srs. Senadores:

Barros Carvalho — designado em 30.3.1962

Guido Mondin — designado em 29 de outubro de 1962

Jefferson de Aguiar — designado em 23.4.1963

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1963

Bezerra Neto — designado em 23 de abril de 1963

Prorrogações:

Até 15.12.1962 — Requerimento número 605-61, aprovado em 14.12.61.

Até 15.12.1963 — Requerimento número 782-62, aprovado em 12.12.62.

(\*) Eleitos em 23.3.1962, salvo os Srs. Senadores:

Lopes da Costa — designado em 30.3.1962

Guido Mondin — designado em 29 de outubro de 1962

Wilson Gonçalves — designado em 23.4.1963

João Agripino — designado em 23 de abril de 1963

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963

Josafá Marinho — designado em 23 de abril de 1963

Prorrogação:

Até 15.12.1963 — Requerimento número 783-62, aprovado em 12.12.1962.

**Membros (\*) Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Guido Mondin — PSD
6. Silvestre Péricles — PTB
7. Nogueira da Gama — PTB
8. Barros Carvalho — PTB
9. Milton Campos — UDN
10. Heribaldo Vieira — UDN
11. Eurico Rezende — UDN
12. João Agripino — UDN
13. Lopes da Costa — UDN
14. Aloysio de Carvalho — PL
15. Miguel Costa — PLP
16. Catete Pinheiro — PTN

**Comissão Especial do Projeto  
de Emenda à Constituição  
nº 3, de 1962**

(Dispõe sobre a data de início do prazo previsto na Emenda Constitucional nº 4).

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Silvestre Péricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. João Agripino — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Josafá Marinho — PTN

**Comissão Especial do Projeto  
de Emenda à Constituição  
nº 5, de 1962**

Dá nova redação ao art. 13 da Constituição. (Determina a entrega ao Município de 30% da arrecadação dos Estados quando exceder as rendas municipais).

(\*) Eleitos em 28.3.1962, salvo os Srs. Senadores:

Guido Mondin — designado em 29 de outubro de 1962

Wilson Gonçalves — designado em 23.4.1963

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963

João Agripino — designado em 23 de abril de 1963

Catete Pinheiro — designado em 23 de abril de 1963

Prorrogação:

Até 15.12.1963 — Requerimento número 784-62, aprovado em 12.12.1962.

(\*) Eleitos em 10.7.1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves

Leite Neto

João Agripino

Eurico Rezende e

Josafá Marinho (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 — Requerimento número 787-62, aprovado em 12.12.1962.



## Membros (\*) Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Pinto Ferreira — PTB
7. Nogueira da Gama — PTB
8. Barros Carvalho — PTB
9. Milton Campos — UDN
10. Heribaldo Vieira — UDN
11. Josafá Marinho — UDN
12. Daniel Krieger — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Mem de Sá — PL
15. Miguel Couto — PSP

## Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1962

Altera a redação dos §§1º e 3º do art. 60 da Constituição Federal.

(Aumenta para 4 o número de representantes dos Estados e do Distrito Federal no Senado).

## Membros (\*) Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedito Valladares — PSD
6. Benedito Valladares — PSD
7. Pinto Ferreira — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josafá Marinho — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Eurico Rezende — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Júlio Leite — PR.

## Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1962

Revoga a Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema parlamentar de governo e o art. 61 da Constituição Federal, de 18 de setembro de 1946.

## Membros (\*) Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD

(\*) Eleitos em 13.9.1962, salvo os Srs. Senadores: Wilson Gonçalves, Leite Neto, Josafá Marinho, Eurico Rezende, Pinto Ferreira e Miguel Couto (designado em 23 de abril de 1963).

## Prorrogação:

Até 15.12.1963 — Requerimento número 789-62, aprovado em 12.12.1962.

(\*) Eleitos em 13.9.1962, salvo os Srs. Senadores: Wilson Gonçalves, Josafá Marinho, Eurico Rezende, Pinto Ferreira e Júlio Leite (designados em 23 de abril de 1963).

## Prorrogação:

Até 15.12.1963 — Requerimento número 790-62, aprovado em 12.12.1962.

(\*) Eleitos em 6.12.1962, salvo os Srs. Senadores: Wilson Gonçalves, Eurico Rezende, João Agripino, Amaury Silva e Raul Giuberti (designados em 23 de abril de 1963).

## Prorrogação:

Até 15.12.1963 — Requerimento número 761-62, aprovado em 12.12.1962.

3. Pedro Ludovico — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedito Valladares — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Eurico Rezende — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Raul Giuberti — PSP

## Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1963

Altera a redação do inciso IX do art. 157 da Constituição (referente ao trabalho de menores e mulheres e ao trabalho em indústrias insalubres).

## Membros (\*) Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Pinto Ferreira — PTB
10. Silvestre Péricles — PTB
11. Argemiro de Figueiredo — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Josafá Marinho — S/legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

## Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1963

Altera os arts. 141, 146 e 147 da Constituição Federal (referente ao direito de propriedade).

## Membros (\*) Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Heribaldo Vieira — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Pinto Ferreira — PTB
10. Silvestre Péricles — PTB
11. Artur Virgílio — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Josafá Marinho — S/legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

## Comissão Especial de Estudo do Convênio do Café a Longo

(Criada em virtude do Requerimento nº 615-62, do Sr. Nelson Maculan, aprovado em 24.1.1963).

## Membros (\*) Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Pedro Ludovico — PSD
3. Padre Calazans — UDN
4. Irinel Bornhausen — UDN
5. Nelson Maculan — PTB

## COMISSÃO DIRETORA

4ª REUNIAO REALIZADA EM 3 DE ABRIL DE 1963

Sob a presidência do Sr. Moura Andrade, Presidente, presentes os Se-

(\*) Designados em 23.4.1963.

(\*) Designados em 23.4.1963.

(\*) Designados em 24.1.1963.

nhores Nogueira da Gama, Vice-Presidente, Rui Palmeira, 1º Secretário, Gilberto Marinho, 2º Secretário, Catete Pinheiro, 4º Secretário, Joaquim parente, 1º Suplente, e Guido Mondin, 2º Suplente, reúne-se a Comissão Diretora.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Mourão Vieira, 3º Secretário, Carlos Jereissati, 3º Suplente.

O Sr. Presidente dá conhecimento do seguinte expediente, hoje recebido: Ofício do Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República solicitando seja posto à disposição daquele Órgão o Redator Murilo Marroquim de Souza, com todas as vantagens do seu cargo, a partir de 28 de março findo.

Telegrama do Governador eleito da Bahia pedindo prorrogação do prazo concedido ao Assessor Legislativo José Vicente de Oliveira Martins, a fim de que o mesmo continue a prestar seus serviços técnicos ao Governo daquele Estado.

Vedando o atual Regimento à Comissão Diretora colocar funcionário de sua Secretaria à disposição de outro órgão do Poder Público, ambos os expedientes são remetidos à Comissão de Constituição e Justiça.

Prosseguindo em seus trabalhos, a Comissão aprova parecer do Sr. 4º Secretário favorável à contagem de tempo de serviço solicitado por Sebastião Veiga, Oficial Legislativo.

Em seguida, Sua Excelência relata requerimento em que Ruy Ribeiro Cardoso solicita pagamento das "diárias de Brasília", em período que esteve em tratamento de saúde. Em seu parecer, propõe o relator um projeto de resolução estendendo aos funcionários da Casa, não só o pagamento das referidas diárias nos casos de licença para tratamento de saúde, mas também outros dispositivos da Lei 4.019, de 20 de dezembro de 1961.

O Sr. Presidente analisa a proposta, lembrando que, no tocante à incorporação da "diária" (art. 4º), não havia nenhum cálculo, ignorando-se, por isso, se a verba constante do Orçamento importaria tal despesa.

Depois de se pronunciarem os demais membros, a Comissão incumbiu o relator de solicitar, preliminarmente, os aludidos cálculos da Diretoria da Contabilidade.

Ainda com a palavra, o Sr. 4º Secretário declara que lhe fora distribuído processo referente ao pagamento das faturas apresentadas pelo Brasil, Palace Hotel e pelo Hotel Nacional, relativas a hospedagens ali de alguns Srs. Senadores. Acrescenta Sua Excelência que o Sr. Presidente da República determinara ao GTB assumisse a responsabilidade dessas despesas, até que o Senado recebesse a necessária quota de apartamentos para os seus representantes.

Sendo, porém, duas das contas anteriores a essa ordem, a Comissão resolve saldá-las, deliberando suspender, desta data em diante, qualquer pagamento com hospedagem dos Senhores Senadores e Suplentes.

O Sr. 4º Secretário fala sobre a necessidade da aquisição de móveis para os Gabinetes dos Líderes e Vice-Líderes, tendo o Sr. Presidente sugerido se aguardasse a aprovação do Projeto de Resolução que cria os referidos Gabinetes.

A fim de evitar a desorganização dos serviços das Diretorias com a saída, indiscriminada, de funcionários para os Gabinetes, o Sr. 1º Secretário é incumbido de redigir projeto regulando o assunto.

O Sr. Presidente comunica haver escrito carta a um jornal que criticara as medidas adotadas pela Comissão, em relação aos serviços da Casa, lembrando que as mesmas eram todas moralizadas, baseadas em dispositivos regimentais e regulamentares e foram tomadas com a presença dos líderes dos diversos Partidos. Acrescenta que o aludido jornal criticava, também, as viagens feitas pelo

Sr. 1º Secretário. Era preciso ficar-se bem claro que Sua Excelência, por força de dispositivo regulamentar da União Interparlamentar, devia como Presidente do Grupo Brasileiro comparecer, obrigatoriamente, às reuniões da citada União, não correndo pelo Senado as despesas, que são feitas por aquele organismo.

Uma vez que se falava na União Interparlamentar, o Sr. 1º Secretário informa que, a título de economia, ficara resolvido pela entidade que o auxílio a ser dado aos representantes que comparecem às reuniões sofreria um corte de US\$ 500.

Propõe, então, o Sr. Presidente seja, igualmente, reduzida para Cr\$ ..... 200.000,00 a ajuda de custo que em tais casos era concedida aos integrantes das delegações.

O Sr. 4º Secretário considera oportuna e conveniente a redução dos dólares, mas não aghava justo se reduzisse, ao mesmo tempo, a ajuda em cruzeiros.

Prevalece o ponto de vista do Sr. 4º Secretário, mantendo a Comissão em Cr\$ 300.000,00 o auxílio a ser dado em tais ocasiões, aos seus representantes.

Por fim, o Sr. 1º Suplente devolve requerimentos nos quais dois pro labore pedem aumento, lembrando que ambos estão prejudicados, visto como a Comissão, em reunião anterior, já beneficiara a todos.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra os trabalhos, lavrando eu, Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral e Secretário da Comissão, a presente ata.

## 6ª REUNIAO REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 1963

Sob a presidência do Sr. Moura Andrade, Presidente, reuniu-se a Comissão Diretora.

A ata da reunião anterior é lida e, sem observações, aprovada.

O Sr. Presidente procede à seguinte distribuição:

Ao Sr. Vice-Presidente:

Requerimento nº 108-63, de Victor Rezende de Castro Caiado, Auxiliar Legislativo, PL-10, solicitando horário que não prejudique seus estudos; Requerimento nº 178-63, de Antônio Carlos Bandeira, Redator, PL-3, solicitando permissão para exercer cargo eletivo.

Ao Sr. 4º Secretário:

Aquisição de carros para o Senado. A Comissão, em seguida, tomando conhecimento de ofício do Serviço de Biometria Médica, autoriza a licença de 180 dias proposta pelo aludido Serviço para o Redator José da Silva Lisboa, determinando seja ele submetido, no decorrer da licença, a exame pela seguinte Junta Médica: Senador Catete Pinheiro e os dois Médicos do Senado, que dirão da necessidade ou não de sua aposentadoria, por invalidez.

É indeferido o Requerimento número 112, de 1963, no qual Antônio Magalhães Dias Filho solicita sua readmissão como Pro-Labore.

De acordo com o parecer do Sr. 3º Secretário e no da de Constituição e Justiça, resolve a Comissão, após exame do requerimento de Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti Vilhena; pela impossibilidade de contagem do tempo de serviço pessoal do Quadro Anexo, para efeito de licença especial, a partir da Resolução nº 3, de 1961, apurando-se esse mesmo tempo para os demais efeitos inclusive adicionais (art. 319, § 1º combinado com o artigo 245, item IV, da Resolução número 6, de 1960).

Ainda nos termos do parecer do Sr. 3º Secretário, é deferido Requerimento nº 238-61, no qual Aníbal Lourdes de Oliveira, Auxiliar de Limpeza, solicita pagamento das "diárias de Brasília", no período de 23 de abril a 31 de maio, visto ter sido o mes-

mo acidentado em serviço àquela época.

Tendo em vista os pareceres favoráveis do Sr. 4º Secretário, a Comissão Diretora aprova a aquisição de reguladores de voltagem para a voltagem automática e para quadro indicativo dos serviços da Casa nas firmas que venceram a coleta de preços; e ainda, o requerimento de Emmanuel Nôvas, Auxiliar Legislativo, PL-14, solicitando licença para tratamento em pessoa da família no período de 5 a 10 de novembro último.

Sua Excelência apresenta, ainda, projeto de resolução estendendo ao funcionamento da Casa o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 4.019 de 1961.

A Comissão Diretora, por proposta do Senhor Presidente, decide em seguida, suspender a autorização anterior que fora dada a estações de rádio e televisão da Guanabara para divulgação remunerada dos trabalhos do Senado, por não ter resultado satisfatória a experiência feita.

O Sr. 4º Secretário comunica haver sido procurado pelo Diretor dos Telegráficos, por determinação do Diretor-Geral do D.C.T., que propõe, a fim de dar melhor execução aos serviços daquela Repartição junto ao Congresso, a instalação de 6 teletipos.

Solicita para tal fim uma sala adequada à instalação dos aparelhos apropriados. Salienta Sua Excelência que o atendimento do pedido é de grande vantagem para o Senado, por motivos óbvios.

A Comissão acolhe, favoravelmente, a sugestão do Sr. 4º Secretário e encarega o Diretor-Geral de providenciar sala que reúna os requisitos exigidos pelo D.C.T.

O Sr. 4º Secretário é credenciado pela Comissão para se entender com o da Câmara dos Deputados, a fim de concertar providências no sentido de ser a correspondência aerea dos parlamentares enviada, também pelas Companhias Aéreas e não somente pelo C.A.N., como vinha acontecendo.

O Sr. Vice-Presidente propõe, e é aprovado, que o Sr. 2º Suplente tome as medidas necessárias à vinda para Brasília dos retratos dos presidentes do Senado Federal, existentes no Rio de Janeiro, e sua atualização, bem como estudo o meio de transferir os quadros clássicos pertencentes à Câmara Alta e que ainda se acham no Monroe.

Tomando conhecimento da existência de vagas de Ajudante de Porteiro, Auxiliar de Portaria e de Motorista, a Comissão promove a decorrente do falecimento de José Salles de Oliveira, Ajudante de Porteiro, PL-7, por merecimento, Oswaldo Sampaio, a Auxiliar de Portaria P. L-8 por antiguidade, Virgílio Jose da Silva, e a PL-9, por merecimento, Georgino Avelino da Costa. Na vaga deixada por este último é nomeado Geraldino Alves Porto como Auxiliar de Portaria, PL-10.

Na vaga resultante da aposentadoria de Godofredo Corrêa de Toledo, é promovido, por merecimento, a Auxiliar de Portaria, PL-8, Manoel Ribeiro de Martins, a PL-9, por antiguidade, Abednego de Souza Lino.

Em virtude da aposentadoria de Antônio Menezes do Nascimento, é promovido a Motorista P.L-8 por merecimento, Geraldo Theodor Ferreira, e a PL-9, por antiguidade, Manoel de Andrade Moura.

Com a aposentadoria de Nelson Gonçalves Ribeiro abre-se vaga na classe PL-3 da carreira de Motorista que é preenchida com a promoção, por merecimento, de Cyro Vieira Xavier.

Para a vaga de Motorista, PL-10 deixado por este último, é nomeado Joel Pereira.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra os trabalhos, lavrando eu Evandro Mendes Vianna,

Diretor-Geral e Secretário da Comissão, a presente ata.

## ATA DAS COMISSÕES Comissão de Segurança Nacional

3ª. REUNIAO REALIZADA EM  
25 DE ABRIL DE 1963

As quinze horas do dia vinte e cinco de abril de mil novecentos e sessenta e três, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Silvestre Pércies, presentes os Senhores Raul Giubertti, José Guimard e Dix-Huit Rosado, reúne-se a Comissão de Segurança Nacional.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Senhores Zacarias de Assunção, presidente, e Victorino Freire de Irineu Bornhausen.

É lida e sem alteração aprovada a ata da reunião anterior.

Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Raul Giubertti, relator do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1962, que proibe a remoção do servidor público civil ou autárquico da União. O parecer, favorável ao Projeto e às emendas nºs. 1 e 2 da Comissão de Serviço Público Civil no sentido de tornar extensiva aos militares e medida do projeto, é aprovado, unanimemente pela Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Julieta Ribeiro dos Santos, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

## Comissão de Relações Exteriores

ATA DA 2ª REUNIAO, EXTRAORDINARIA, DA COMISSAO DE  
RELAÇÕES EXTERIORES, REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 1963.

Sob a presidência do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, presentes os Senhores Senadores Menezes Pimentel, Vivaldo Lima, Pessoa de Queiroz, José Cândido Ferraz, Benedito Valladares e Eduardo Catalão, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores.

Com a palavra o Sr. Presidente passa a Presidência ao Sr. Senador Menezes Pimentel, visto ser ele o relator do projeto constante da pauta do dia, ou seja, o requerimento número 49-63, do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando que o Senado Federal manifeste o seu respeito e dê seu aplauso, assim no âmbito nacional como no internacional, à indicação do escritor Carlos Drummond de Andrade para receber o prêmio de literatura.

A seguir o Sr. Senador relator lê o seu parecer favorável ao requerimento que é aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião lavrando eu, J. B. Castejon Branco, secretário, a presente ata que depois de lida e aprovada é assinada pelo Sr. Presidente.

## Comissão do Polígono das Secas

RELATÓRIO REFERENTE AO MES  
DE ABRIL DE 1963

MEMBROS DA COMISSÃO

PSD — Ruy Carneiro — Presidente.  
PTB — Aurélio Vianna — Vice-Presidente.

PSD — Wilson Gonçalves  
PTB — Dix-Huit Rosado,  
PTB — Heribaldo Vieira.  
UDN — Dinarte Mariz.  
UDN — José Cândido.

NÚMERO DE REUNIÕES: 1 (UMA)

I. No mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e três foi realizada a seguinte reunião:

1.ª — Extraordinária em 19-4-63 — às 18,05 horas.

Foi relatada a seguinte proposição:

Pelo Sr. Senador Aurélio Vianna:

1.º Projeto de Lei da Câmara número 185, de 1962 (nº 4.696-B, de 1962, na Casa de Origem), que aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965 e dá outras providências.  
Parecer favorável, com emendas, aprovado por unanimidade pela Comissão.

## SÍNTESE DOS TRABALHOS

Membros da Comissão — 7  
Número de reuniões — 1  
Número de pautas — 12  
Número de Atas — 1  
Número de pareceres relatados — 1  
Número de cópias de pareceres — 8  
Número de projetos relatados — 1  
Número de emendas apresentadas — 3

Número de ofícios expedidos — 148  
Secretário: J. Ney Passos Dantas.  
Dia de Reuniões: Quintas-feiras, às 16,00 horas.

(\*) Republica-se por ter saído com incorreções.

## Concurso para Taquígrafo de Debates da Secretaria do Senado Federal

ATA DOS TRABALHOS DA PROVA  
Nº 4 (IDIOMA PATRIO)

Aos vinte e sete dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta e três, na Diretoria da Taquigrafia, em Brasília, realizou-se a prova nº 4 (Idioma Pátrio) do Concurso para Taquígrafo de Debates, início de carreira, da Secretaria do Senado Federal, para provimento de vagas existentes no Quadro. Presentes os Senhores Senador Guido Mondin, Presidente da Banca Examinadora, Glória Fernandina Quintela, Diretora de Publicações, e José Campos Brício, Diretor da Taquigrafia, examinadores, e Antônio de Araújo Costa, secretário, às nove horas, teve início a prova com a chamada nominal dos candidatos, de acordo com a relação publicada no Diário do Congresso, Seção II, e Diário Oficial de vinte e seis de abril corrente. Responderam à chamada, assinando a lista de comparecimento, depois de identificados, os sete candidatos habilitados nas provas anteriores. A seguir, procedeu-se ao sorteio dos trechos para corrigir e pontuar, de acordo com as instruções baixadas para o concurso, o que foi feito por candidato que a convite da Banca Examinadora, a todos dirigido, se apresentou voluntariamente. Dentre os postos em envelopes lacrados, foram sorteados trechos de discursos pronunciados pelos Senhores Senadores Moura Andrade e Domingos Velasco. Extraídos do volume de Atos do Senado, relativo às sessões de dezembro de mil novecentos e cinquenta e seis. Enquanto se preparavam cópias do trecho para corrigir, o Senhor José Campos Brício efetuou o dilato para pontuar. Terminado este, distribuiu-se entre os candidatos o trecho para corrigir, iniciando, então, às nove horas e quarenta minutos, o prazo de duas horas para realização da prova. Antes de decorrido esse prazo, os candidatos fizeram entrega de suas provas, assinando a lista de entrega com sete assinaturas, número que conferiu com o das provas recolhidas. Depois de cerrados os cartões de identificação na presença dos candidatos, pelos membros da Banca Examinadora, foram rubricadas as provas. Concluíram-se, assim, os trabalhos da prova número cinco (Francês e Inglês) do Concurso para Taquígrafo de Debates da Secretaria do Senado Federal, às dezesseis horas e trinta minutos; e, eu, Antônio de Araújo Costa, servindo de secretário, para constar, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelos membros da Banca Examinadora e por mim, Diretoria da Taquigrafia em vinte e oito de abril de mil novecentos e sessenta e três.

dora e por mim, Diretoria da Taquigrafia do Senado Federal, em vinte e sete de abril de mil novecentos e sessenta e três.

Guido Mondin  
José Campos Brício  
Glória Fernandina Quintela  
Antônio de Araújo Costa

## ATA DOS TRABALHOS DA PROVA Nº 5 (FRANCÊS E INGLÊS)

Aos vinte e oito dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta e três, na Diretoria da Taquigrafia, em Brasília, realizou-se a prova nº 5 (Francês e Inglês) do Concurso para Taquígrafo de Debates, início de carreira, da Secretaria do Senado Federal, para provimento de vagas existentes no Quadro. Presentes os Senhores Senador Guido Mondin, Presidente da Banca Examinadora, Glória Fernandina Quintela, Diretora de Publicações, e José Campos Brício, Diretor da Taquigrafia, examinadores, e Antônio de Araújo Costa, secretário, às quatorze horas, teve início a prova com a chamada nominal dos candidatos, de acordo com a relação publicada no Diário do Congresso, Seção II, e Diário Oficial de vinte e seis de abril corrente. Responderam à chamada, assinando a lista de comparecimento, depois de identificados, os sete candidatos habilitados nas provas anteriores. A seguir, procedeu-se ao sorteio dos trechos em francês e inglês para tradução, o que foi feito por candidato que, a convite da Banca Examinadora, dirigido a todos, se apresentou voluntariamente. Dentre os postos em envelopes lacrados, foram sorteados os textos: o de francês, extraído de "Une réponse au défi de l'Histoire", de Alfred Frisch, e o de inglês, extraído de "Practice your English", de Audrey L. Wright. Preparadas e distribuídas as cópias dos textos entre os candidatos às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, começou a correr o prazo de duas horas concedido pelas instruções. Antes de decorrido esse prazo, os candidatos fizeram entrega de suas provas, assinando a lista de entrega que contou com sete assinaturas, número que conferiu com o das provas recolhidas. Depois de cerrados os cartões de identificação na presença dos candidatos, pelos membros da Banca Examinadora, foram rubricadas as provas. Concluíram-se, assim, os trabalhos da prova número cinco (Francês e Inglês) do Concurso para Taquígrafo de Debates da Secretaria do Senado Federal, às dezesseis horas e trinta minutos; e, eu, Antônio de Araújo Costa, servindo de secretário, para constar, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelos membros da Banca Examinadora e por mim, Diretoria da Taquigrafia em vinte e oito de abril de mil novecentos e sessenta e três.

Guido Mondin  
José Campos Brício  
Glória Fernandina Quintela  
Antônio de Araújo Costa

## ATA DA 27ª SESSÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 30 DE ABRIL DE 1963.

PRESIDÊNCIA DOS SRS. MOURA  
ANDRADE E CATETE PINHEIRO

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Moura Vieira — Arthur Virgílio —  
Cattete Pinheiro — Joaquim Parente —  
José Cândido — Sigfredo Pacheco —  
Menezes Pimentel — Wilson Gonçalves —  
Walfredo Gurgel — Arge-  
miro de Figueiredo — João Agripino

— Barros Carvalho — Pessoa de Queiroz — Pinto Ferreira — Aloysio de Carvalho — Josaphat Marinho — Eurico Rezende — Raul Giuberti — Arraio Viana — Nogueira da Gama — Moura Andrade — José Feliciano — Pedro Ludovico — Lopes da Costa — Bezerra Neto — Antônio Carlos — Atilio Fontana — Guido Mondin — Mem de Sá — (29).

#### O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 29 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

#### EXPEDIENTE

#### MENSAGEM

Nº 56, do Sr. Presidente da República nos seguintes termos:

#### Mensagem nº 56, de 1963

(Nº 84-63, NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA)

Senhores Membros do Senado Federal:

Tendo em vista o que dispõe o artigo 35 da lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, submeto à consideração de Vossas Excelências a inclusa Exposição de Motivos do Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, referente à indicação do Economista classe "A", do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, Juvenal Osório Gomes, para exercer o cargo de Diretor da Carteira de Comércio Exterior, órgão integrante da Superintendência da Moeda e do Crédito.

Brasília, 29 de abril de 1963. — João Goulart.

Aviso nº 182, de 29 4-63, do Sr. Ministro de Minas e Energia — Transmite cópia de informação prestada em atenção à consulta do Senado sobre o Projeto de Lei nº 8, de 1961.

#### Parecer nº 143, de 1963

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Resolução nº 22, de 1961, que altera dispositivos do Regimento Interno.

Relator: Sr. Aloysio de Carvalho

O nobre Senador Nogueira da Gama apresentou, em junho de 1961, projeto de resolução nº 22, alterando os artigos 90 e seus parágrafos, 265 e parágrafos 4º e 8º e 275 do Regimento Interno do Senado, pelos motivos que declarava na respectiva justificativa.

Encerrado o prazo regimental de entendidas perante a Mesa, veio a proposição a esta Comissão de Constituição e Justiça, com o acréscimo de três emendas, sendo duas do Senador Lima Teixeira, modificando, por igual, o art. 171 e seus parágrafos e o artigo 276 e parágrafos do mesmo Regimento Interno e a última do Senador Daniel Krieger, concernente ao texto do art. 327.

A Comissão, atendendo a que estava em curso na Casa um projeto de ampla reforma regimental, que efetivamente se transformou na Resolução nº 76, deliberou sustar o andamento da proposição, a qual volta agora para nossa definitiva apreciação.

O art. 1º do projeto inicial suprime os §§ 3º e 5º do art. 90 do Regimento, enquanto substituiu por outros textos o § 2º e o § 3º, propiciando à Comissão de Constituição e Justiça apresentar emenda e não substitutivo integral a projeto de lei, quando entender que a inconstitucionalidade acusada é parcial, podendo ser corrigida por via de emenda simplesmente.

pressiva ou modificativa. E' que pelo Regimento então vigente, a Comissão, em se tratando de projeto oriundo do Senado, ofereceria substitutivo integral, para o fim de anular o vício da inconstitucionalidade, ainda que parcial. A providência está hoje perfeitamente atendida na Resolução nº 76, de 1961, na parte em que altera o artigo 90 em causa, repeitendo, quase que *ipsis litteris*, a proposição Nogueira da Gama.

Desta, o art. 2º, por seu turno, introduz inovações nos §§ 4º e 8º do artigo 265 do Regimento, em que se disciplina a tramitação no plenário de projeto que tenha merecido da Comissão de Constituição e Justiça emenda saneadora de inconstitucionalidade. A matéria está atendida também pela invocada Resolução nº 76 e por forma pormenorizada.

Finalmente, o projeto, em exame manda dar ao art. 275 do Regimento a seguinte redação: "Nos projetos em rito normal, sendo apresentadas emendas, a discussão ficará interrompida até a sessão ordinária seguinte, em que prosseguirá sobre a proposição principal e emendas, não sendo admitidas outras emendas. Se houver apresentação de substitutivo, a discussão se interromperá pelo prazo de oito dias, para publicação, no Diário do Congresso Nacional e distribuição em avulso, do substitutivo. Reiniciada a discussão, não será lícita a apresentação de novo substitutivo integral em Plenário". O atual art. 275, no texto resultante da mencionada Resolução, atende, nas suas linhas gerais, aos propósitos do autor da proposição, não sendo para esquecer que proíbe, como nesta se proíbe, a apresentação em plenário de um substitutivo integral quando se houver de reabrir a discussão sobre substitutivo anterior.

Isto posto, restam as três emendas acima indicadas. A de número 1 pretende reforma do art. 171 e parágrafos do Regimento, já atendida pela mesma Resolução, inclusive no ponto em que manda acrescentar ao artigo 171 um parágrafo regulando a inclusão em ordem do dia de proposições que se encontrem no Senado há mais de dois anos, variando a solução conforme verificada uma das duas hipóteses.

A emenda de nº 2, ainda de autoria do Senador Lima Teixeira, promove a inserção de disposição autônoma, ampliando os casos de reabertura da discussão no plenário, no sentido de se permitir a providência para quaisquer projetos originários da Câmara dos Deputados e para os do Senado, em segundo turno ou em turno único, desde que o resolva o plenário, a requerimento de, pelo menos, 42 Senadores ou de "líderes" representando esse número. Argumenta-se com a necessidade de voltar o plenário a colaborar em matéria ainda que com a discussão encerrada, se novas alterações capazes de aprimorar o texto ou soluções que posteriormente tenham ocorrido aos líderes partidários se impuserem. A matéria foi objeto da reforma regimental realizada pela Resolução nº 76, não havendo mais o que considerar.

Afinal, a emenda nº 3, de autoria do Senador Daniel Krieger, tencionava estender aos líderes da maioria e da minoria a prerrogativa, até então restrita aos líderes de "partidos", de subscreverem requerimento de urgência. Para isso, bastava suprimir, nas letras c e d do art. 327 do Regimento, a expressão "de partidos" que ali figurava, qualificando os líderes, para efeito do uso da faculdade regimental de solicitação de urgência. Foi o que fez a Resolução nº 76, nos escritos termos propostos pela emenda.

Como se vê, do projeto nada resta. Nenhuma das três emendas, por sua vez, deixou de ser estudada e aceita

em oportunidade anterior. O caso é, pois, de arquivamento do Projeto de Resolução nº 22, de 1961, consoante o prescrito no art. 324, letra b do Regimento Interno. E' o que proponho.

Sala das Comissões, em 25 de abril de 1963. Milton Campos, Presidente.  
— Aloysio de Carvalho, Relator.  
— Wilson Gonçalves. — Eurico Rezende.  
— Lobão da Silveira. — Bezerra Neto.  
— Pinto Ferreira. — Josaphat Marinho. — Amaury Silva.

#### Parecer nº 144, de 1963

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 54, de 1962, que altera os arts. 358 e 1.605 do Código Civil.

Relator Sr. Josaphat Marinho

#### I — RELATÓRIO

O projeto de Lei do Senado nº 54, de 1962, de autoria do nobre Senador Afrânio Lages, visa a dar nova redação aos arts. 358 e 1.605 do Código Civil.

1 — O art. 358 dispunha, em seu texto primitivo: os filhos incestuosos e os adulterinos não podem ser reconhecidos.

Com o Decreto-lei nº 4.737, de 1942, foi autorizado o reconhecimento dos filhos adulterinos, depois do desquite. Afinal, a Lei nº 883, de 21 de outubro de 1949, revogando o Decreto-lei nº 4.737 e alterando o disposto no art. 358 do Código Civil (arts. 6º e 10), estabeleceu, no art. 1º:

dissolvida a sociedade conjugal, será permitido a qualquer dos cônjuges o reconhecimento do filho havido fora do matrimônio e, ao filho, a ação para que se lhe declare a filiação.

E estipulou, no art. 2º:

o filho reconhecido na forma desta lei, para efeitos econômicos, terá o direito, a título de amparo social, à metade da herança que vier a receber o filho legítimo ou legitimado.

2 — Por outro lado, o art. 1.605 do Código dispõe:

para os efeitos da sucessão, aos filhos legítimos se equiparam os legitimados, os naturais reconhecidos e os adotivos.

3 — O projeto, como salientado, alia na sua justificação, objetiva assegurar igualdade de situação entre os filhos, vedando, ao mesmo tempo, qualquer referência, no registro civil, à condição de legítimo.

Considerando as discriminações existentes no direito nacional "uma involução" em face de anteriores normas adotadas o autor da proposição fixa, claramente, o alcance de seu pensamento, nesses termos:

"O caput do art. 358 do Código Civil, com a nova redação proposta pelo projeto, é a reprodução *ipsis litteris* do disposto no art. 1º da citada lei nº 883, de 1949. Acrescentando a ele dois parágrafos, permitindo um o reconhecimento dos filhos incestuosos, verdadeiros páris no direito de família pátrio, a quem apenas se concedeu, a partir do advento da lei nº 883, o direito de pleitear alimentos, acionando o pai em segredo de justiça. O outro, eliminada a conceituação monstruosa de "filhos para efeitos econômicos" estabelecida na mencionada Lei número 883, tem o objetivo de vedar que no Registro Civil se faça qualquer remissão à filiação ilegítima de pessoa a quem interessa o assunto. O art. 1.605, com a redação proposta, eliminará, por outro lado, qualquer distinção acerca da filiação, assegurando a mais completa igualdade, no campo do direito das sucessões, aos filhos".

#### II — PARECER

4 — Como se vê, o projeto cuida de matéria importante, mas não envolve,

a nosso entender, inconstitucionalidade.

Certo, a Carta de 1946 proclama, no art. 163, que "a família é constituída pelo casamento de vínculo indissolúvel e terá direito à proteção especial do Estado". Dai não decorre, entretanto, que o legislador seja desobrigado a amparar a família formada à margem do casamento, nem o filho havido fora da sociedade conjugal. O preceito constitucional, interpretado no seu justo alcance social, é de finalidade protetora da família como instituição. É descabido divisar-se nele propósito persecutório ou excludente das situações que não se estruturam ou não resultem do casamento de vínculo indissolúvel. Admitir-se-á, quando muito, o alcance social, de finalidade fundada pelo casamento de vínculo indissolúvel não goza, apenas, de proteção mas da proteção especial do Estado.

5 — A respeito, Pontes de Miranda, exatamente em comentário ao art. 163, sustenta que "a expressão" constituída pelo casamento indissolúvel" está fora do lugar".

E esclarece, com irrecusável procedência:

"A família é protegida como instituição; mas a alusão a casamento poderia levar a pensar-se que só existe família onde houve casamento, em que se fundasse e, ainda mais, que tal casamento há de ser indissolúvel. Seria absurdo ir-se até aí. O Estado protege a família, como instituição, e se a proteção, que se lhe recomenda no texto, só pudesse recair na família constituída pelo casamento indissolúvel, teríamos que a Constituição de 1946 como até 1934 e a de 1937, não quis proteger a família como instituição, mas apenas as famílias que tivessem por laço o casamento indissolúvel" (Const. de 1946 — Rio, 1960 — T. VI — pág. 176).

Ora, a crescente proteção do Estado à companhia e aos filhos legítimos, confirmando a exegese exposta, revela que os textos constitucionais não tiveram sentido restritivo, ou de exclusão condenável.

6 — Assim, a proteção assegurada pela Constituição de 1946 não pode legitimar diferenciações odiosas, além do mais contrárias ao princípio de isonomia, também consagrado e no capítulo dos direitos e garantias individuais (art. 141, § 1º). A igualdade de todos perante a lei há de ser interpretada como regra corretiva de desníveis e discriminações resultantes de privilégios e de preconceitos sociais. Se a Constituição não tolera a propaganda de preconceitos de raça ou de classe (art. 141, § 5º), o princípio de igualdade, que ela encerra, não há de servir de suporte a divisões entre os indivíduos, por motivos estranhos à sua vontade e à sua poder.

Desta sorte, o projeto não afronta mandamento constitucional, e poderia ter curso regular.

7 — Ocorre, porém, como é notório, que a ideia, ou melhor, a determinação de rever os Códigos vigentes abrange a reforma do Estatuto Civil. Sabe-se, igualmente, que o Ilustre Prof. Orlando Gomes, da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia, encarregado da excepcional tarefa de rever o Código Civil, está concluindo seu trabalho. Por seu turno, o Presidente da República, em sua recente mensagem ao Congresso, assevera que proporá as reformas, "a proporção que os anteprojetos foram concluídos".

Se, pois, o Código está em via de reforma, no seu conjunto, parece-nos aconselhável não proceder-se à modificação de dispositivos isolados. Sobretudo, não é conveniente, nem de boa técnica legislativa, alterar, em tais circunstâncias, partes constitutivas de graves divergências, e



que vinham, substancialmente, ao próprio sistema da lei, e à sua filosofia. O capítulo concerne à situação e aos direitos dos filhos tem, claramente essa vinculação e esse sentido polêmico.

Por isso, também, não se deve antecipar pronunciamento conclusivo sobre o mérito da proposição.

8 — Em consequência, não sendo a matéria de natureza urgente e não havendo inconstitucionalidade que arguir, propomos, com fundamento nos arts. 86, II, nº 6, 89 e 136, d — d 4.º do Regimento Interno, que o projeto seja arquivado e a apresentação da reforma geral do Código Civil, para exame do assunto dentro do espírito e da apreciação ampla da lei, na inteiridade de seu sistema.

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1963. — Milton Campos, Presidente. — Josephat Marinho, Relator. — Lobão da Silveira. — Bezerra Neto. — Pinto Ferreira. — Eurico Rezende. — Daniel Krieger.

## Parer nº 145, de 1963

Da Comissão de Segurança Nacional, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1962, que proíbe a remoção do servidor público civil ou autárquico, da União.

Relator: Sr. Raul Giuberti.

Determina o presente projeto, de autoria do eminente Senador Ari Viana, que "ninguém servidor público civil ou autárquico da União casado com servidor público ou autárquico, poderá ser removido de uma localidade para outra sem que ambos os cônjuges o sejam ao mesmo tempo, salvo vontade expressa manifestada pelo servidor, por escrito, à autoridade competente".

II — Conforme se verifica de sua justificativa, o projeto teve em mira: sobretudo atender à situação de servidores removidos para Brasília e que, porque possuíam cônjuges também funcionários, deles tiveram que separar-se, com isto se criando sérios problemas familiares.

III — Parece-me inteiramente justo o projeto, cujo objetivo é dos mais elevados pois visa ao resguardo da unidade da família, condição primeira para uma perfeita organização social.

Aliás, como bem assinalou a Comissão de Constituição e Justiça, o art. 115 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União já disciplina o assunto, mas de maneira incompleta e unilateral, atendendo apenas à situação da funcionária casada, que tem o direito a licença sem vencimento ou remuneração quando o marido for mandado servir, *ex officio*, em outro ponto do território nacional ou no estrangeiro.

A proposta ora em estudo busca atender também às condições do funcionário casado, de maneira a evitar a separação compulsória do casal com prejuízo da família, constituída pelo casamento indissolúvel e com direito à proteção especial do Estado (art. 163 da Constituição).

IV — A propósito, é de assinalar-se que é injusto, igualmente, que se proíba nessa política de licenciar-se o cônjuge sem vencimentos, quando da transferência de um dos membros do casal, como acontece, atualmente, com relação à funcionária casada, quando seu marido, também funcionário, é transferido.

O amparo à família não deve limitar-se à esfera moral e à social, mas, também, à financeira, pois uma boa base econômica é indispensável à solidez dos grupos familiares.

Quando o servidor é transferido, deixa, no lugar onde servia antes, uma série de interesses, sofrendo,

sempre, algum prejuízo, e a licença sem vencimentos dos cônjuges não transferido agrava a situação.

Uma restrição se impõe, agora, ao projeto, e diz respeito à emissão, entre os favorecidos pela medida, dos militares que são, também, servidores públicos e precisam, em consequência, receber tratamento igual ao dos servidores civis.

Militares e civis devem sempre, ser colocados em pé de igualdade, sendo injusta qualquer disparidade de tratamento que se faça, entre eles, quer no tocante a direitos, seja no que tange a deveres.

VI — Ante o exposto, opino pela aprovação do projeto, com as emendas ns. 1 e 2, da Comissão de Serviço Público Civil, nestes termos: Redija-se assim o art. 2º:

"As disposições desta lei vigoram a partir de 21 de abril de 1960".

Acrescente-se ao art. 1º o seguinte: "Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, também, em tempo de paz, ao servidor militar."

Sala das Comissões e m25 de abril de 1963. — Silvestre Péricles — Presidente. — José Guimard. — Dix-Huit Rosado.

## O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Sobre a mesa projeto de emenda à Constituição que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

E lido o seguinte

## Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1963

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam, nos termos do art. 217, § 4º, da Constituição Federal, a seguinte

### EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº

Art. 1º Os artigos 26 e 63 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26. O Distrito Federal será administrado por Prefeito de nomeação do Presidente da República e regido por leis elaboradas pelo Senado Federal, ressalvando o disposto no art. 25".

"§ 1º Far-se-á a nomeação depois que o Senado Federal houver dado assentimento ao nome proposto pelo Presidente da República".

"§ 2º O Prefeito será demissível *ad nutum*".

"§ 3º Os vencimentos dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal serão fixados em quantia não inferior a setenta por cento do que recebem os Ministros do Supremo Tribunal e os demais Juizes Vitais com a diferença não excedente a trinta por cento de uma para outra, entrando-se aos de entrada mais elevada não menos de dois terços dos vencimentos dos Desembargadores".

"§ 4º Ao Distrito Federal cabem os mesmos impostos atribuídos por esta Constituição aos Estados e aos Municípios".

"§ 5º Aplicam-se, no que couber, as normas do art. 70 à sanção e aos vetos opostos pelo Presidente da República à legislação do Distrito Federal elaborada pelo Senado Federal".

"Art. 63. Também compete privativamente ao Senado Federal:

"I — Aprovar, mediante voto secreto, a escolha de magistrados, nos casos estabelecidos por esta Constituição, do Procurador Geral da República, dos Ministros do Tribunal de Contas da União, do Prefeito e dos Ministros do Tribunal de Contas do Distrito Federal, dos membros do Conselho Nacional de Economia e dos Chefes de missão diplomática de

caráter permanente e outras que a lei determinar".

"II — Autorizar os empréstimos externos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios".

"III — Votar o orçamento e a Legislação ordinária do Distrito Federal".

"IV — Deliberar sobre os vetos opostos à legislação referida na alínea anterior, pelo Presidente da República, observado, no que couber, o disposto no art. 70".

"V — Julgar as contas do Prefeito do Distrito Federal".

Sala das Sessões, 29 de abril de 1963. José Feliciano — Lobão da Silveira — Bezerra Neto — Jefferson de Aguiar — Walfredo Gurgel — Adalberto Sena — Argemiro de Figueiredo — Raul Giuberti — Amaury Silva — Silvestre Péricles — Nogueira da Gama — Sebastião Archer — Guido Mondin — Atílio Fontana — Pinto Ferreira — Menezes Pimentel — Wilson Gonçalves — Zacharias de Assumpção — Catiote Pinheiro.

## Justificação

Brasília, cidade monumental e capital do país, construída e implantada no sertão brasileiro, precisa de uma organização administrativa em correspondência com suas origens e ajustada às suas elevadas finalidades.

Ainda em construção, sem contudo ser canteiro de obras, já sede dos três poderes da República, Brasília deve ter administração que se situe dentro da sua realidade. A legislação pública do Distrito Federal, deverá ser de tal organicidade que atenda às várias fases de seu desenvolvimento, sem atrasos ou precipitações que venham a comprometer a sua finalidade ou a sua concepção.

Já é notória a ausência de legislações, notadamente quando as consequências na vida da cidade são de conhecimento público. Por sua vez, a deformação ou deterioração das leis existentes, poderão comprometer a magnífica obra já realizada.

Lá a necessidade de uma legislação atualmente eficiente e controladora, da vida integral do Distrito Federal.

Por isso, cremos que o Senado Federal, pelas condições peculiares de sua estrutura e pela experiência administrativa de muitos dos seus membros, poderá fornecer a legislação que o Distrito Federal está necessitando para realizar-se, desejada ansiosamente pelo povo brasileiro, convencido de que um dos maiores males do Brasil é a sua máquina administrativa.

Não existindo Câmara Municipal em Brasília, caberá exclusivamente ao Senado Federal legislar sobre assuntos ligados à Capital da República.

## O SR. PRESIDENTE:

O projeto lido, subscrito, por mais de um quarto dos membros do Senado, satisfaz os requisitos estabelecidos na Constituição (art. 217, §§ 1º, 5º e 6º), para ser recebido e submetido à consideração do Congresso Nacional, com tramitação prevista nos arts. 358 e 379 do Regimento Interno.

Será publicado e encaminhado, oportunamente, à Comissão Especial que for designada para sobre ele se manifestar. (Pausa)

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido.

E lido o seguinte

## Requerimento nº 125, de 1963

Nos termos do art. 218 do Regimento Interno, requero que o Senado Federal manifeste seu regozijo e ofereça seu aplauso, tanto no Brasil como perante as nações, a indicação de Sua Santidade, o Papa João XXIII, para receber o prêmio Nobel da Paz.

Requer-se a audiência da Comissão de Relações Exteriores logo em segul-

da e sua manifestação que este requerimento seja decidido pelo plenário.

Sala das Sessões, 29 de abril de 1963. — Bezerra Neto.

## Justificação

I — A União Nacional dos Estudantes (UNE) lançou a candidatura de João XXIII para titular do Prêmio Nobel da Paz. Foi e é imensa e favorável a repercussão a este movimento nascido no Brasil.

É um compreensível e justificável fato de haver ecoado sob bons auspícios a ideia para a qual se pede o apoio do Senado da República.

Em mais de uma das oito encíclicas que publicou em sua gestão na Igreja, o atual Sumo Pontífice Lata, em altruístico e inofensivo interesse humano dos problemas sociais da atualidade, destacadamente na *Mater et Magister* e na *Pacem in Terris*, pelas quais, onde, entre tantas e justas posições toma e indica, patrocinando a defesa dos humildes contra a injustiça de uma minoria de privilegiados; defende a equânime distribuição das riquezas pelo direito de todos ao acesso dos bens necessários à existência, criados pela técnica; lembra a liberdade é indispensável e a paz entre todos os membros da comunidade humana constitui o elemento primário de sua sobrevivência.

2 — Será coerente o Senado aprovar este requerimento, de vez que, sem voz discordante, com aplausos, inseriu em seus anais, o teor da encíclica *Mater et Magister* e o da *Pacem in Terris*.

3 — Neste último documento, João XXIII veio ao encontro, prestigiando e dinamizando, dos anseios de paz de nosso mundo, a ponto de receber o abono caloroso de regimes de Estado, de estadistas e de forças políticas que se radicalizam em posições diversas, neste mundo intranquilo, desconfiado... Kennedy e Kruschev proclamaram a justesa da *Pacem in Terris*.

De fato, com se vê de recente correspondência do Vaticano, à imprensa, inserida nos anais desta Câmara alta, a última encíclica, sábia e frontalmente, tratou da questão da paz, nos seus aspectos específicos, para o que fez um apelo em prol do fortalecimento da ONU, afim de que esse organismo se converta numa entidade capaz de salvaguardar a paz. Nessa mesma linha de pensamento denunciou a perseguição racial e religiosa, condenou a intervenção de um Estado nos assuntos internos de outros, e deu especial atenção ao desarmamento, indicando que este não é possível enquanto durar a psicologia de guerra atual.

Ele adverte, expressivamente, que a humanidade pode ser levada, acidentalmente, ao holocausto atômico, com consequências fatais para a vida sobre a terra, e, por isso, no seu admirável documento concluiu os dirigentes das grandes potências a convidarem todos os esforços para se pôr fim, o mais rapidamente possível à corrida armamentista, através da proscricção imediata das armas nucleares e de um acordo geral de desarmamento progressivo, sob um sistema de controle eficiente.

4 — Todos conhecem os termos desta impressionante proclamação, que abrange cinco partes: as relações entre os homens; as relações dos homens com os poderes públicos; as relações dos indivíduos e das comunidades políticas com a comunidade mundial; diretrizes pastorais referentes, em particular às relações entre católicos e não católicos.

Solidariedade humana e liberdade, formula mágica e simples da paz encontrada inscrita por Deus na natureza humana, e nunca poderá ser

realizada nas forças ou nos elementos irracionais.

5 — Não vemos, nestes dias, entre os líderes do mundo, quem haja falado com tanta precisão, inclusive no chamado problema da autodeterminação: "A liberdade veda a qualquer comunidade política o direito de exercer uma ação de opressão sobre as outras ou de imiscuir-se em seus assuntos".

6 — Figuras da maior responsabilidade defendem a candidatura de João XXIII ao prêmio Nobel da Paz. Líderes classistas levam com pleno exata a indicação ao apoio da CGT e à CNTI.

O eminente jurista Pontes de Miranda assim falou: "Ninguém tem mais direito a esse prêmio do que João XXIII. Conheço sua vida, estudei os seus atos, conversei com ele. É um homem acima de quaisquer preferências, um órgão de Cristo e de São Francisco."

E o marechal Eurico Dutra ratifica: "A ideia dos estudantes é muito oportuna e melhor campanha não poderia fazer. O Papa mostrou aos homens, com a maior clareza, os caminhos da paz e da concórdia".

#### O SR. PRESIDENTE:

O requerimento será publicado e irá à Comissão de Relações Exteriores.

Na sessão ordinária de 26 do corrente, o Nobre Senador Mem de Sá dirigiu a Presidência, pediu de informações catalogado em dez itens, a propósito de atos relativos ao funcionamento da Casa.

O requerimento do nobre Senador Mem de Sá foi, na oportunidade, lido no Expediente.

Esta Presidência elaborou as informações solicitadas, levando-as ao conhecimento da Comissão Diretora em sua reunião de hoje, e vai solicitar ao Sr. 1º Secretário que proceda a leitura das mesmas.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte documento:

O Senador Mem de Sá solicita a esta Presidência informações e esclarecimentos sobre atos da Comissão Diretora e de seu Presidente, relacionados em 10 quesitos, que passo a responder.

Esclareço, inicialmente, que *cento e dez servidores* do Senado de todas as categorias, se achavam evadidos da autoridade administrativa da Casa, afastados de suas respectivas Diretorias e atividades.

Não eram poucos os que, lotados em Brasília, ou não impedidos pela Resolução nº 10-60, permaneciam no Rio de Janeiro ou em outras cidades, com grave prejuízo para a disciplina e desgaste da autoridade dos Diretores e da Comissão Diretora do Senado.

Havia, ainda, a considerar que a Resolução nº 23-61, autorizava a Comissão Diretora a rever os impedimentos dos funcionários incluídos no atual Quadro Anexo, do Palácio Monroe, a fim de verificar se subsistiam os impedimentos da Resolução nº 10-60.

No Quadro Anexo havia 40 funcionários sujeitos a essa revisão, que deveria atingi-los, salvo para os que estivessem a 3 (três) anos da aposentadoria. (Res. 23, Art. 7º).

Funcionários existiam que, não obstante sem impedimentos, conseguiram situação privilegiada, tornando-se intocáveis, e por isso mantendo-se afastados do Senado, mas presentes à percepção de vencimentos.

Não há dúvida de que tais situações provocam emulação nos demais que aqui davam com regularidade e dedicação os seus serviços, no sentido de alcançarem as mesmas injustas regalias; e é certo que em todos despertava um sentimento de revolta.

Tornava-se mister a bem do Senado, fazer cessar esses fatos, impedindo que o afastamento de funcionários, para atividades diversas das suas Diretorias, se fizesse sem o prévio conhecimento e autorização da direção administrativa, do mesmo modo, que exigindo a presença dos servidores, quaisquer que fossem, à prática de suas obrigações nesta Casa.

Determinei, com o apoio da Comissão Diretora, a apresentação de todos esses funcionários, mediante 110 notificações, remetidas e entregues individualmente, que em sua totalidade foram atendidas.

A medida sucedeu à reafirmação expressa, da Comissão Diretora, através de providões escritas e divulgadas na imprensa oficial, em avisos e em avulsos, de sua determinação de exigir com energia o cumprimento integral dos deveres funcionais de parte dos servidores de Casa.

Como consequência, não podia a Comissão Diretora recusar-se a proceder nos termos do art. 5º da Resolução nº 23, de 1961, examinando se no Quadro Anexo ocorriam anormalidades, já que examinara tal fato no Quadro Permanente.

Do estudo realizado nos termos do referido art. 5º, daquela Resolução, a Comissão Diretora reviu, desde logo, a situação de 19 funcionários do Quadro Anexo, desimpedindo-os por não mais persistirem os motivos de seus impedimentos.

Quanto aos restantes vinte funcionários, não sendo os elementos dos respectivos processos suficientes a uma segura apreciação da Comissão Diretora, resolveu esta proceder a verificações para decisão ulterior.

Verificou, ainda, que um dos funcionários, daquele Quadro, o Assessor Legislativo José Artur Rios, jamais estivera impedido.

Por ocasião da transferência do Senado para Brasília, alegou o Sr. José Artur Rios estar sob impedimento *fundamental, motivado por força maior*, decorrente dos seguintes fatos:

- 1 — Não poder sustentar a família com seus vencimentos em Brasília;
- 2 — Exercer atividades particulares no Rio de Janeiro, onde possui casa própria;
- 3 — O tipo de atividade particular que exercia no Rio (pesquisa e ensino universitário) não poder ser exercido em Brasília, por falta de condições;

4 — Ser filho único de pais, que dele não dependem economicamente, mas que são idosos;

5 — Considerar-se, portanto, arrimo moral de seus progenitores.

A Comissão Diretora, da época, ao considerar fundamental o impedimento alegado por não se basear em motivo de força maior e sim em razões de interesse nitidamente particulares, indefiniu, por isso, o pedido do funcionário José Artur Alves da Cruz Rios, em 3 de maio de 1960. (D. C. N. 11.5760).

A 6 de julho de 1960, entretanto, foi ele colocado à disposição da bancada do Partido Libertador. (D. C. N. de 26.7.60), nessa condição permanecendo no Rio de Janeiro. Passou, depois, a prestar serviços ao Governo do Estado da Guanabara, requisitado pelo Governador Carlos Lacerda.

Essa circunstância, de jamais ter vindo para Brasília, levou ao equívoco de ser ele incluído no Quadro Anexo, entre os impedidos, equívoco que a atual Comissão Diretora está procurando, a duras penas, corrigir.

Identificada a verdadeira situação do Assessor José Artur Alves da Cruz Rios e o fato de haver cessado a sua atividade junto ao Governo da Guanabara, a Comissão Diretora determinou a sua volta ao Quadro Permanente, nos termos do art. 5º da Resolução nº 23, de 1961, e a sua apresentação no prazo de dez dias,

a contar do pagamento da respectiva ajuda de custo.

Foi-lhe reservado o apartamento nº 201, da Superquadra 405-406, no mesmo edifício, e idêntico aos apartamentos em que residem os Senhores Senadores Eurico Resende, Bezerra Neto e Walfrido Gurgel.

Antes, porém, que o pagamento da ajuda de custo fosse feito, chegou ao Senado o pedido de requisição do referido funcionário, agora formulado pelo Governador Adhemar de Barros.

Hesitou esta Presidência quanto à condução a adotar no caso, pois chegou ao seu conhecimento que o Senador Mem de Sá assegurava não ter havido uma tal solicitação ao Governador Adhemar de Barros.

Diante disso, cheguei a pensar em levar o assunto à consideração da Comissão Diretora na reunião de 17 de abril de 1963 e propor a esta, o indeferimento do pedido.

Pedi mesmo ao Diretor-Geral que me encaminhasse, para esse fim, o ofício do Governador de São Paulo. Seguida, preferi substituir a proposta do indeferimento por uma providência junto ao Gabinete do Governador de São Paulo, que me esclarecesse devidamente das razões que determinavam um pedido de requisição contra a vontade do próprio funcionário.

O Senador Padre Calazans, porém, compareceu ao meu gabinete, antecipando-se à providência e oportunamente esclareceu a esta Presidência dever-se a requisição à sugestão que ele próprio fizera, não ao Governador Agostinho de São Paulo, pessoalmente, mas ao Secretário de Dr. Oscar Thompson Filho, que levou o assunto ao Dr. Adhemar de Barros.

Destes fatos ocorreu o equívoco do Diretor-Geral, em seu Telex ao Doutor Artur Rios, na parte em que fez referência a um indeferimento de sua requisição, que afinal não foi feito, nem sequer proposto à Comissão Diretora.

Esta Presidência não indeferiu, pois, o pedido do Governador Adhemar de Barros, como supôs o Senador Mem de Sá, mas, apenas, tomou as necessárias precauções quanto à natureza e oportunidade da leitura daquele requerimento que se anunciava como repellido pelo próprio beneficiário. Ainda agora, pelo pedido de informações do Senador Mem de Sá, verifica-se que o Assessor José Artur Rios telegrafou ao Governador Adhemar de Barros manifestando alheamento e surpresa quanto à requisição e desse fato foi esta Presidência informada.

Pareceu a esta Presidência não ser justo expor o Governador Adhemar de Barros, que requisitara o funcionário, na suposição de atender a uma solicitação válida e para realmente servir ao Estado, a uma manifestação de desinteresse, de alheamento, ou de desdém do funcionário pela missão a que, a pedido, fora chamado.

Assim agindo, demonstrou esta Presidência a sua consideração, a um tempo, pelo Governador Adhemar de Barros e pelo Senador Mem de Sá, evitando, a um e a outro, as surpresas do episódio e, afinal, ganhando o funcionário, com tudo isso, um folgado tempo para continuar no Rio de Janeiro tratando de seus interesses particulares, já que a Comissão Diretora deverá aguardar a decisão do Plenário quanto à requisição. De fato, não poderá pagar-lhe a ajuda de custo para contar os dez dias de apresentação em Brasília, pois se a Casa conceder a requisição, desfalcar-se-ia inutilmente o Senado de Cr\$ 226.800,00, que é o quanto lhe cabe para vir cumprir as obrigações que contraiu ao aceitar a sua nomeação.

Isto posto, passo a responder aos quesitos formulados pelo Senador Mem de Sá.

1º quesito — A quantos funcionários da Secretaria do Senado a Comissão Diretora, usando da faculdade contida no art. 5º da Resolução nº 23, de 21 de junho de 1961, em recente reunião, decidiu determinar o retorno ao Quadro Permanente, por entender que não mais persistem os impedimentos decorrentes da Resolução nº 10, de 1960?

Resposta: A Comissão Diretora decidiu determinar o retorno ao Quadro Permanente, por entender que não mais persistem os impedimentos da Resolução nº 10, de 1960, a 19 funcionários e a mais um funcionário, o Assessor José Artur Alves da Cruz Rios, jamais ter estado impedido.

2º quesito — A quantos dos funcionários, cujo retorno ao Quadro Permanente ficou assentado, foi efetivamente expedida ordem de se apresentarem em Brasília, com indicação dos respectivos nomes e cargos?

Resposta: A Comissão Diretora determinou a apresentação em Brasília dos funcionários que, sem impedimentos deferidos, se achavam fora da Capital Federal. Eram eles:

Zuleika de Castro Monteiro — Oficial Legislativo PL-8 — Edmar Leão Vieira Faria Soares — Taquígrafo PL-3 — José Vicente de Oliveira Martins — Assessor Legislativo, PL-3 — Murillo Marroquim — Redator PL-3 — Maria de Lourdes Veiga — Auxiliar Legislativo PL-10 — Rosa Maria Barros Carvalho — Oficial Auxiliar de Ata, PL-4 — José Artur Alves da Cruz Rios — Assessor Legislativo PL-3.

Todos se apresentaram e estão em serviço em suas Diretorias, salvo Murillo Marroquim e Rosa Maria Barros Carvalho, requisitados que foram pelo Gabinete do Líder da Maioria. Quanto a Murillo Marroquim, há, ainda, requisição do Presidente da República, que se acha em estudos na Comissão de Constituição e Justiça.

Os demais 19 funcionários, lotados no Quadro Anexo por força de impedimentos reconhecidos pela Comissão Diretora da época, tendo sofrido revisão em seus respectivos processos, de impedimentos, deverão apresentar-se em 10 dias, a contar do pagamento da ajuda de custo, o que se fará à medida em que houver apartamentos disponíveis.

3º quesito — Que motivos ou razões justificam não haver sido expedido ordem de apresentação imediata, em Brasília, aos demais?

Resposta: São chamados à medida em que o Senado pode assegurar a entrega de apartamentos.

4º quesito — O prazo de dez dias, fixado ao Assessor José Artur Rios, para se apresentar em Brasília — passando a lhe serem contados como de falta, os dias que ultrapassou a este prazo — resulta de critério geral, aplicado a todos os casos semelhantes e a ser invariavelmente aplicado a todos os funcionários, cujo retorno seja efetivado?

Resposta: Sim. Os prazos têm sido menores. O Assessor Legislativo, PL-3, José Vicente de Oliveira Martins, que se achava à disposição do Governo da Bahia e já com pedido de prorrogação, apresentou-se em 24 horas, apesar de ter recebido prazo de 5 dias. O Taquígrafo, PL-3 Edmar Leão Vieira Faria, apresentou-se em sete dias, conforme despacho em sua ajuda de custo.

O funcionário deverá apresentar-se à Diretoria de Taquígrafia no dia 28 do corrente. — Brasília, 21 de março de 1963.

Os demais, em grande número, no prazo médio de 7 a 8 dias.

5º quesito — Quais as razões de serviço que justificam prazo tão exiguo?

para que o mencionado servidor se apresente em Brasília?

Resposta: O prazo não é exiguo. Na verdade o funcionário permanece no Rio desde 1960. Não se justifica que o Senado mantenha esta situação indefinidamente em favor de funcionário que sempre esteve desimpedido.

6º quesito — Existem vagas, atualmente, no quadro de assessores do Senado?

Resposta: Sim.

7º quesito — Cogita a Comissão Diretora aumentar o número de assessores, por considerar insuficiente o atual?

Resposta: Não. O de que cogita é que os funcionários nomeados para esses cargos venham exercer as suas funções e trabalhar, em Brasília, a exemplo de seus colegas.

8º quesito — Se não existam vagas de assessores, estando providos os cargos e efetivados seus titulares, qual será a situação funcional do Senhor José Artur Rios, retornando ao Quadro Permanente em Brasília? Será considerado excedente, embora tenha sido admitido ao serviço no Senado mediante concurso de provas e títulos?

Resposta: Preencherá vaga decorrente das nomeações dos Srs. João Mancel Rocha de Mattos para Vice-Diretor-Geral e Herculano Ruy Vaz Carneiro para Diretor da Assessoria Legislativa.

9º quesito — Quantos Senadores continuam sem dispôr de apartamentos em Brasília, constrangidos, em consequência, a morar em hotel?

Resposta: 9 Senadores. O G.T.B. entregou ao Senado 18 apartamentos, de 3 e 4 quartos, em edifício do Banco do Brasil, na Super Quadra 195/406, dos quais somente três foram ocupados pelos Senadores, o que possibilitou atribuir algumas dessas residências a funcionários categorizados, entre eles, o Assessor Legislativo José Artur Alves da Cruz Rios.

10º quesito — Sendo certo que o Governador do Estado de São Paulo, por ofício GB 679, de 10 de abril do corrente, solicitou ao Senado Federal que fosse o Assessor José Artur Rios posto à disposição do Governo daquele Estado, por quais razões decidiu V. Ex. ou a Comissão Diretora negar liminarmente o pedido, quando, em relação a outros, de igual natureza, do Presidente da República e do Governador da Bahia, preferiu submeter previamente o assunto ao exame e parecer da Comissão de Constituição e Justiça?

A propósito da solicitação do Governador do Estado de São Paulo é oportuno e conveniente ressaltar que ela foi feita inteiramente à revelia do Assessor José Artur Rios que, ao ser informado do fato, expediu aquela autoridade, telegrama, de que deu conhecimento à Comissão Diretora, externando seu alheamento e sua surpresa.

Embora haja, portanto, o pedido do Governador da São Paulo sido feito sem intervenção, nem ciência nem autorização, do Assessor José Artur Rios, parece certo que ele teve decisão diversa da que foi dada às solicitações de requisição de funcionários, formuladas e encaminhadas ao Senado Federal pelo Presidente da República e pelo Governador do Estado da Bahia — o que torna necessário o esclarecimento ora requerido, para que não vareja, erroneamente, que o Sr. Ademar de Barros não mereça de V. Ex. a consideração dispensada a outras autoridades.

Resposta: A resposta a este quesito constou da exposição do histórico dos fatos.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1963.

O SR. MEM DE SÁ:

Pego a palavra pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra pela ordem o nobre Senador Mem de Sá.

O SR. MEM DE SÁ:

(Pela ordem — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, quero, apenas, agradecer a honra com que me sinto quase enfeitado por tão longa e brilhante permanência, que vai muito além do meu pedido. É o que se pode chamar uma resposta ultra petita, um quase relatório de fatos alheios ao meu requerimento.

Estou imensamente reconhecido pela deferência da Mesa e desejo comentá-la, assim como a "Ata" da sessão do dia 17, para o que já me inscrevi para a sessão de quinta-feira. Como amanhã é dia feriado e, portanto, provavelmente não obterei o *Diário do Congresso* que publicará esta resposta, solicito a fineza de me ser fornecida cópia dela, a fim de que melhor possa comentar esta peça, em que se vê o milagre da inteligência aliado à autoridade.

O SR. PRESIDENTE:

A Presidência registra com grande satisfação as palavras do nobre Senador Mem de Sá o declara que, realmente, sempre procurou prestar esclarecimentos ao seu voto bastantes para o convencimento daqueles que pedem informações.

Assim, terá o Sr. Senador Mem de Sá não a cópia, mas justamente o original da resposta à solicitação de informações que formulou, e que lhe será encaminhado. (Pausa)

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE:

Sr. Presidente, cedi minha vez ao nobre Senador Argemiro de Figueiredo por solicitação de S. Exa.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Argemiro de Figueiredo, por cessão do nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. ARGEMIRO FIGUEIREDO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, quero inicialmente agradecer a atenção generosa com que me distinguiu e honrou o eminente colega, Senador Eurico Rezende.

Irei, por essa forma, privar o Senado de ouvir mais uma vez a eloquente palavra do eminente parlamentar, mas, sou compelido a aceitar a honrosa deferência de S. Exa., cedendo-me o lugar para falar na sessão de hoje, pela circunstância de ter de me ausentar desta Capital durante três dias, em missão do Senado.

O SR. ARGEMIRO FIGUEIREDO:

(Lê o seguinte discurso)

Sr. Presidente, este ano de 1963, está, sem dúvida, sob a influência de um signo de agitações generalizadas.

Agitação no mundo internacional, onde as nações se dividem e se agrupam em função de suas concepções ideológicas. Agitações internas, entre governantes e governados, entre o Poder e o povo, que estão a desfiar o tato e a argúcia dos grandes estadistas. No primeiro plano, parece-me difícil, bem difícil, acomodar as nações mais tímidas ou mais prudentes, no ângulo de uma neutralidade, onde possam ficar à distância dos choques ideológicos, que ameaçam a paz da humanidade. No segundo, onde a inquietação assinala a vida interna de grandes e de pequenos países, não menores são as dificuldades para se extrair, do embate das idéias um nível de pensamento que possa constituir o poder da vontade nacional.

O Brasil, Sr. Presidente, não ficou nem poderia ficar imune às

efeitos internos e externos desse clima perigoso de agitação e intranquilidade. Grande e louvável, sem dúvida, é o esforço dos nossos estadistas, na luta pela adoção de uma linha de conduta diplomática e eficiente no sentido da manutenção pacífica entre as nações. Os grandes princípios da não intervenção na vida interna dos outros povos e do respeito à autodeterminação de cada um deles, vem sendo o caminho seguido de nossa posição na comunidade internacional.

Não sei, entretanto, Sr. Presidente, se essa armadura, tão bem elaborada em moldes humanitários, substituirá alguma vez as forças das grandes forças internacionais que se vêo estreitando todos os dias. Há ocasiões em que há profundos estudos a sua fragilidade, quando a atitude nobilíssima de não intervenção na economia interna dos outros povos, buscamos justificar o princípio de autodeterminação dos povos, para ressaltar e fazer esquecer ditaduras autoritárias que emergam, pela brutalidade de força, e liberdade e a dignidade de seres humanos.

Tem, Sr. Presidente, que cada um de nós, que difíceis, quando somos arrastados pela dinâmica da vida internacional aos fúteis de uma definição clara entre os dois grandes blocos que se defrontam para encaminhar ou dirigir os destinos da humanidade. Será que ainda podemos, então, manter aquela noçãoinha de neutralidade, tão animada de espírito divino que inspira a paz na terra, aos homens de boa vontade? Será que essa atitude de nobre pacifismo não irá recrutar contra nós a indiferença ou a repulsa de ambos os blocos? Será que o nosso amor à liberdade e o sentimento de preservação de nossas melhores conquistas democráticas e cristãs não vão ainda arrastar a terra, estranhas os nossos gloriosos soldadinhos, como suprema contribuição desta Pátria pela defesa dos grandes princípios que enobrecem a vida dos homens? Ah, Sr. Presidente, se essas interrogações não ficarem no ar e puderem, hoje, ser respondidas com objetividade e segurança, estou certo de que seremos forçados a reformular a posição brasileira nas quadras da comunidade internacional. Reformular, Srs. Senadores, não, no sentido de uma política de agressividade, incompatível com os nossos sentimentos de paz, mas, no objetivo de uma união mais vigorosa e franca com as nações que defendem o império da liberdade na vida de todos os povos. Reformular lá fora, como precisamos fazê-lo no setor interno deste país.

A nossa democracia, a democracia brasileira, parece tímida e até inerte. Está nos faltando o espírito de previsão, de mobilidade, de resistência e de defesa. Está nos faltando a acuidade necessária para uma interpretação segura da realidade nacional. Não hesito em repetir que estamos sendo conduzidos intransigentemente, nós, governo e povo, a caminhos incertos e temerários. Estou certo, Sr. Presidente, de que a democracia não exprime uma estrutura de governo platônico, sustentado apenas pela beleza de sua justificação teórica. Não é fórmula óca, sem conteúdo sério e objetivo. A democracia tem conteúdo social e econômico. Não há democracia em um país quando se consorcia a liberdade e a fome. Ser livre, com o estômago vazio, é a pior das escravidões. Democracia não é ficção. É realidade, é paz; é felicidade comum; é confiança do povo; é ordem social; é cultura; é saúde; é bem-estar da comunidade.

Uma democracia sem esse conteúdo não tem estabilidade; é precária, insegura, e até funesta. A democracia em que os que estão no poder não sentem os reclamos das massas; os anseios populares; o protesto das que

sofrem; o grito dos que têm fome, não é democracia; é uma farsa. O conceito da liberdade é inseparável do respeito à dignidade da pessoa humana. Mas não é essa democracia insustentável e mentirosa, que precisa defender, com todas as forças do patriotismo. É a democracia que resolve os problemas do povo, que, agora, Sr. Presidente, na hora das soluções do povo. Tem, Sr. Presidente, na hora das soluções democráticas, que nos resolvam para eles, para o povo e para a pátria das forças que aglutinam a estrutura subvertida, a liberdade das reivindicações, a ordem e a justiça do Governo, da lei e do direito, no palco das soluções.

Já não há, em outras oportunidades, que tenham as grandes idéias que, sempre acolhendo neste País, o fundo a estruturação do povo, o subversivo. Inflação e corrupção, por exemplo, em que o povo, em que o povo, no ângulo das idéias, o povo, os homens de bem, o povo, os que lutam pela soberania das instituições democráticas, os que defendem em defesa das conquistas inflaram-se em que os braços da centro-favorecem da esquerda e da direita, e o povo, a direita, tomam lugar nos veículos benéficos da esquerda.

Ordem e paz para onde vamos? Nunca tivemos, Sr. Presidente, maior necessidade de coragem e de prudência. Coragem para enfrentar a desordem. Prudência para solucionar os problemas nacionais. Coragem e prudência para reconstruir uma pátria que não fique marginalizada, reclamada da civilização ou à margem da História. Reconstruirmos uma pátria digna dos nossos filhos, que precisem viver felizes e livres.

O Congresso que aí está não pode fugir à grave responsabilidade de uma missão histórica. Não pode, Sr. Presidente. Minha honra será fecharmos as portas desta Casa, arrastados pela subversão, de que transgirmos, trazendo ao povo, que nos mandou para representá-lo. O Senado e a Câmara renovaram-se no último pleito. Votaram do contato com as massas populares. Deputados e Senadores receberam a afirmação da confiança das que os elegeram e sabem o que a nação quer. As nossas leis devem refletir essa vontade, se não queremos passar à História como traidores daqueles que em nós confiaram. Quanto a mim, Sr. Presidente, afirmo a Vossa Excelência, ao Senado e à Nação, que manterei fidelidade ao programa do meu partido, que tem a honra de ser chefiado pelo eminente Presidente da República. Disponho-me, resolutamente, a estudar e a lutar pelas chamadas reformas de base, reclamadas pela nação e defendidas pelo meu Partido e pelo meu Chefe. Estas nunca exigiram de mim uma disciplina além das fronteiras programáticas de nossa agremiação. Tenho falado nesta Casa com liberdade. Um partido político tem, de certo, as suas linhas fundamentais inalteráveis, mas, não pode transformar-se em cárcere de idéias. Não negar a democracia, como já o afirmo.

Confesso-me, dentro do meu Partido, quero repetir, plenamente solidário com as reformas de base, sobretudo a reforma agrária. Não sei se diremos bem reforma agrária, Sr. Presidente, porque nunca tivemos neste país, uma estrutura agrária, no sentido legal, técnico e científico, que pudesse ser agora reformada. As leis esparsas que possuímos não têm o cunho de uma verdadeira estrutura das atividades rurais. Se o tivesse, Srs. Senadores, nós não estaríamos aqui, incluindo entre os problemas prioritários deste país, a reforma agrária. E chego a avançar, neste ponto, se os governos vissem exultar, ao menos, algumas das excelên-



tes leis que possuímos, mesmo desprovidas de sistematização, ninguém estaria, hoje honestamente elevando a reforma agrária à categoria dos problemas de salvação nacional. As leis referentes à colonização e as de financiamento à agricultura, se executadas em toda plenitude, teriam deixado os homens do campo tranquilos, satisfeitos e prósperos com os planos de assistência governamental.

O Sr. Arthur Virgílio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Com muito prazer.

O Sr. Arthur Virgílio — Sabe V. Exa. da profunda admiração que lhe devo e do respeito que tenho por sua personalidade de homem público. Em verdade, V. Exa., além de portador de uma cultura que este Senado admira, é um homem de bem e um homem autêntico em seu comportamento na vida pública brasileira. Gosto, portanto, de debater com homens assim e embora membros de um mesmo Partido, figurando sob a mesma legenda, podemos ter um ou outro ponto de divergência, aqui ou ali, na apreciação dos problemas básicos nacionais. Esses pontos divergentes, entretanto, não nos separarão da linha comum de defesa dos mesmos ideais trabalhistas, pela implantação de um regime social justo e humano em nossa Pátria. Estou ouvindo o discurso de V. Exa. que afirma, mais uma vez, em muitos pontos com aquilo que penso, com aquilo que sinto, com aquilo que vejo em relação aos problemas brasileiros. Num ou noutro aspecto, apenas poderia discordar. Isto põe em relevo o sentimento democrático, inclusive na vida das agremiações, em que os próprios companheiros deixam de encerrar sob o mesmo ponto de vista sob a mesma tutela, sob a mesma bitola, igual campo de idéias ou igual campo de princípios. Mas eu vejo, eminente colega, no problema da reforma agrária — aquele a que me reportarei, se tiver oportunidade, na sessão de sexta-feira — vejo, de fato, uma das causas fundamentais do processo de evolução econômico-social deste País, pelos motivos que vou expor e que não cabem neste aparte, mesmo porque não desejo tomar o tempo de V. Exa. dispõe. Permite-me porém, discordar quando diz que essas leis poderão resolver os problemas da economia rural brasileira. Tomemos por exemplo o caso do Nordeste, a agudagem no Nordeste, V. Exa. é homem do Nordeste e o conhece bem. Pergunto: qual o benefício que a agudagem levou ao camponês, ao camponês? Qual a modificação nas condições de vida do Nordeste decorrente da agudagem? Que lucró o nordestino com a agudagem? A resposta de V. Exa. será a unanimidade, será a geral: absolutamente nada, porque os agudes foram construídos para beneficiar apenas os latifúndios, apenas para os latifundiários. Qualquer medida, a execução de qualquer lei, em qualquer sentido visando a uma modificação na estrutura rural brasileira, sem o extermínio do latifúndio, não resolverá o problema do homem do campo. Também pouco livrará o País da pressão social resultante do desnível existente entre os proprietários de terras e aqueles que trabalham essas terras. Permite-me, portanto, discordar de V. Exa., nesse ponto. Não acredito que a execução de todas essas leis resolva a questão, sem a reformulação da política da terra, que é fundamental, sem o que não creio se possa solucionar o problema agrário brasileiro.

O SR. ARGEMIRO FIGUEIREDO — Agradeço, sensibilizado, a honrosa intervenção do eminente Líder da minha Bancada. Agradeço as referências generosas de S. Exa., quando me faz elogios, que não mereço. Na verdade, eu me sinto pequenino pa-

ra caber na medida que sua generosidade me traça.

O Sr. Arthur Virgílio — Não apoia V. Exa. tudo merece.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Obrigado a V. Exa.

Sr. Presidente, ainda grande é a minha satisfação ao sentir que o eminente Líder de minha Bancada está de pleno acordo com muitas das afirmações que acabo de fazer, embora discordando de outras, que não constituem, na verdade, a linha fundamental da nossa agremiação partidária.

Sou homem de sensibilidade, homem de brio, tenho realmente aquilo que o meu Líder chamou de autenticidade na vida pública.

Nunca variei de partido e só uma vez as circunstâncias de ordem moral, de honra pessoal obrigaram-me a deixar uma agremiação política que vinha dirigindo, na Paraíba, há mais de 20 anos.

Só motivo desta natureza poderiam ou poderão afastar-me das agremiações a que me filiar.

Examinei o programa do Partido Trabalhista Brasileiro, antes de para ele entrar. A despeito da simpatia extraordinária que sempre votei a Getúlio Vargas, com quem colaborei, chefiando, durante 5 anos, o Governo do meu Estado; a despeito de toda essa simpatia, devotiei-me ao exame do programa do Partido Trabalhista Brasileiro e entendi que devia apoiá-lo sem nenhuma contradição com o meu passado na vida pública. Entrei para ele.

É indiscutível, Sr. Presidente, para todos nós trabalhistas, que a reforma agrária é velha pregação de nosso partido, sentindo que, na verdade, dentro dessa política da melhoria das condições de vida das classes mais humildes nós precisávamos ter uma vista mais segura, mais justa, mais humana em relação aos trabalhadores rurais. Daí a reforma agrária constituir um dos pontos básicos do programa do nosso partido.

A reforma agrária, a sua manipulação, o seu processo não constituem nem poderiam constituir minúcias dessa natureza; não poderiam constituir, jamais, a substância desse item, a substância desse ponto da reforma agrária.

Ainda preocupa o nosso partido a necessidade de lutarmos pelo acesso do homem rural à propriedade onde trabalha. Para se realizar esse acesso, para ter lugar a passagem do proletário a proprietário, não existem processos preconizados e nem o Partido poderia tê-los.

Não afirmei, como ouviu o Senado, que a execução das leis esparsas, que possuímos, poderia constituir uma reforma, no sentido técnico legal-científico. Não afirmei. Declarei que se os governos que se vêm sucedendo executassem as nossas leis, excepcionais e excelentes, sobretudo as do imortal Presidente Getúlio Vargas, não teríamos a crise social que vem inquietando toda a Nação, principalmente os meios rurais do País. Essa foi a minha afirmativa.

Pergunta-me S. Exa., o eminente Líder de minha bancada, o que fizeram os governos anteriores em relação ao nordeste brasileiro; o que fizeram os departamentos ou órgãos da administração pública encarregados de executar leis atinentes à melhoria das condições de vida dos homens daquela região sempre em luta contra a inclemência dos céus, contra a natureza. Pergunta-me S. Exa., o que fizeram os governos passados que deram execução às leis de amparo ao Nordeste ou de combate aos efeitos das secas.

Meu eminente líder, passará a saber, agora, o que realmente ocorre no Nordeste. Ficará sabendo — porque o desconhecia como homem do extremo Norte — que os governos passados, desde o de Epitácio Pessoa até o de Juscelino Kubitschek, realiza-

ram no Nordeste obras excepcionais de amparo às populações rurais, obras excepcionais, para a transformação e desenvolvimento da economia daquela região. Pergunta-me S. Exa. de que servem as grandes barragens. Ah... S. Exa. não é nordestino; se fosse, não me faria tal pergunta em pleno Senado da República.

As grandes barragens, Sr. Presidente, onde estão situadas, transformam as condições sociais e econômicas das populações vizinhas. Quando se discute o problema da SUDENE no Senado, tive oportunidade de dizer que, bem perto da terra onde nasci, há uma dessas grandes barragens, a de Boqueirão, que abastece a cidade de Campina Grande, hoje com população de cento e vinte mil habitantes. Só essa obra é uma grande realização dos Governos passados. Só essa barragem — quero destacar — sem planejamento de irrigação ou bacia de irrigação — criou uma civilização nova na região. A barragem está no Município de Cabaceiras, na região do Cariri, a que chamávamos de capital das secas nordestinas. Essa barragem, que não tem a finalidade econômica de irrigar as terras secas, só ela modificou tudo. Hoje, as populações dali não sentem os efeitos do flagelo. Ao contrário, — vai escandalizar-se o Senado da República com o que digo — vivem melhor na ocasião das secas do que nos períodos de bonanças. E por quê? Por que os agricultores vizinhos, grandes, e pequenos, aproveitam as terras marginais dos agudes à medida que as águas vão baixando. Aproveitam as terras úmidas, sem perda de um palmo para cultivar feijão, milho, alho, batata, algodão e cebola. Hoje, são populações ricas, podemos dizer, a despeito de flagelo de secas, pela fartura de suas colheitas.

Epitácio Pessoa, grande filho da Paraíba foi sem dúvida, o homem que deu cunho objetivo ao combate aos efeitos das secas, com a preocupação de amparar os nordestinos. Foi ele quem iniciou o combate; mas quem impulsionou o grande plano, hoje, felizmente consubstanciado no texto da Constituição Federal, sem caráter regional ou local e sim de âmbito nacional foi o homem que se impôs à admiração de todos nós nordestinos, desenvolvendo a agudagem e melhorando as condições econômicas da nossa região, o imortal Presidente Getúlio Vargas. Foi esse grande gaúcho que teve sensibilidade para compreender as nossas dificuldades. Os Srs. Senadores que não conheceram aquela região, poderão agora verificar se, naquele brasileiro das secas, os grandes agudes não constituem verdadeiros oásis, com uma civilização e uma economia diferentes, produzindo riqueza e prosperidade, para o bem-estar daquela comunidade.

A utilidade dos grandes agudes, ninguém pode negar. Chego a dizer ao meu eminente Líder de Bancada, Senador Arthur Virgílio, talentoso, culto, dos mais ilustres como é, que nesta hora incorre em erro deplorável — permito-me dizer — porque não conhece a região.

O Sr. Pedro Ludovico — V. Exa. esquece de referir-se às estradas de rodagem do Nordeste, construídas durante o Governo Getúlio Vargas e outros.

O SR. PRESIDENTE:

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — V. Exa. tem toda razão. Não se pode cogitar do desenvolvimento econômico do Nordeste sem nos preocuparmos com aquilo que é substancial, ou seja a execução dos planos de infraestrutura.

Assim, saiba o meu eminente Líder que o Nordeste estaria ainda hoje assistindo, amudadamente, aquele doloroso drama das retiradas que S. Exa. conhece pelos livros que tem lido sobre o Nordeste, não fossem os

dois Governos que passaram, principalmente o do Sr. Getúlio Vargas, que nos benefícios que prestou ao Nordeste só encontrou paralelo com o Governo do eminente Presidente Juscelino Kubitschek, sem dúvida nenhuma merecedor de nossa gratidão e simpatia pelas obras extraordinárias que realizou naquela região.

O Sr. Arthur Virgílio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Com muita honra.

O Sr. Arthur Virgílio — Continuemos este diálogo, que será útil. Somos homens de regiões diferentes, até mesmo ecológicamente, mas que se identificam em diversos aspectos, porque são dois desertos, um alagado e outro comburido. Não falei na agudagem sob o aspecto econômico. Houve equívoco de V. Exa., quando fez todas essas considerações sob o aspecto econômico.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Econômica e social. Cheguei a dizer a V. Exa. que era a capital das secas.

O Sr. Arthur Virgílio — Falei sobre o aspecto social, e reafirmo declarando que a agudagem não modificou o aspecto social do Nordeste. Afirmando pelo conhecimento que tenho, muito inferior ao do nobre colega, oriundo daquela Região, mas pelas palavras do homem que está executando o Plano da SUDENE, o Sr. Ministro Celso Furtado, que declarou que a agudagem absolutamente não transformou o estilo de vida do camponês nordestino.

O Sr. Victorino Freire — Transformou!

O Sr. Arthur Virgílio — Estou repetindo declarações do antigo Superintendente da SUDENE, de que o estilo de vida do camponês nordestino não se transformou.

O Sr. Victorino Freire — É uma opinião respeitável do Superintendente, mas errada. Também conheço o problema.

O Sr. Arthur Virgílio — Inclusive, ele não se adaptou. Agora, para respaldar as declarações do Superintendente da SUDENE e de minha afirmativa, pergunto a V. Exa. e ao Senado da República: Quais as condições econômicas e sociais do homem do Nordeste? Vamos ler as estatísticas! Qual o direito de viver que tem hoje o homem do Nordeste? Qual a sua expectativa de vida? Vinte e sete anos, apenas! Estes os direitos que o homem do Nordeste tem de viver com todas as vantagens que não lhe são reconhecidas. Vinte e sete anos de vida, enquanto na Europa a média de expectativa de vida é de 65 a 70 anos. Quantos homens no Nordeste andam calçados? Um terço apenas de vinte milhões de nordestinos têm direito a usá-los. Quantos vão à escola? Entre crianças, rapazes e moças, em idade escolar, apenas 5%. Qual a percentagem de mortalidade infantil no Nordeste? Só se iguala à dos países mais atrasados da África, ou à Índia. Quais os benefícios que podem ter atingido alguns setores econômicos, e que possam ter promovido o bem-estar de vida de uma região, que continua sob o peso da miséria, da fome, da desgraça e do mais cruel abandono a que se pode lançar um ser humano? V. Exa. conhece isso mais do que eu, porque é da região batida por todas essas calamidades, é da região desses homens bravos, desses homens heróicos que, inclusive, desbravam minha região e vão para lá tangidos por essa calamidade geográfica que é o Nordeste brasileiro!

Mas, convenhamos que todas essas afirmações, que todas essas obras, que todas essas iniciativas ainda não resolveram o problema do homem nordestino, porque o problema do homem nordestino é o do direito, até hoje negado, ao trabalho, à saúde, à educação, à instrução e à participação na vida nacional.

O Sr. Mem de Sá — Assinalo a vezmente e violenta condenação do no-

bre Senador Arthur Virgílio aos Governos dos Srs. Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek de Oliveira, que S. Ex.<sup>a</sup> apoiou, ou pelo menos o seu Partido. Toda a crítica de S. Ex.<sup>a</sup> se dirige a esses Governos.

O Sr. Arthur Virgílio — Declarei, certa vez, que há, neste Plenário, um malicioso confesso, o nobre Senador João Agripino. Confessou-se, assim, malicioso nas suas intervenções, e de fato é homem inteligente e malicioso. Mas há outro, no Senado, também malicioso e inteligente, que é o nobre Senador Mem de Sá.

O Sr. Mem de Sá — Se verdade é malícia, sou malicioso.

O Sr. Arthur Virgílio — Mas maliciou em relação à minha pessoa. Não culpo os Governos, não aponto erro neste ou naquele Governo; aponto erro numa estrutura. O erro que vejo é na estrutura econômica, na estrutura política e na estrutura social. Ai é que está o erro.

O Sr. Mem de Sá — E então vamos para o comunismo?

O Sr. Arthur Virgílio — Nobre Senador V. Exa. sabe que não sou comunista.

O Sr. MEM DE SÁ — Sei que não o é.

O Sr. Arthur Virgílio — Apenas, não acito uma ordem social injusta e cruel como a que aí está, não acito uma ordem social que discrimina, não acito ordem social que protege apenas uns poucos, dando vida e educação a uns poucos e negando a milhões de brasileiros.

O Sr. Mem de Sá — Isso é o que os Srs. Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek de Oliveira e João Goulart deviam fazer e não fizeram.

O Sr. Arthur Virgílio — Não fizeram devido a uma estrutura que não lhes permitiu fazer. Qual a composição política desse País? Qual a verdadeira participação do povo brasileiro?

O Sr. Mem de Sá — No Governo do Sr. Getúlio Vargas não havia a participação do povo; era a ditadura mesmo.

O Sr. Arthur Virgílio — Foi o único Governo que fez alguma coisa em benefício do povo. Fez a Legislação Trabalhista, para tirar o trabalhador brasileiro da situação de escravidão em que se encontrava. Foi o único homem que conseguiu fazer com que o problema do operário deixasse de ser de polícia para se transformar em conquista social. Foi, irrecusavelmente, o homem que marcou uma era de transformação social e política neste País. Por isso mesmo, é o estadista cujo nome tem sido lembrado, com respeito e saudade, pelo proletariado brasileiro.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Concedo, agora, o aparte solicitado pelo nobre Senador Victorino Freire.

O Sr. Victorino Freire — Data venia, discordo integralmente do meu eminente colega, Senador Arthur Virgílio, na questão da acudagem no Nordeste. Sou homem nascido no Vale do Moxotó o mais seco da região nordestina, e foram a pequena e a grande acudagem que formaram e implantaram ali a civilização. Na época, da estiagem não mais se vê o fenômeno da retirada daquela gente que morria pelo caminho, em demanda do Maranhão e dos vales úmidos do Nordeste. Por este motivo estou com V. Exa. em que a grande acudagem transformou completamente a fisionomia do Nordeste. E as estatísticas dessas mortes, a percentagem dos que não vão à escola, talvez no Recife sejam idênticas, porque é onde há maior miséria. No interior, porém, essa miséria não é tão grande, porque os municípios floresceram. E com a chegada recentemente, da energia elétrica de Paulo Afonso, Caruaru, Pesqueira, Arco Verde, Sertão

nia e Pedra Talhada se transformaram em grandes centros de civilização, onde quase todos têm escola. Nesta parte, falo como pernambucano nascido nessa área, conhecendo a vida nas suas dificuldades. Hoje, os que lá estão não têm as mesmas dificuldades nem os sofrimentos que enfrentei na infância.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Agradeço os apartes dos meus eminentes colegas. O Senador Victorino Freire trouxe-me à lembrança o nome do grande Presidente Eurico Gaspar Dutra. Na verdade, foi um dos grandes beneficiadores do Nordeste. Assinalo este fato, Senhor Presidente para completar a relação dos grandes brasileiros que se impuseram e se impõem à admiração dos nordestinos.

Sr. Presidente passo agora a responder ao nobre Senador Arthur Virgílio, e com imensa satisfação, porque, na verdade, como salientou o eminente e brilhante Líder da minha bancada, estamos aqui divergindo em pormenores, posto que unidos dentro das linhas mestras do Partido. Os debates estão sendo de utilidade excepcional, sobretudo para homens que não conhecem a região nordestina. Disse-me S. Exa. que os açudes poderão transformar de algum modo, em algumas partes, as condições econômicas do Nordeste brasileiro, não as condições sociais.

Sr. Presidente, pelo relato que acabei de fazer, populações que viviam na miséria, que não tinham escolas, nem roupas para vestir, nem alimentos para a sua sobrevivência, após os benefícios trazidos pelas barragens, transformaram-se e hoje desfrutam de condições de vida plenamente satisfatórias, como as de qualquer País. Dispõem de recursos financeiros, de condições econômicas, não mais passam fome, não vivem na miséria que é, na verdade, a característica de todo o Nordeste brasileiro.

São as condições sociais e econômicas que se transformam, e não apenas as condições econômicas, com as barragens e açudes. Quando os benefícios não se destinam a grupos isolados, privilegiados, estendem-se às populações, aos grandes e aos pequenos, aos que dispõem de recursos e aos que não dispõem, aos que têm posses e aos que não têm, aos que trabalham pelo braço e aos que trabalham pela máquina.

Sr. Presidente, se as condições econômicas geram riquezas, propiciam vida diferente, trazem bem-estar e felicidade à comunidade, por que — pergunto — não transformam as condições sociais desse povo?

O Sr. Arthur Virgílio — O nobre orador permite um aparte?

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Ao conceder o aparte a V. Exa. interromperei a resposta que lhe estava dando.

O Sr. Arthur Virgílio — O meu aparte em nada modifica a resposta. Entre os muitos privilégios que caracterizam este País, há o privilégio da saúde que é apenas de alguns, o da educação que é apenas de alguns, o da felicidade que é apenas de alguns, e o privilégio maior, o da distribuição da riqueza, que está nas mãos de poucos. O trabalho do conjunto da Nação beneficia apenas alguns poucos, enquanto a maioria permanece na miséria. A característica da região amazônica, da região nordestina é de modo geral, a fome, a desgraça. As transformações econômicas no estilo em que são feitas, apenas aumentam os privilégios transformando a riqueza em patrimônio de poucos.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Sr. Presidente, não sei se

respondo, agora, ao último ou ao primeiro aparte do eminente Líder do meu Partido. Vou passar a responder ao primeiro porque é substancial para o conhecimento do Senado.

Informou S. Exa. à Casa que possuía, em abono das suas declarações de relatórios ou da palavra do Ministro Celso Furtado, dirigente da SUDENE, homem na verdade de cultura e de talento. Esse eminente brasileiro afirmava que as barragens do Nordeste nada haviam modificado as condições sociais e econômicas locais.

O Sr. Victorino Freire — O Ministro Celso Furtado é, sobretudo, um grande planejador.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Planejador, mas, mau planejador em relação ao Nordeste, é o que acrescento.

Sr. Presidente, o nobre Senador Arthur Virgílio incorre num erro, doloroso para nós nordestinos, ao negar que as realizações na região nordestina, de todos os governos passados, transformaram, excepcionalmente, as condições sociais e econômicas de determinadas zonas flageladas. A fonte do engano está na informação do Ministro Celso Furtado.

Nobre Senador Arthur Virgílio, Vossa Exa., como homem do extremo-norte, onde as águas sobram, vem trazer o concurso da sua palavra brilhante...

O Sr. Arthur Virgílio — Obrigado a V. Exa.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — ... à do humilde provinciano...

O Sr. Mem de Sá — Não apoiado.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — ... que ora ocupa a tribuna,

na defesa do nordeste brasileiro, do nordestino.

Quantas vezes, Senhores Senadores, ocupei a tribuna, nesta Casa para destacar a situação de miséria, de dor de angústia e de fome em que vivem os homens do nordeste! Quantas vezes clamei — e ainda agora, no final do meu discurso, mais uma vez, clamo — contra a situação de abandono em que vive o Nordeste, em relação aos governos que se vêm sucedendo.

Não nego as vantagens e os efeitos sociais e econômicos das grandes obras realizadas. Mas, na verdade, como disse S. Exa. o eminente Líder da minha Bancada, falta muito para que tenhamos um Nordeste próspero e feliz, com seu povo integrado no sistema admirável de progresso dos Estados do Centro e do Sul, dentre os quais cito com orgulho — orgulho que é de todo o Brasil — o grande Estado de São Paulo, onde os problemas sociais e econômicos não existem. Ali, o homem do campo tem recebido amparo de todas as administrações; há um equilíbrio de forças há desenvolvimento simultâneo, paralelo, entre a riqueza industrial e a riqueza agrícola. Cuida-se da educação do homem, do ensino técnico-econômico, como de desenvolvimento da economia industrial e, ao mesmo tempo, da economia agrícola. É um Estado que serve de modelo a todo o Brasil.

Para promover a grandeza social e econômica do País, não precisamos, eminente Líder, senão tomar como figurino, para nossa ação, a administração que se realiza no Estado de São Paulo, o equilíbrio de forças sociais e econômicas, promovendo a grandeza e a felicidade do Estado e elevando-o a categoria incontestável de Estado líder da Federação brasileira. Salientou o eminente companheiro, Senador Arthur Virgílio que o Superintendente da SUDENE dava informações negativas.

Ah! Sr. Presidente, eu não estimaria, dispondo de pouco tempo para encerrar o meu discurso, referir-me agora a esse homem, ao Ministro atual e Superintendente da SUDENE — ele acumula as duas funções. Não

desejaria referir-me. Vamos ter oportunidade de debater o Plano elaborado por S. Exa., e o Líder do meu Partido terá de convir comigo em que a SUDENE, a despeito do espírito que animou a sua criação, é hoje no Nordeste brasileiro — e o será mais tarde no Brasil inteiro — um dos maiores crimes cometidos contra a região e contra o País.

A SUDENE, Sr. Presidente, — esta sim! — é que, dispondo de milhões e milhões de cruzeiros, arrancados ao povo e às Nações estrangeiras, a despeito de três anos de vida, nada realizou até hoje em benefício do Nordeste. Nada, Sr. Presidente; ao contrário, estiolou as energias dos órgãos que trabalham e lutam pela melhoria das condições de vida dos homens da região e pela modificação das condições ecológicas; que lutam emitir pelo verdadeiro desenvolvimento da economia regional. Estabeleceu uma concorrência desleal, a mais nociva, a mais criminosa que se poderia verificar. Entre esse órgão novo, a SUDENE, e os demais órgãos que atuavam na região, estabeleceu-se uma concorrência desleal.

Para afastar o órgão que, na verdade, contava realizações objetivas e interessantes do ponto de vista social e econômico na região nordestina, fez a SUDENE? Organizou um corpo de pessoal seu, de funcionários seus, e passou a pagar-lhes, aos de fora e aos que daquele Departamento, vencimentos em dobro.

Engenheiros do DNOCS que trabalhavam na acudagem — porque é o único que pode combater a seca — os que trabalhavam nos serviços de irrigação e bem assim o do Ministério da Agricultura, com ação eficiente por todo o interior do Brasil, sobretudo na região Nordeste, e em — e continuam a ser — retirados dos seus velhos lugares e incorporados à SUDENE, recebendo o dobro dos vencimentos que percebiam nos órgãos a que serviam.

O Sr. Victorino Freire — Agora, o tipo.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — E para que isto, Sr. Presidente? Para impedir que continuem no Nordeste os serviços de acudagem e de irrigação, a construção das grandes barragens, obras que são não digo as únicas, mas as substanciais para a salvação da região.

Até hoje, Sr. Presidente — ninguém pode contestar este argumento, que tantas vezes tenho repetido neste Senado — está o Sr. Celso Furtado preocupado, na SUDENE, em criar indústrias na zona urbana. Perguntaria a S. Exa., perguntaria ao Senado e à Nação inteira: que adiantam essas indústrias nas zonas urbanas, se o fenômeno que provoca a fome e a desordem econômica na região continua com o flagelo e o impacto da seca? Que adiantam as indústrias, quando a seca se transforma naquele brasileiro imenso que anula a fortuna acumulada dos camponeses, no tempo do inverno? Que adiantam essas indústrias? Quem as está criando é o homem que não quis transformar as condições sociais do Nordeste brasileiro. Ele, sim, é que não está cuidando, na verdade, do homem nordestino. Despreocupou-se dos homens e das mulheres pobres, das crianças que não têm escolas, dos pais que não têm meios de subsistência para suas famílias, dos pais que não têm recursos, que vivem com fome! Foi ele, Senhor Presidente, que abandonou essa gente, para cuidar exclusivamente, ou quase exclusivamente, do desenvolvimento econômico dos grupos que já ali existiam. A SUDENE, no Nordeste brasileiro, tem-se preocupado mais com os grupos econômicos do que com outra qualquer iniciativa útil à região. Grupos econômicos são beneficiados por ela. Inclusive uma firma cujo nome



não recorde, fabricante de cachaca, ou rum, ou qualquer outro tipo de vinho, mas cuja propaganda ouvimos a todo instante, no rádio.

O Sr. Mem de Sá — Rum Bacardi. O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Bacardi? Lembra V. Exa. o nome da fábrica, sem ter, por isso, qualquer parcela de responsabilidade nas afirmações que ora faço.

O Sr. Mem de Sá — Disse eu o nome do fabricante, embora não seja grande consumidor dos seus produtos. Não quero me comprometer por esse lado. Conheço o nome da firma por acaso! (Riso)

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Sr. Presidente, a preocupação da SUDENE é com a indústria. Os pequenos, os humildes, os que não têm roupas nem alimentos; que vivem fome e estão na miséria no Nordeste, esses foram abandonados pela SUDENE.

O Sr. Mem de Sá — V. Exa. diz que a SUDENE está favorecendo grupos privilegiados?

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Por isso, não traga o eminente Líder Arthur Virgílio a sua brilhante palavra em defesa de tal programa porque nós — a mim — estamos traçando o grande ideal de Getúlio Vargas, descurando os humildes, os abandonados para favorecer ainda mais os grupos econômicos já favorecidos pela SUDENE.

Não, Sr. Presidente! Enquanto a SUDENE não modificar a sua orientação não melhorar as condições de vida econômica e social da região nordestina, não cuidar da construção de barragens, não cogitar da irrigação, a economia do Nordeste não se desenvolverá. Sem dúvida, as condições climáticas daquela região são bem diferentes das de São Paulo e de todos os Estados do Sul e do Extremo-Norte, onde as chuvas não faltam. São bem diferentes!

O SR. PRESIDENTE (fazendo soar a campainha) — Nobre Senador Argemiro de Figueiredo: cumprio o dever, embora lamentando muito — de informar a V. Exa. que está esgotado o tempo de que dispunha.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Sr. Presidente, releve-me V. Exa. por tomar ainda mais dois minutos para encerrar meu discurso, lendo as poucas palavras que restam. E releve-me os Srs. Senadores que me sollicitaram apertados por não poder atendê-los, diante da advertência que acaba de me fazer a Presidência.

Sr. Presidente, porque todos os males acumulados no ângulo das atividades rurais deste país, têm uma só e única origem que é o abandono dos campos, por todas as administrações que se vêm sucedendo. O Governo que aí está, recebeu sobre os ombros o peso maciço desses desajustamentos somados. Mas, agora, não se culpa mais a ineficiência do Poder Público.

As ondas da agitação coletiva, umas emergindo das legítimas reivindicações da agricultura abandonada, e outras mais fortes, nascendo do plano de subversão, estão incidindo violentamente sobre a propriedade privada. A culpa por esses males, está agora localizada e lançada contra os proprietários rurais. Contra aqueles que acreditaram na verdade da lei. Contra aqueles que confiaram na estabilidade das garantias constitucionais; na seriedade do regime; na tradição secular das garantias ao instituto da propriedade. Contra aqueles que receberam dos pais ou adquiriram, pelo trabalho, grandes e preciosas terras, onde se fixaram, para viver nelas e para morrer nelas. Agora é essa propriedade, a propriedade privada que terá de responder por tudo. Não adianta, para muitos, saber nem sentir que nós estamos ferindo o ponto central e mais sensível de toda estrutura democrática. Estamos tocando o coração do regime. Aí está tudo; a polarização de todos os

direitos, inclusive a liberdade individual. E o que iremos fazer neste Congresso, Sr. Presidente? Como solucionar o problema? Será que estão certos os que admitem que tudo se resolverá bem através da solução simplista de redistribuir as terras deste país, mudando os seus titulares? Tomando de uns para dar a outros? Será que tenhamos chegado a esse estado de infamidade mental? Será que estamos esquecidos de que vivemos em um país onde faltam homens para a terra, e onde as terras sobram para os homens? Será que nos esqueçamos dos milhares de estrangeiros que recrutamos de Portugal, da Itália, do Japão, da Alemanha e de outras nações, para o povoamento do Brasil, porque, para tanto nos falta densidade demográfica? Será que não se saiba que neste País os que têm terra também estão sofrendo miséria e fome? Brasília.

Sr. Presidente, poderia oferecer ao Congresso um quadro singular de exemplificação esmagadora. Aqui estão milhares de nordestinos, saídos dos nossos campos. Centenas de seus proprietários na região. Possuem terras e as abandonaram. Deus sabe com que amargura. Abandonaram as suas glebas, tenhamos a franqueza de confessar, compelidos pela fome. Pelo abandono a que foram relegados pelos governos. Abandonaram-nas porque não tiveram a ajuda do Poder Público. Cansaram na luta contra o flagelo das secas; não tiveram sementes para o plantio; nem instrumentos para o trato da terra; nem dinheiro para o financiamento da lavoura; nem médico para cuidar da saúde; nem escola para os filhos; nem roupas nem alimentos para fazê-los sobreviver. Vai longo o meu discurso. Sr. Presidente. Voltarei ao assunto. Por agora, apenas um apelo final. Apelo ao Governo e ao Congresso no sentido de que não nos deixemos afogar na onda da subversão que se vai alastrando neste país e comprometendo legítimas reivindicações populares. Tenhamos coragem para enfrentar a desordem. Coragem, bom senso e patriotismo. Não consentamos que leis insensatas venham perturbar ou destruir, com atentados injustos à propriedade privada, os núcleos organizados de produção agropecuária, que ainda vão mantendo entre nós, a despeito de tudo, o consumo e a vida das populações urbanas. Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem) — Palmas. O Orador é cumprimentado.

#### O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do Expediente. Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1.º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:  
**Requerimento nº 126, de 1963**

Nos termos do art. 39 do Regimento Interno, requero licença para me afastar dos trabalhos do Senado pelo prazo de 95 dias, a partir de hoje. Sala das Sessões, em 30 de abril de 1963. — José Feliciano.

#### O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa expediente que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

É lido o seguinte:

#### ARMAS DA REPÚBLICA

PODER JUDICIÁRIO

Justiça Eleitoral

#### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

Diploma

O Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás declara eleito Senador Federal o Senhor Armando Storni, de acordo com o extrato da ata abaixo inscrita:

#### Extrato da Ata Geral

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e sessenta e

dois, no Tribunal Regional Eleitoral, presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Frederico de Medeiros, Presidente; Geraldo Bonfim das Freitas, Vice-Presidente e Parahyba Pirapitanga Santana; os Juizes doutores Fausto Xavier de Rezende e Chronon de Barros Lotoli; os juizes doutores Maximiliano da Mata Teixeira e José Lopes Rodrigues, bem assim o Excelentíssimo Senhor doutor Alcides Teixeira Alvares, Procurador Regional Eleitoral. As dez e seis horas, foi aberta a sessão, sendo lida e aprovada a ata anterior. Em seguida, o Desembargador Presidente declarou que convocara a presente sessão, a fim de que o Egrégio Tribunal, a quem fora apresentado, em sessão anterior, o relatório organizado pela Comissão Apuradora, constituída na forma do artigo 35 da Resolução nº 7.019, de 6 de setembro de 1962, emanada do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, do Desembargador Parahyba Pirapitanga Santana e dos Juizes doutores Fausto Xavier de Rezende e José Lopes Rodrigues, relativo aos resultados da apuração geral das eleições para Senador e suplente de Senador, Deputados Federais e à Assembleia Legislativa Estadual, se pronunciasse a respeito, o que fez, aprovando-o, unanimemente. Em face dessa decisão, o Senhor Desembargador Presidente proclamou os eleitos. Consta dessa ata, de conformidade com a letra do parágrafo único do art. 40 da citada Resolução, que os votos válidos apurados na Circunscrição, para as eleições de Senador e suplente de Senador Federal, foram em número de quinhentos e vinte mil secentos e oitenta e um (520.781), sendo atribuídos ao candidato Pedro Ludovico Teixeira e seu suplente José Elias Lago, registrados pelo Partido Social Democrático, cento e noventa e sete mil setecentos e sete (198.707). Ao candidato José Feliciano Ferreira e seu suplente Armando Storni, registrados pelo Partido Social Democrático, cento e sessenta e oito mil cento e cinquenta (168.150). Ao candidato Jerônimo Coimbra Bueno, registrado pelo Partido Libertador e pela Coligação Democrática (U.D.N. — P.S.P.) e seu suplente, Henrique Maurício Fanstone, somente por esta registrada, cento e oitenta mil setecentos e nove (108.709). Ao candidato Geraldo de Araujo Vale e seu suplente, Clotário Menna Barreto, registrados pelo Partido Libertador, quarenta e seis mil duzentos e quinze (46.215). Era o que continha a referida ata a qual, fielmente, me reporto. Eu, José Marinho de Magalhães, Diretor da Secretaria, fiz o presente extrato. — Desembargador Frederico de Medeiros — Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.

#### O SR. PRESIDENTE:

A licença concedida ao Senador José Feliciano terá início na presente data, conforme se achava previsto no requerimento.

Para substituir o Senador licenciado, convoco o seu suplente, Sr. Armando Storni.

Achando-se Sua Excelência presente, prestará, desde logo, o compromisso regimental, para o que será introduzido no recinto pelos Srs. Senadores:

Pedro Ludovico — Lopes da Costa e Mourão Vieira.

Acompanhado da Comissão entra no recinto, presta o compromisso regimental e ocupa lugar nas bancadas o Sr. Armando Storni. (Palmas)

#### O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa comunicação que vai ser lida.

É lida a seguinte

#### COMUNICAÇÃO

Em 30 de abril de 1963

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, a vista do disposto

nos arts. 8º e 72, parágrafo único, do Regimento Interno, que, assumindo o exercício da representação do Estado de Goiás em substituição ao Sr. Senador José Feliciano Ferreira, adotarei o nome parlamentar abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido Social Democrático.

Atenciosas saudações,

Armando de Miranda Storni.

Nome parlamentar: Armando Storni.

#### O SR. PRESIDENTE:

A Mesa comunica que integrará a Comissão que deverá representar o Senado nas solenidades de instalação da Exposição-Feira Agropecuária, a realizar-se em Uberaba, o Sr. Senador Benedito Viçadães. (Pausa)

Acaba de chegar à Mesa, encaminhado pela Diretoria das Comissões, o Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1955, que cria a cadeira de "Metodologia da História".

Instruem-no pareceres, já publicados, que mostram achar-se a proposição superada, em virtude da orientação seguida na Lei nº 4.024, de 1961, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional.

Dispõe o art. 323, § 1º do Regimento Interno:

"Ao fim de cada legislatura, serão arquivados os projetos do Senado em primeira discussão e os de resolução, cabendo a qualquer Senador ou Comissão requerer o seu desarquivamento em Plenário até o fim da primeira sessão legislativa ordinária seguinte, quando se considerará definitivo o arquivamento".

Na sessão de 15 de dezembro de 1959, a Presidência deu conhecimento ao Senado da lista das proposições que ficavam definitivamente arquivadas, em virtude de não haver sido requerido o seu desarquivamento na sessão legislativa que então terminava. Nela figurava o Projeto de Lei da Câmara nº 22-55.

O processo, respectivo, então desaparecido, posteriormente foi encontrado e vem agora à Mesa.

Não pode a matéria, entretanto, ser submetida ao Plenário e a Presidência vai encaminhá-la ao Arquivo porque a sua tramitação está definitivamente encerrada, por força do dispositivo regimental citado.

Igual fato ocorre com o Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1957, que manda registrar no Tribunal de Contas da União o termo de cooperação celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Território Federal de Rondônia para a defesa dos rebanhos da União.

Essa proposição, que vem agora à Mesa, com pareceres da Comissão de Constituição e Justiça pela rejeição e da Comissão de Finanças pela aprovação, também não pode ser submetida ao Plenário, uma vez que, colocada em Ordem do Dia na sessão de 5 de outubro de 1959, o Plenário deliberou que não tivesse prosseguimento, o que, nos termos do art. 323, § 3º, do Regimento Interno, correspondeu a ser considerada rejeitada.

A Presidência vai encaminhá-la ao Arquivo. (Pausa)

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

Comparecem mais os Srs. Senadores:

Adalberto Sena.  
Eduardo Assmar.  
Vivaldo Lima.  
Zacharias de Assumpção.  
Lobão da Silveira.  
Sebastião Archer.  
Victorino Freire.  
Dix-Huit Rosado.  
Dinarte Mariz.  
Silvestre Pericles.  
Heribaldo Vieira.

Júlio Leite.  
Leite Neto.  
Eduardo Catalão.  
Vasconcelos Torres.  
Benedito Valladares.  
Lineu Gomes.  
Nelson Maculan.  
Amaury Silva. — (19).

*Discussão, em turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1962, originário da Câmara dos Deputados (nº 112-A, de 1962 na Casa de origem) que aprova a Convenção relativa às carteiras de identidades dos marítimos concluída em Genebra em 1958, tendo pareceres favoráveis (ns. 120 a 122, de 1963) das Comissões de Constituição e Justiça; de Legislação Social; de Relações Exteriores.*

#### O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o projeto. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

O projeto dirá à Comissão de Redação.

É o seguinte:

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 14, DE 1962

(Nº 112-A, DE 1962, NA CÂMARA)

*Aprova a Convenção relativa às carteiras de identidade dos marítimos, concluída em Genebra em 1958.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovada a Convenção relativa às carteiras de identidade dos marítimos, concluída em Genebra em 1958, por ocasião da 41ª Sessão da Conferência Geral da Organização do Trabalho.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### TEXTO DA CONVENÇÃO Nº 108 CONCERNENTE AS CARTEIRAS DE IDENTIDADE NACIONAIS DOS MARÍTIMOS.

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho, e aí se tendo reunido a 29 de abril de 1958, em sua quadragésima primeira sessão.

Depois de haver decidido adotar diversas proposições relativas ao reconhecimento recíproco ou internacional de uma carteira de identidade nacional para os marítimos, questão que constitui o sétimo ponto da ordem do dia da sessão.

Depois de haver decidido que essas proposições tomariam a forma de uma convenção internacional, adota, neste décimo terceiro dia de maio de mil novecentos e cinquenta e oito, a convenção presente que será denominada Convenção sobre as carteiras de identidade dos marítimos, 1958;

#### Artigo 1º

1. A presente convenção se aplica a qualquer marinheiro empregado a qualquer modo a bordo de navio que não seja de guerra, e que matriculado em um território para o qual esta convenção estiver em vigor, se destina normalmente à navegação marítima.

2. Havendo dúvida quanto à questão de saber se certas categorias de pessoas devem ser consideradas como marítimos para os fins da presente convenção, tal questão será resolvida, em cada país pela autoridade competente, após consulta às organizações interessadas de armadores e de marítimos.

#### Artigo 2º

1. Qualquer Membro para o qual expedir, para todos os seus nacionais que exerçam profissão de marítimo, e a pedido seu, uma "carteira de identidade de marítimos, na conformidade do disposto no artigo 4º. Se, todavia, não for possível a expedição desse documento a certas categorias de marítimos, o referido Membro poderá expedir, em seu lugar, um passaporte que especifique que o seu titular é marítimo, o qual, para os fins da presente convenção, produzirá os mesmos efeitos da carteira de identidade de marítimos.

2. Qualquer Membro para o qual a presente convenção estiver em vigor poderá expedir uma carteira de identidade de marítimos a qualquer outro marítimo, empregado a bordo de um navio matriculado em seu território ou registrado em agência de colocação de seu território, se o interessado a requerer.

#### Artigo 3º

A carteira de identidade de marítimos permanecerá sempre em poder de seu titular.

#### Artigo 4º

1. A carteira de identidade dos marítimos terá formato simples, será confeccionada com material resistente e apresentada de uma maneira tal que qualquer modificação seja facilmente discernível.

2. A carteira de identidade dos marítimos conterá o nome e o título da autoridade expedidora, bem como a data e o lugar de expedição, e dela constará a declaração de que o documento em questão constitui a carteira de identidade de marítimos, para os fins da presente convenção.

3. A carteira de marítimos conterá os dados abaixo, relativos a seu titular:

- a) nome por extenso (prenomes e nomes de família, se for o caso);
- b) data e lugar do nascimento;
- c) nacionalidade;
- d) sinais físicos identificadores;
- e) fotografia;
- f) assinatura do titular ou, em se tratando de pessoa que não saiba escrever, impressão digital do polegar.

4. Na carteira de identidade de marítimos, expedida a marítimo estrangeiro, não é o Membro obrigado a inserir qualquer declaração sobre a nacionalidade do titular e nem constituirá essa declaração prova conclusiva da nacionalidade.

5. Qualquer limitação relativa ao período de validade de uma carteira de identidade de marítimos deverá ser claramente indicada no documento.

6. Ressalvadas as disposições contidas nos parágrafos precedentes, a forma e o teor exatos da carteira de identidade de marítimos serão estabelecidos pelo Membro que a expedir, ou pelas organizações de armadores e marítimos interessadas.

7. A legislação nacional poderá prescrever a inclusão de dados complementares na carteira de identidade de marítimos.

#### Artigo 5º

1. Todo marítimo portador de uma carteira de identidade de marítimos, válida e expedida pela autoridade competente de um território para o qual a presente convenção estiver em vigor, será readmitido no referido território.

2. O interessado deverá igualmente ser readmitido no território mencionado no parágrafo precedente, durante o período de um ano, pelo menos, após a data eventual de expiração da validade da carteira de identidade de marítimos de que seja titular.

#### Artigo 6º

1. Todo Membro autorizará a entrada, em um território para o qual

a presente convenção estiver em vigor, de qualquer marítimo portador de uma carteira de identidade de marítimos válida, sempre que essa entrada seja solicitada por motivo de licença em terra, de duração temporária, durante a escala do navio.

2. Se a carteira de identidade de marítimos contiver espaços livres para as inscrições próprias, todo Membro deverá igualmente permitir a entrada, em um território para o qual a presente convenção estiver em vigor, de qualquer marítimo portador de uma carteira de identidade de marítimos válida, sempre que a entrada seja solicitada pelo interessado:

- a) para embarcar em seu navio ou ser transferido para outro navio;
- b) para permanecer em trânsito a fim de retornar seu navio em outro país, ou a fim de ser repatriado;
- c) para qualquer outra finalidade aprovada pelas autoridades do Membro interessado.

3. Antes de autorizar a entrada em seu território, por um dos motivos enumerados no parágrafo precedente, qualquer Membro poderá exigir prova satisfatória, inclusive documento escrito, de parte do marítimo, do armador ou de seu agente, ou do consul interessado, da intenção do marítimo e de sua capacidade de a por em execução. O Membro poderá igualmente limitar a duração da permanência do marítimo a um período considerado como razoável, tendo em vista a finalidade da permanência.

4. O presente artigo não deverá ser interpretado como restritivo do direito de um Membro de impedir qualquer indivíduo a entrada ou permanência em seu território.

#### Artigo 7º

As ratificações formais da presente convenção serão comunicadas ao Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registradas.

#### Artigo 8º

1. A presente convenção, apenas, vinculará os Membros da Organização Internacional do Trabalho cuja ratificação haja sido registrada pelo Diretor-Geral.

2. Ela entrará em vigor doze meses após terem sido registradas pelo Diretor-Geral as ratificações de dois Membros.

3. Em seguida esta convenção entrará em vigor, para cada Membro doze meses após a data em que a sua ratificação tiver sido registrada.

#### Artigo 9º

1. Qualquer Membro, que houver ratificado a presente convenção, poderá denunciá-la ao término de um período de dez anos após a data da sua vigência inicial, mediante comunicação feita ao Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho, e por ele registrada. A denúncia surtirá efeito somente um ano após ter sido registrada.

2. Qualquer Membro, que houver ratificado a presente convenção, e, no prazo de um ano após o término do período de dez anos mencionado no parágrafo precedente, não tiver feito uso da faculdade de denúncia, prevista no presente artigo, estará vinculado por um novo período de dez anos e, em seguida, poderá denunciar a presente convenção no término de cada período de dez anos nas condições previstas no presente artigo.

#### Artigo 10º

1. O Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho notificará a todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho do registro de todas as ratificações e denúncias que lhe forem comunicadas pelos Membros da Organização.

2. Ao notificar os Membros da Organização do registro da segunda ra-

tificação que lhe tiver sido comunicada, o Diretor-Geral chamará sua atenção para a data em que a presente convenção entrará em vigor.

#### Artigo 11

O Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho comunicará ao Secretário-Geral das Nações Unidas, para efeito de registro, nos termos do artigo 102 da Carta das Nações Unidas, dados completos a respeito de todas as ratificações e atos de denúncia que houver registrado de acordo com os artigos precedentes.

#### Artigo 12

Sempre que julgar necessário o Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho apresentará à Conferência Geral um relatório sobre a aplicação da presente convenção, e examinará a conveniência de inscrever na ordem do dia da Conferência a questão de sua revisão total ou parcial.

#### Artigo 13

1. Caso a Conferência adote uma nova convenção que importe na revisão total ou parcial da presente, e a menos que a nova convenção disponha de outra forma:

a) a ratificação, por um membro, da nova convenção que fizer a revisão, acarretará, de pleno direito, não obstante o artigo 9º acima, denúncia imediata da presente desde que a nova convenção tenha entrado em vigor;

b) a partir da data da entrada em vigor da nova convenção que fizer a revisão, a presente deixará de estar aberta à ratificação pelos Membros.

2. A presente convenção permanecerá em vigor, todavia, na sua forma e conteúdo, para os Membros que a tiverem ratificado e que não ratificarem a que fizer a revisão.

#### Artigo 14

As versões francesa e inglesa do texto da presente convenção farão igualmente fé.

O texto que precede é o texto autêntico da convenção devidamente adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, em sua quadragésima primeira sessão, que se reuniu em Genebra e que foi encerrada a 14 de maio de 1958.

Em fé do que, assinaram a 23 de maio de 1958. — O Presidente da Conferência, Ichiro Kawanishi. — O Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho. — David A. Morse.

*Discussão, em turno único do Parecer nº 119, de 1963 da Comissão de Relações Exteriores, sobre o Ofício DAC-5-959 de 14 de fevereiro de 1963, pelo qual o Sr. Ministro das Relações Exteriores encaminha apelo do Representante do povo mexicano aos Congressos, Parlaentos, Assembléias Populares ou Corpos Legislativos de todos os países, em prol da paz internacional, do desenvolvimento mundial e da prevenção das provas nucleares, com fins bélicos (parecer no sentido de que o Senado acuse o reconhecimento da mensagem e manifeste ao Congresso Mexicano a sua disposição de continuar a lutar pelas medidas nele consubstanciadas).*

#### O SR. PRESIDENTE:

Em discurso o parecer. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

Será feito o devido expediente no Congresso Mexicano.

E' o seguinte o parecer aprovado:

**PARECER Nº 119, DE 1963**

Da Comissão de Relações Exteriores sobre o OF DAC-1-950, de 14.2.1963, do Sr. Ministro das Relações Exteriores encaminhando, em anexo, um apelo dos Representantes do povo do México aos Congressos, Parliamentos, Assembléias Populares ou Corpos Legislativos de todos os Países pela paz internacional, o desarmamento mundial e a proscrição das provas nucleares com fins bélicos.

Relator: Sr. Eduardo Catalão.

O Sr. Ministro das Relações Exteriores, Dr. Hermes Lima, encaminhou ao Senado Federal um apelo do Congresso dos Estados Unidos Mexicanos, que recebera por intermédio da Embaixada do México no Rio de Janeiro dirigido aos Parliamentos, Assembléias Populares ou Corpos Legislativos, de todos os países pela paz internacional, o desarmamento mundial e a proscrição das provas nucleares com fins bélicos.

Distribuído à Comissão de Relações Exteriores coube a mim, emitir parecer sobre a matéria.

Queremos, em primeiro lugar, congratular-nos com o Congresso dos Estados Unidos Mexicanos pela louável iniciativa de concitar todas as nações, através de suas representações populares, em favor das medidas fundamentais à segurança da humanidade.

Estamos, por outro lado, inteiramente à vontade para manifestar inteiro apoio a esse chamamento do Congresso Mexicano pois outra não tem sido a posição do Brasil nos órgãos internacionais a que esses assuntos são pertinentes.

Ainda estão, na memória de todos, os pronunciamentos da representação brasileira na XVI e XVII Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova York, e na Comissão de Desarmamento, em Genebra.

Em defesa dessa posição o Brasil tem assumido atitudes de vanguarda em perfeita consonância com o apelo que ora formula.

Opinamos, pois, que o Senado responda ao Congresso Mexicano acusando o recebiamente de sua Mensagem e a nossa disposição de continuar a lutar pelas medidas nela consubstanciadas.

*Discussão em turno único, do Parecer nº 123-1963, da Comissão de Relações Exteriores, pela devolução à Chefia da Casa Civil da Presidência da República em virtude do equívoco na sua remessa ao Senado da Mensagem nº 50, 1963, (nº de origem 33) de 15 de fevereiro de 1963, do Sr. Presidente da República submetendo à aprovação do Senado Federal, acompanhada de Exposição de Motivos do Sr. Ministro das Relações Exteriores, o texto do Acórdão de Comércio entre o Brasil e a República da China, assinado no Rio de Janeiro, a 28 de dezembro de 1962.*

**O SR. PRESIDENTE:**

Em discussão o parecer. (Pausa) Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão. Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados (Pausa).

Está aprovado.

A Mesa devolve ao Sr. Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República a Mensagem, a fim de ser encaminhada à Câmara dos Deputados.

E' o seguinte o parecer aprovado:

**PARECER Nº 123, DE 1963**

Da Comissão de Relações Exteriores, sobre a Mensagem do Senhor Presidente da República submetendo à aprovação do Senado Federal, acompanhada de Exposição de Motivos do Sr. Ministro das Relações Exteriores, o texto do Acórdão de Comércio entre o Brasil e a República da China, assinado no Rio de Janeiro, a 28 de dezembro de 1962.

Relator: Senador Arnon de Melo.

Distribuída à Comissão de Relações Exteriores, houve por bem o Senhor Presidente deste órgão técnico, o nobre Senador Jefferson da Aguiar, designar-me relator do texto do Acórdão de Comércio entre o Brasil e a República da China assinado no Rio de Janeiro, a 28 de dezembro de 1962.

Examinando o processo verifico que houve um equívoco na sua remessa ao Senado, de vez que o ofício número 6.855, de 15 de fevereiro deste ano, assinado pelo Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Dr. Evandro Lins e Silva, é dirigido ao Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, Sr. José Bonifácio Lafaye de Andrada.

Nessas condições, entendo que, antes de qualquer exame da matéria por esta Comissão deve o processo ser devolvido à Chefia da Casa Civil para um encaminhamento correto.

**O SR. PRESIDENTE:**

Está esgotada a matéria da pauta. Tem a palavra o nobre Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO:**

(Não foi revisado pelo orador) —

Sr. Presidente, Senhores Senadores, o que eu dizer caberia mais numa questão de ordem, porque exigirá medidas das Mesas das duas Casas do Congresso, no sentido da averiguação de uma distorção que se está verificando na difusão dos trabalhos parlamentares.

Cheguei-me às mãos um documentário da ação de um grupo parlamentar, denominado "Ação Democrática Parlamentar", cujas ligações ideológicas, políticas e de ação com o famoso IBAD já sob investigação da Câmara dos Deputados, são notórias. Por ele se vê que essa Ação Democrática Parlamentar, com o título de "O Congresso em Revista", difundido, em todo o Brasil discursos de determinados Deputados e determinados Senadores.

A primeira pergunta que me ocorre, Sr. Presidente, é esta: de onde vem o dinheiro para tais despesas? Quem financia a propaganda da Ação Democrática Parlamentar e a ibadiana?

Notem os Senhores Senadores que, em todos os Estados, a começar na Emissora Alvorada no Distrito Federal e a terminar na Emissora Gaúcha no Rio Grande do Sul, esses discursos são irradiados na íntegra, ou quase na íntegra, com uma despesa que podemos imaginar fabulosa, num gasto de dinheiro vultoso e que não sai do bolso dos parlamentares, porque, certamente, poucos têm condições para enfrentá-lo.

Sr. Presidente, há uma outra consideração importante a fazer. É que a Ação Democrática Parlamentar, sendo ligada ao IBAD, como é natural, impõe outras indagações. Sabemos que um dos chefes do IBAD neste País, é um cidadão chamado Flóres, representante, no Brasil, do *Manhattan Chase Bank* dos Estados Unidos da América do Norte. E me vem logo uma preocupação, uma apreensão a respeito desse dispêndio, do gasto imoderado da Ação Democrática Parlamentar em conjunto com o IBAD, em todo o Brasil, sob o título de "O Congresso em Revista".

Mas o que desfigura essa divulgação, e exige a interferência das Mesas do Senado e Câmara dos Deputados para tornarem público que não se trata do "Congresso em revista" que está sendo irradiado por seu intermédio — o que desfigura essa divulgação é que eles os discursos que são dados ao conhecimento do povo, eles escolhem os pronunciamentos numa triagem das mais rigorosas, e se apegam sobretudo aqueles que exploram, neste País, a rendosa indústria do anticomunismo. Essa rendosa indústria que trouxe às duas Casas do Congresso alguns de seus representantes, que tem sustentado e vem sustentando muitos homens na vida pública, e que é, sobretudo, uma indústria que visa a manutenção do *status quo* que aí está na defesa dos privilégios que infelicitam o povo brasileiro.

Sr. Presidente, tenho em mãos a comunicação de um Sr. F. C. Lampraia, Assessor Geral da Ação Democrática Parlamentar, a determinado membro do Congresso brasileiro, de que seu discurso foi divulgado em todas essas emissoras, e que outros pronunciamentos idênticos também o serão.

Verifico que além do discurso desse representante, há muitos mais incluídos na pauta de publicidade que a Ação Democrática Parlamentar e o IBAD estão fazendo neste País. E entre os que pontificam nesta divulgação, entre aqueles que mais recebem a propaganda desse organismo publicitário, está o Deputado Armando Falcão, membro da Câmara dos Deputados. Em todo o Brasil, em toda a parte, por todas as emissoras, nesse escaamento de dinheiro sem precedentes, a voz do Deputado Armando Falcão e de seu anticomunismo se faz ouvir na tentativa de impressionar a opinião pública, de esconder a realidade nacional, de fazer com que o povo, anestesiado por falsas impressões, cesse sua luta, amortença seu entusiasmo, deixe de ir à frente para conquistar o direito à vida, ao trabalho decente, à saúde, à educação.

O Sr. Amaury Silva — Permite Vossa Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Com muita honra.

O Sr. Amaury Silva — É muito grave a denúncia que V. Exa. faz ao conhecimento do Senado, principalmente porque envolve o nome do próprio Congresso Nacional, quando essas divulgações se fazem sob o pretexto de que está em revista o próprio Congresso. Mas o fato, nobre Senador Arthur Virgílio, não é novo. Nesta última campanha eleitoral, excluindo aqueles, horários de televisão e de rádio-emissoras, assegurados pela lei com equidade, a todos os partidos, dificilmente qualquer político que não dispusesse de recursos, que não fosse rico, que não estivesse financiado ou estendado por grupos econômicos, conseguiria ocupar uma estação de rádio ou de televisão. Naquela ocasião, este mesmo IBAD, financiando esses mesmos homens que aí estão no Congresso Nacional com eles comprometidos, é que monopolizava, verdadeiramente, todas as fontes de informações deste País para, como muito bem acentuou V. Exa., anestesiá-lo a opinião pública brasileira.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Muito obrigado.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — O meu eminente colega ressaltou, de fato, aspecto importante do que se chama liberdade de pensamento e de opinião neste País. É triste, é doloroso dizer-se, mas essa liberdade de pensamento e de opinião é controlada, dirigida, orientada. Homens de pensamento novo, homens que adotam ideias e fazem críticas construtivas, homens que propagam princípios reformadores, princípios transformadores, esses homens têm acesso difícilíssimo às fontes e aos meios de publicidade, porque

o comércio da propaganda é controlado, e controlado — o que é mais grave — em grande parte, por empresas estrangeiras que, dominando a publicidade que vai para os órgãos de imprensa e para as estações de rádio e de televisão, domina também a orientação política, a orientação ideológica desses mesmos órgãos de publicidade.

Antes de conceder o aparte ao nobre Senador Eurico Rezende, desejo fazer uma ressalva. Na publicidade feita pelo I.B.A.D. e pela Ação Democrática Parlamentar, há discursos que merecem consideração, que merecem respeito. Nem todos os homens citados nesta propaganda, são desse tipo indústria do anticomunismo, que dela faz um meio de vida política e, às vezes, até pessoal, que faz da indústria do anticomunismo um instrumento de luta contra os interesses do povo.

Concedo agora o aparte ao nobre Senador Eurico Rezende.

O Sr. Eurico Rezende — Agradeço a gentileza da oportunidade que V. Exa. me dá para entrar no debate, quero dizer, preliminarmente, que não conheço a direção do I.B.A.D., não utilizei recursos de qualquer tipo de poder econômico para criar condições favoráveis.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Nem V. Exa., pelas suas ideias, podia receber esses recursos.

O Sr. Eurico Rezende — Quero dizer a V. Exa. que não censuro quando grupos brasileiros, isoladamente ou por associação, organizam sistemas de defesa dos seus estilos de vida política ou econômica. O que combato é a ingerência do poder econômico. Quando uma associação recruta normalmente recursos no meio social para a propaganda de suas ideias, sem nenhum caráter de corrupção ou de erosão de consciências, não pratica, absolutamente, um atentado à soberania nacional. Mas quando, como Vossa Exa. muito bem salienta, há participação de interesse estrangeiros nesses sistemas de divulgação e de defesa, aí, sim, deve mais do que a nossa censura recair o nosso corretivo legal, até em caráter de polícia e criminal. Mas para que V. Exa. complete o quadro da realidade brasileira, deve trazer para o debate também o esbanjamento, a disponibilidade muitas vezes caracterizada pela licenciosidade com que elementos de Partidos que apoiam o Governo federal usam esses instrumentos de divulgação. Permito-me citar, neste instante, o Sr. Leonel Brizola, que é hoje uma espécie de inquilino de quase todas as estações de rádio e televisão da Guanabara e de Paulo, para pregar não a defesa dos interesses nacionais mas a baderna de rua e a subversão do regime democrático.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Agradeço o aparte de V. Exa. Deveria notado o meu eminente colega que ressaltou dos aspectos fundamentais: — primeiro, o da propaganda, o uso do título "O Congresso em revista", o que é indevido.

O Sr. Eurico Rezende — Pode Vossa Exa. explicar por que indevido? É uma denominação, não um programa oficial.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Não soa assim aos ouvidos do povo.

O Sr. Eurico Rezende — É uma revista, uma resenha do que se passa no Congresso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Sob o título "Congresso em revista" o povo ouve apenas uma parte dos nossos trabalhos.

O Sr. Eurico Rezende — Há um programa da Rádio Mayrink Veiga "A voz do povo no Congresso" onde atua frequentemente o Sr. Leonel Brizola.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Diferente esse título do de "O Congresso em revista" que é usado pela Rádio Nacional quando dá publicidade à resenha dos nossos trabalhos.



Difere fundamentalmente usar "Congresso em revista" para dar publicidade apenas a determinados pronunciamentos que, por esse ou aquele motivo, afinem com a linha de orientação da Ação Democrática Parlamentar e da IBAD.

O dispêndio imoderado, o gasto fabuloso que essa publicidade faz em todo o Brasil deve preocupar, uma vez que já preocupa o fato de o Sr. Leonel Brizola ocupar, de quando em quando, as tevês e as emissoras de São Paulo e Rio de Janeiro. Se preocupa o fato de em apenas dois Estados o cidadão ocupar periodicamente, a espaço, a tevê e o rádio, que não diretas das preocupações que se levanta. Sr. Presidente, quando essa publicidade é levada a todo o Brasil, diário, ente, em programa de horas, discursos inteiros proferidos na Câmara no Senado? Que não diremos Senhor Presidente, desse dispêndio? De onde vem esse dinheiro?

Dos blocos dos parlamentares, não! V. Ex.<sup>a</sup> mesmo. Senador Eurico Rezende, teve seu discurso irradiado por essa emissora e não gastou um centavo. O parlamentar que me fez chegar às mãos o documento a que me refiro, também não contribuiu para essa publicidade.

Dá a minha interrogação, a minha preocupação. Por que esse Sr. Flores, aparece aqui pelos corredores da Câmara e do Senado, toda vez que se vai votar alguma medida de interesse do povo brasileiro? Esse Senhor é um lido representante do poder econômico mais reacionário, mais retrógrado do País. Banqueiro, representante, no Brasil, de um banco estrangeiro, de um banco dos Estados Unidos da América do Norte, é ao mesmo tempo, um dos elementos de maior projeção do IBAD, ligado à Ação Democrática Parlamentar.

Valem, portanto, essas considerações Sr. Presidente, para, em primeiro lugar, requerer providências à Mesa do Senado a fim de que se resguarde a publicidade equânime, verdadeira, dos trabalhos desta Casa, fazendo-se saber que o que se irradia pelo Brasil não é tudo o que se diz no Senado, não representa a diversificação de opiniões que aqui se verifica, a defesa de teses que aqui ocorre, mas apenas uma trágica, com rumo dirigido, objetivando um efeito, visando a uma causa que considera antipopular, antinacional, antibrasileira — a causa da manutenção do *status quo* que aí está, de privilégios, discriminações e injustiças.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Pois não.

O Sr. Eurico Rezende — Parece-me que a sensibilidade de V. Ex.<sup>a</sup> nesse episódio, ou não se está fazendo muito precisa, ou está realizando em mim a impressão de muitos equívocos. O que caracteriza o regime democrático é o debate, e debate pressupõe duas correntes. Cada corrente de opinião precisa recrutar, para dinamizar as suas idéias, e as suas convicções, os elementos informativos que defendem as suas respectivas causas. Para nós, por exemplo, seria ideal que fossem vitoriosos os pontos de vista de V. Ex.<sup>a</sup> porque teríamos, nós da UDN, do PTB e do PSD, um tratamento de condempnção de igualdade absoluta em "A Voz do Brasil". Eu, inquieto, pelo menos nestes meus primeiros dias aqui, na Câmara Alta, tenho feito pronunciamentos na defesa do regime.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Já ouvi V. Ex.<sup>a</sup> em "A Voz do Brasil".

O Sr. Eurico Rezende — De vez em quando, em sistema de conta-gotas, de crediário — o que me honra muito — é que apareço no noticiário de "A Voz do Brasil". Ainda ontem, nobre Senador Arthur Virgílio, V. Ex.<sup>a</sup> foi inquirido daquele programa. Eu o ouvi aliás muito envaldecido, vendo que V. Ex.<sup>a</sup> é colocado numa posição de vanguarda no noticiário oficial. V. Ex.<sup>a</sup> ocupou quase todo o tempo do

período de "A Voz do Brasil" destinado à divulgação dos trabalhos do Senado. Portanto, o Governo faz propaganda pelos seus órgãos, e até diretamente, daqueles que defendem as suas idéias. Cabe também aos órgãos da Oposição, em defesa do regime, recrutarem aqui — e é um direito democrático — os meios correntes para divulgar aquilo que entendem, em defesa do seu estilo de vida econômica ou democrática. Não vejo, nesse noticiário, Sr. Senador Arthur Virgílio, nenhum desserviço à Democracia. Ao contrário, ainda há poucos dias tivemos a divulgação do discurso do Senador Walfrido Gurgel, peça avançada de defesa do Congresso e do regime democrático. V. Ex.<sup>a</sup> está apenas inundado dos cuidados excessivos de um pessimismo que não se justifica.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Apenas gostaria, eminentemente colega, que a Ação Democrática Parlamentar e o IBAD fossem autênticos, descerrassem a todo o Brasil a máscara, aparecessem perante o povo como são, e informassem os seus programas. Estariam no seu direito e eu não falaria nenhum protesto. Poderia opinar, como estou opinando e vou opinar. Talvez solicite medidas do Senado a respeito dos gastos, da ligação do IBAD com o Sr. Flores, para que esta Nação seja esclarecida sobre se a orientação que se dá ao povo tem um cunho nitidamente de defesa dos interesses brasileiros ou um cunho de defesa dos interesses estrangeiros.

O Sr. Eurico Rezende — Subscreverei o projeto de V. Ex.<sup>a</sup>, apresentando emenda para conhecer a sustentação financeira dos gastos do Sr. Leonel Brizola.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — ...da sobrevivência de resíduos coloniais que ainda existem no País como, por exemplo a espoliação do nosso trabalho, das nossas energias e dos nossos esforços pelo capital internacional, amplamente protegido nesta Pátria. Acontece, porém, que a Ação Democrática Parlamentar e o IBAD são inautênticos. Não enfrentam o povo, dizendo de sua filiação ideológica e política. Não farão a sua divulgação dizendo que é a Ação Parlamentar Democrática, que é o IBAD que assim está falando, que assim está orientando, que assim está afirmando. Não! Eles usam de artifício. Sr. Presidente: dão o nome do Congresso: "O Congresso Em Revista".

O Sr. Eurico Rezende — Uma denominação, Sr. Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — ...para que o povo tenha a falsa impressão de que nesta Casa e na outra, a linguagem é apenas esta que tenho aqui a de Armando Falcão ou de outros que assim falam, homens que sobremos comprometidos nesse País com interesses contrários ao povo, a esta Nação ao seu desenvolvimento e à sua libertação econômica e política. Esse é o objeto principal. Logo, uma cortina de fumaça sobre esta grande Nação, para que os mais ingênuos ou mais incautos possam ouvir nesta Casa vozes outras também não se erguem para proclamar, indistintamente, tudo, sem temerem os rótulos, as distorções ou o que quer que seja, o estado de coisas que aí está, o *status quo* social, econômico e político que temos diante de nós essa desfiguração e descaracterização total da Democracia, transformada num regime de privilégios e de discriminações, que apenas beneficia e protege alguns contra os interesses da coletividade brasileira.

O Sr. Aurélio Viana — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Com prazer.

O Sr. Aurélio Viana — Nobre Senador Arthur Virgílio, no momento, só vejo uma saída: a criação de uma emissora pertencente ao Congresso Nacional, ou ao Senado uma e à Câmara dos Deputados outra, para irradiação dos nossos debates; ou, ainda,

que a Rádio Nacional se encarregasse de propagar os discursos de quantos usassem da palavra na Câmara dos Deputados no Senado e na República. Quem aparta V. Ex.<sup>a</sup> não tem cobertura de estações de rádio, nem de televisão, nem de uma área nem da outra é muito menos o direito de defesa. Num desses programas, os mais ouvidos — Rio de Janeiro, chegou-se à seguinte infâmia: "O Senador Aurélio Viana deveria explicar ao povo da Guanabara — ou como poderia explicar ao povo da Guanabara a origem dos três automóveis JK que se encontram comprados por S. Ex.<sup>a</sup> na sua garagem, no Rio de Janeiro?" Que posso eu fazer? O Marechal Lott tentou defendê-se diversas vezes e foi derrotado em todas elas, usando de uma Lei que existe por aí, mas que não produz efeito. Eu me admiraria muito se o B. D. patrocinasse a transmissão de um discurso pronunciado por V. Ex.<sup>a</sup> ou por mim. Nós estamos numa luta das mais sérias. Os políticos do Brasil estão divididos em duas facções distintas; a facção que não é comunista, mas que deseja as reformas essenciais ao desenvolvimento deste País, ao aperfeiçoamento das instituições democráticas, e aquela outra facção, que também não sendo comunista, usa do anticomunismo como instrumento para que as reformas essenciais ao desenvolvimento do País não se realizem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Permite.

O Sr. Aurélio Viana — Prefere o capital estrangeiro internacional, capital de ocupação, escravagista, ao próprio capital nacional. Esse grupo é *sub-genetis* porque, em se proclamando patriota, defensor, o capitalismo, não promove uma só medida para defesa do capital nacional, ameaçado nos seus fundamentos pelos monopólios internacionais. Há um pretexto só: marileitar, narcotizar, assombrar para que as reformas que os democratas, com D. muito grande com D. maléfico desejem, não se concretizem. Os democratas que pugnam pelas reformas, o que fazem é lutar para que a democracia social efetivamente vireje no Brasil. Se isto acontecer, não haverá lugar para extremismo neste País. Não estou admirado, nobre Senador, do que vem acontecendo ou, então, teria que haver um roteiro que se transformasse em lei e transformado em lei, proibisse que discursos de parlamentares fossem transmitidos por esta ou aquela organização. Então, não sei para onde este País iria!

O Sr. Eurico Rezende — Muito bem! O Sr. Aurélio Viana — O que acontece, é que eles estão organizados, e eu não sei se são outros também estão organizados, ou se divididos em diversas facções, havendo grupos. Deixei para depois o resto do que me dizia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Objeção de V. Ex.<sup>a</sup> pelo seu aparte que incorpore com muito prazer, ao meu discurso, e que me fez dizer que não sou contra a divulgação absolutamente, dos discursos de quaisquer correntes de opiniões.

Tenho afirmado, incontáveis vezes, que Democracia é o diálogo, é o debate, é a diversificação de opiniões. Agora mesmo vim da Europa. Fui à Assembleia Nacional em Lisboa. Fui com que tristeza, meu eminente colega, saí de lá! Com que opressão de alma e de coração deixei aquele prédio, guardado pela Polícia republicana, pelos soldados republicanos, os únicos a intentarem uma conversa franca entre os falsos representantes do povo português. Não vi naquela Assembleia, nem corredores, nas galerias, em qualquer parte, um homem do povo, vi apenas soldados da Guarda Republicana, sentados, nas galerias, entre as cortinas, de quando em quando se abria para olhar o plenário, talvez para fiscalizar a conduta de um

ou outro daqui os salazarianos, e estes representantes de Salazar, e não do povo.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.<sup>a</sup> não visitou as cadeias, senão encontraria os homens da Oposição.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Chegou lá.

Verifiquei, Sr. Presidente, que numa Assembleia daquela não na deste, não há diálogo, não há controvérsia; é o peso de uma ditadura que mantém os homens de pensamento livre na cadeia. Caxias, portanto, que infelizmente tem o nome do grande soldado brasileiro, não em homenagem a ele mas à região onde foi levantada; fortaleza subterrânea onde estão encarcerados os democratas portugueses, os homens de pensamento livre de Portugal, que se levantam contra a ditadura sanguinária e fascista que ali oprime esse povo tão sentimentalmente ligado a nós pela nossa origem, pela nossa formação histórica.

Pátria. Sei dar valor à liberdade política a um; ela tem sentido para mim justamente porque o uso para falar assim como isso, porque concebo a liberdade a serviço dos que considero mais necessitados de defesa de solidariedade e de fraternidade.

Eis a razão por que considero legítima a divulgação do pensamento mais reacionário que possa haver, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal. Considero justo que se levem ao conhecimento do povo todas as idéias, todas as debates que se tram aqui ou na outra Casa do Congresso Nacional, mas quero que se faça isso com autenticidade, que tenham essas organizações a coragem de se apresentar como são de dizer ao povo, o que são, de tomar uma posição definida e não camuflar as idéias. Os princípios que defendem são a capa do Congresso brasileiro, que aqui o que aqui está, que não poderia jamais ser interpretado pelo pensamento reacionário de homens que, em sua maioria — há exceções, é claro — representam o que há de mais reacionário, de mais atrasado e de mais reacionário em matéria de política, neste País.

Por isso vim à tribuna pedir a V. Ex.<sup>a</sup> atenção para o fato e, ao mesmo tempo, mostrar ao povo brasileiro o que está ocorrendo a fim de que se desmascarem essas tramas, se desnudarem esses processos, e o povo saiba que o dinheiro do IBAD — dinheiro de origem escusa, de origem misteriosa, dinheiro que se espalhou no pleito de 7 de outubro por todo o Brasil, para a transformação em inatenuadas as eleições, para a barganha a representação política nas Casas do Congresso Nacional, dinheiro anti-povo, dinheiro politicamente, dinheiro anti-Brasil — dinheiro que procurou trazer para o Parlamento Nacional homens que aqui se dizem representantes do povo mas que, pela sua atuação, são afezes do povo, são seus inimigos, trazendo um seu nome.

O Sr. Aurélio Viana — Permite V. Ex.<sup>a</sup> outro aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Com muito prazer.

O Sr. Aurélio Viana — Para a efêmera nossa, temos de reconhecer que o IBAD foi derrotado em muitos, se não em todos, Estados da Federação brasileira. E sua vitória, portanto, consubstanciada na eleição de alguns elementos sustentados por esse organismo semimisterioso, foi um triunfo, diríamos, de Pirro, sem qualquer consistência.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Vitória conseguida, em alguns Estados, depois de 7 de outubro.

O Sr. Aurélio Viana — O fato confirma a tese de que o povo brasileiro está-se esclarecendo. dia após dia, colando-se dia após dia. Não deve haver interrupção, sob pena de ser

ma, sob qualquer pretexto, no processo de democratização brasileira. Deu a uns quadros de democracia e que nos é permitido este debate? Imagine-se um país em que, só falasse o IBAD.

O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO — Seria Portugal, por exemplo, ou a Espanha?

O Sr. Aurélio Viana — Seria o velho Portugal dos nossos avós, na atualidade. O dinamismo que se nota no Brasil, esse interesse pela política, interesse novo, que abraça todas as camadas da sociedade, que penetra os lares, essa inquietação que produz uma, comprova que estamos alcançando a nossa maturidade política, que nós estamos desenvolvendo. E por isso que os inimigos deste sistema de governo arregimentam-se para destruí-lo pela base. Não querem que o povo se esclareça. Tenho a impressão mesmo de que a grande arma que usa o IBAD, para a defesa daqueles princípios a que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de se referir, é a bigueme: se corra os adversários, destrói aqueles que a empunham. Um povo politizado, ouvindo os discursos, distingue-se. Tenho a impressão de que o IBAD já está chegando um pouco tarde. A reação se faz sentir em todas as partes contra seus processos. V. Ex.<sup>a</sup> tem razão. Nós deveríamos partir do primeiro princípio, organizando, formulando um projeto que se transformasse em lei capaz de cobrir a força de poder econômico, direi melhor, do poder financeiro na propaganda que, confesso, é uma das armas de que usam os grupos, sejam eles quais forem, totalitários ou democráticos, capitalistas ou não capitalistas, para a propagação das idéias que esposam.

O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO — Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>. O nobre colega, de fato, tem razão. Eu mesmo, tive a honra de ser combatido pelo IBAD, no meu Estado. Vou dar, inclusive, à Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados o nome do General João Goulart Barboza que foi o "correto" do dinheiro enviado para o Amazonas pelo IBAD, a fim de intervir nas eleições que lá se realizaram. Vou dar o nome desse General a fim de que ele explique onde arranhou numerário para combater-me, para combater o Senador Mourão Vieira e outros companheiros que, no Amazonas, conosco se empenhavam numa luta dura e árdua, da qual afinal saíramos vitoriosos, malgrado toda a sorte de calúnias e de calúnias, e de infâmias levantadas pelo rádio, pelos jornais, em toda parte.

Hoje, Sr. Presidente, tenho a honra de dizer que fui alvo desse combate, dessa campanha. Sinto, porém, que ele ainda produz alguns efeitos, eminentes Senador Aurélio Viana. Nunca eu expus uma idéia, um princípio que possa ser identificado com o marxismo ou o leninismo. Só quem nunca leu Marx, só quem não tem a menor noção de marxismo, pode identificar pontos de vista meus políticos e sociais, com a doutrina que vigora na União Soviética. Pois apesar disso, fui apresentado como comunista no meu Estado. Padres da Igreja católica, principalmente no interior, ocuparam os púlpitos e os confessionários, usando o nome da Igreja, desvirtuando-lhe as finalidades, para assim me apresentarem perante o povo. Alguns, talvez impressionados pela propaganda comunista, outros, de má-fé mesmo. Sabemos que em todas as classes e em todas as categorias há aqueles que agem de má-fé, tângidos por instrumentos inconfessáveis, por vontades inconfessáveis. Mas, apesar disso, aqui me encontro sob o pálio da democracia, propagando idéias com o vigor com que eu as possa transmitir, dizendo ao povo brasileiro aquilo que sinto dos problemas nacionais e advogando as

soluções adequadas, de acordo com o interesse nacional.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO — Com todo o prazer.

O Sr. Eurico Rezende — Agradeço a cortesia com que V. Ex.<sup>a</sup> me dá o seu de prosseguir neste debate. Quero dizer, inicialmente, que reconheço em V. Ex.<sup>a</sup> um democrata autêntico, um Senador vigilante, que procura cumprir os seus deveres plenamente, e que veio trazer, com seu dinamismo, contribuição apreciável aos trabalhos do Senado Federal.

O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO — Muito obrigado.

O Sr. Eurico Rezende — Gostei imensamente do aparte do nobre Senador Aurélio Viana, no sentido de se promover uma elaboração legislativa, para impedir as incursões do poder financeiro nos instrumentos de divulgação política. Porque, se um projeto dessa natureza for convertido em lei, e essa lei for executada, teremos o Sr. Leonel Brizola inteira e mente fora das imagens da Televisão e das vozes do Rádio. E, quando V. Ex.<sup>a</sup> conseguir, de fato, resultado com a investigação que pretende fazer no seu Estado a respeito da ingerência do poder econômico na campanha eleitoral, que felizmente redundou na vitória de V. Ex.<sup>a</sup>, procure também recrutar na SUDENE a corrupção financeira em favor de um candidato a Senador, felizmente derrotado por um candidato reeleito para esta Casa, que tanto honra e dignifica o regime democrático, o Senador Agostinho de Figueiredo. S. Ex.<sup>a</sup> poderá dar depoimento de como foi a licenciosidade e o carnaval dos dinheiros públicos da SUDENE, na campanha eleitoral da Paraíba. De maneira que, presto esta colaboração a V. Ex.<sup>a</sup>, por admitir que V. Ex.<sup>a</sup> não queira uma investigação apenas dos dinheiros particulares, mas também a quer dos dinheiros públicos, e esses foram esbanjados, pela SUDENE na Paraíba.

O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO — Entendo, eminente Senador, que a corrupção deve ser perseguida onde quer que se encontre. Se a SUDENE procedeu assim, felizmente derrotada...

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.<sup>a</sup> deu partes, hoje, na hora do expediente, demonstrando ser conhecedor profundo dos problemas do Norte e Nordeste. Por isso, estranho que V. Ex.<sup>a</sup> fale no condicional: "se a SUDENE" fez mastigações financeiras, para fins eleitorais.

O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO — Não posso afirmar, porque só afirmo aquilo de que tenho conhecimento. Tenho ouvido dizer por exemplo, que lavrou a corrupção na Guanabara, patrocinada pelo Governador Carlos Lacerda. Entretanto, não posso afirmar. Ouvi isto de dezenas de políticos da Guanabara. E note-se que o Governador daquele Estado monopoliza o que é decente e moral neste País.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.<sup>a</sup> há de convir que se pode acusar de tudo o Sr. Carlos Lacerda, mas nunca, em sua consciência, atentar contra a honradez pessoal de S. Ex.<sup>a</sup>.

O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO — O Sr. Carlos Lacerda é um homem que, segundo ele, é decente sozinho neste País, talvez até no mundo. Tem ele acusado de improbidade, nos seus destemperos de linguagem, cidadãos honestos. É homem que não poupa ninguém, que se não detém diante de qualquer barreira, investe mesmo diante da barreira da família.

Tenho ouvido dizer, de dezenas de pessoas, que impera também a corrupção na Guanabara, que a dívida dos exportadores de café seiscientos milhões de cruzeiros — foi perdoada. Isto, num Estado que recebe ajuda do Governo Federal, com problemas os mais graves a resolver, um Estado que está racionando a luz e água...

O Sr. Eurico Rezende — Um dos

Estados mais bem administrados neste País.

O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO — ... num Estado com problemas tão gritantes à vida do povo, é inconcebível tal munificência, essa generosidade imensa de perdoar uma dívida de seiscientos milhões a milionários, a homens ricos que vivem da exportação do café.

O Sr. Eurico Rezende — Ouvi dizer que o dinheiro do café entrou nas eleições da Guanabara também. Mas, não posso provar. E, porém, o que se diz é o Senhor Aurélio Viana pode confirmar.

O Sr. Aurélio Viana — Abertamente.

O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO — ... se não houve derrame de dinheiro, naquele Estado, visando à vitória dos candidatos do Sr. Carlos Lacerda. De um fato sei: houve perdão da dívida dos exportadores de café. O fato é irrecusável, pois está escrito numa lei votada pela maioria lacerdistas, na Assembleia Legislativa. Não direi pela comprada com favores, pela maioria comprada com favores, pela maioria recrutada através de processos que mereciam, antigamente, do Sr. Carlos Lacerda, a condenação, mais veemente, quando ele escrevia nos jornais, classificando de imorais a pessoas ilustres. O Deputado Amendo Fonseca...

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.<sup>a</sup> está hoje com a fobia dos Armandos.

O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO — ... foi chamado pelo Sr. Carlos Lacerda, no seu jornal, de um dos resíduos da lama que rolou por baixo do Catete, companheiro de Gregório Fortunato. Marcado pela União Democrática Nacional da Guanabara, como a escória política o Sr. Armando Fonseca foi depois levado em luxuosas lanchas a Brocoló, para o banquete do Governador da Guanabara, inclusive para lhe dar o voto na Assembleia Legislativa, no sentido de que fosse perdoadada a dívida dos exportadores de café. Vamos, sim, perseguir a corrupção, mas te mto do País.

Isso de dizer-se que o Sr. Lacerda é homem honrado, também merece limitação.

O Sr. Eurico Rezende — Reconheço que V. Ex.<sup>a</sup> está apaixonado e sem isenção, não perdendo, sequer, o patrimônio moral de um homem que ninguém põe em dúvida. Devo dizer que discordo de S. Ex.<sup>a</sup> em muitas de suas opiniões.

O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO — É um direito que V. Ex.<sup>a</sup> tem, inclusive de discordar de mim.

Jamais desejaria isso para minha honra. O Sr. Eurico Rezende ... mas, com isenção de ânimo, neste País, ninguém poderá sangrar o patrimônio moral de um homem que tem servido com dedicação e com bravura ao regime democrático.

O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO — Reconheço o direito legítimo que Vossa Ex.<sup>a</sup> tem, de discordar de minhas palavras, mas V. Ex.<sup>a</sup> não pode esconder que a administração do Estado da Guanabara se vem caracterizando por esses fatos. Não é só o perdão de dívida dos exportadores de café. Foi esse recrutamento que Vossa Ex.<sup>a</sup> não poderá desmentir e esses favores...

O Sr. Eurico Rezende — V. Excelência não pode afirmar!

O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO — ... imorais de nomeações de colégios eleitorais. Maioria assim, que votou este perdão de seiscientos milhões de cruzeiros aos exportadores de café, ninguém poderá negar, porque é público e notório, assim como o escândalo da sucata, que ocupou, durante muito tempo as manchetes na Guanabara, e que se foi verificar que eram veículos em perfeitas condições de funcionamento e aproveitamento, vendidos como ferro velho.

O Sr. Eurico Rezende — Em que imprensa V. Ex.<sup>a</sup> leu isto?

O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO — Em toda a imprensa do Rio de Janeiro que noticiou este fato, uns jornais com maior veemência como a "Última Hora".

O Sr. Eurico Rezende — V. Excelência está inspirado com os resultados da Convenção de Curitiba.

O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO — Outros se limitaram a noticiar apenas o fato, como "O Jornal do Brasil", mas todos noticiaram a venda da sucata. E não fica aí. Temos as ligações comprovadas por depoimentos de órgãos do Governo da Guanabara, com homens do jôgo do bicho inclusive denunciados numa Comissão Parlamentar de Inquérito, onde ficou demonstrada a existência de organização que tem o nome de um grande balano que recebia contribuições de bicheiros para a realização de suas atividades.

Sr. Presidente, gostaria que o Governador da Guanabara fosse o Senhor Sérgio de Magalhães.

O Sr. Eurico Rezende — É óbvio.

O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO — Gostaria que isso acontecesse, para ler a "Tribuna de Imprensa" e ver como o Sr. Carlos Lacerda o classificaria. Gostaria de ler este planfletário feroz que transformou seu jornal em órgão de linchamento moral de homens públicos os mais dignos desta Nação, apresentados como desonestos como responsáveis por desonestidades para os quais não concorreram ou não intervieram, mas que ele não poupa, porque nunca poupou nada, inclusive as famílias de seus adversários.

O Sr. PRESIDENTE — (Fazendo soar as campainhas) — Lembro ao pobre orador que dispõe de apenas cinco minutos para concluir seu discurso.

O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO — Senhor Presidente, querem que o poupe, quando recordo que ele combatia o Presidente Getúlio Vargas, quando fazia aquela terrível campanha contra esse grande brasileiro responsabilizando-o pelo que um guarda de segurança fizera sem o seu conhecimento, atribuindo a culpa não só ao Presidente, mas à sua família, e até à esposa de Getúlio Vargas, verananda, Senhora Darcy Vargas, que ele fez com que fosse depor no Gálgão pelo crime de Gregório.

Esse homem sem entradas, que está diário e de adversários recebe agora o castigo. Homens de sua Polícia homens do seu Corpo de Segurança procuraram resolver o problema da miséria e da pobreza na Guanabara atirando mendigos no Rio da Guarda e no Rio Guandu.

Sr. Presidente, que diria ele, hoje, se o Governador da Guanabara fosse o Sr. Sérgio de Magalhães?

Se o Governador fosse o Senhor Sérgio Magalhães ele o pouparia, dizendo que foram os policiais que jogaram os mendigos? Não! Procederia como procedeu com o crime do Gregório, atribuindo-o a Getúlio Vargas e mais ainda em tremenda infâmia, em imperdoável infâmia. Sr. Presidente, e Sr. Senadores, atribuiu-o, também, a veneranda esposa do saudoso e pranteado Chefe da Nação. Não me peçam que poupe esse cidadão. Acometo os adversários como eles merecem ser acometidos. Respeito os homens que merecem respeito, mas sei lidar com os políticos que não têm escrúpulos na sua conduta, que não vêm barreiras, que não respeitam nada em seus adversários, inclusive a sua personalidade e a sua dignidade humana.

Por isso, digo e repito perante o Senado, que é relativa a questão de honradez. Enquanto não provar sua isenção absoluta, nessa negociação



do café, nesse escândalo de seiscentos milhões de cruzeiros perdidos pelo Estado, que recebe auxílio do Governo Federal, que tem os mais gritantes e palpantes problemas para serem resolvidos — e o Governador alega que não os pode resolver por falta de dinheiro — fica a acusação. Mas volta, Sr. Presidente, ao assunto. Terei outras oportunidades para tratar de Lacerda.

O Sr. Eurico Rezende — O nobre Senador Atilio Fontana parece que pediu um aparte a V. Exa.

O SR. ARTHUR VIRGILIO — Verifico que o Sr. Carlos Lacerda está tramando, preparando alguma coisa. Lembro-me de certo político que toda vez que se dizia ameaçado, morria um adversário dele; toda vez em que se apresentava como tendo a vida em perigo, um adversário dele, dos mais terríveis inimigos, desaparecia. O Senhor Carlos Lacerda está falando muito em Democracia, em liberdade, em Constituição — Constituição que, como demonstrarei ontem, ele não respeita. Constituição que ele considera má palavra. Constituição que tentou violar várias vezes, inclusive com aquela famosa bravata de impedir a posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira a Jofetão, mas que terminou, como declarei ontem, com uma fuga, não muito heróica para a Embaixada de Cuba.

Concedo o aparte ao nobre Senador Fontana.

O Sr. Atilio Fontana — Quero dar meu testemunho, na ocasião em que V. Exa. localiza o problema da exportação de café pelo porto do Rio de Janeiro. Inicialmente, confesso que não correliogonário do Sr. Governador do Estado da Guanabara, tampouco seu exportador de café ou ligalo a qualquer exportador. Mas, a bem da verdade, digo que acompanhei no devido tempo, o problema da exportação do café pelo porto do Rio de Janeiro, um dos principais portos do País. Verifiquei, naquela oportunidade, que a exportação de café por aquele porto havia caído a nível insignificante devido à elevação da taxa que o Estado da Guanabara estava cobrando. Daí aquele grande número de portuários, de estivadores que estavam sendo prejudicados pela queda brusca da exportação do café. Quando o problema foi debatido na Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, com o consentimento do próprio Governador, ...

O SR. ARTHUR VIRGILIO — Interrompo V. Exa. para pedir-lhe que seja breve, a fim de que eu possa atender a outros colegas que me solicitaram permissão para apertes.

O Sr. Atilio Fontana — Serei breve. Foi quando, através de uma lei, reduziu o Governo da Guanabara a taxa que incidia sobre a exportação do café. Assim, o porto do Rio de Janeiro voltou novamente a exportar café em maior escala, muito embora mediante taxa mais reduzida para os outros do Estado da Guanabara. Entendemos que foi uma ótima solução a redução da taxa, pois facilitou a exportação de café pelo porto do Rio de Janeiro.

O SR. ARTHUR VIRGILIO — A solução foi de fato ótima para os exportadores que ganharam seiscentos milhões de cruzeiros. Para eles, é inegável, a solução foi ótima. Mas esse pleito dos exportadores de café havia sido denegado pelo Supremo Tribunal Federal; havia inclusive aresto do Supremo Tribunal Federal recusando-lhes a pretensão já perdoadada por lei da Assembleia Legislativa daquele Estado.

O Sr. Bezerra Neto — O nobre orador permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGILIO — Pois não.

O Sr. Bezerra Neto — O tempo de V. Exa. está esgotado. Desejo respeitar a advertência regimental da Mesa. Mas a verdade, como se vê da sua oração, é que os tempos são outros. Aceitamos como verdade o fato de que a SUDENE gastou rios de dinheiro contra a candidatura do nosso eminente colega Senador Argemiro de Figueiredo e foi derrotada. V. Excelência destacou no seu discurso a derrota do poder econômico nessas eleições, a derrota da corrupção. A sua tese continua verdadeira. A vitória do povo contra a corrupção, contra o poder econômico se verificou em todo o Brasil. Dou o testemunho de que em Mato Grosso fui também alvo dessa colossal máquina de propaganda, de pressão do poder político, do poder econômico que estava certo de esmagar o humilde, modesto candidato, ...

O Sr. Eurico Rezende — Não apoiado!

O Sr. Bezerra Neto — ... e foi decepcionado pelo resultado das eleições. Digo ainda com orgulho e num aparente paradoxo, — já que sou candidato vitorioso — que fui vítima da mais vergonhosa das fraudes eleitorais. Congratulo-me também, com V. Exa. pelo fato de afirmar que os tempos são outros. Realmente, os tempos mudaram. O Sr. Carlos Lacerda nesta última e grave crise em que sua autoria é inegável, não encontrou o adversário com renúncia, nem encontrou o adversário morto. O adversário ali está, vivo, calmo, sobranceiro para enfrentar novas crises.

O SR. PRESIDENTE — Nobre Senador Arthur Virgílio, o tempo de que V. Exa. dispunha está excedido em cinco minutos. Há outros oradores inscritos que solicitam a palavra. A Presidência ficaria grata se V. Excelência colaborasse concluindo a sua oração.

O SR. ARTHUR VIRGILIO — Vou concluir, Sr. Presidente, solicitando à Mesa que examine o uso indevido que está havendo, por parte do IBAD e da Ação Democrática Parlamentar, do nome do Congresso para a publicação dos discursos daqueles que lhes são afetos.

3 medida que, entendo, compete à Mesa das duas Casas do Congresso Nacional, porque do respeito à sua vida e sua atuação parlamentar e de forma essa vida e essa atuação. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Os fatos que acabam de ser focalizados pelo nobre Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, Senador Arthur Virgílio, serão examinados pela Comissão Diretora, e as suas conclusões, na oportunidade, serão trazidas à consideração do Senado.

Tem a palavra o nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, as classes produtoras e o Governador da Bahia acabam de digirir-se aos Srs. Ministros da Fazenda e da Indústria e Comércio e aos Superintendentes da SUMOC e da CACEX, pedindo a atenção dessas autoridades para os efeitos da Instrução 239 sobre a economia baiana.

Segundo os comunicados dirigidos às autoridades, a Instrução 239 prejudica interesses econômicos da Bahia por ser discriminatória no tratamento dado à exportação do cacau.

Não pretendo criticar a Instrução 239. Não desejo defender interesses de exportadores, nem mesmo afrontar o interesse nacional com o possível interesse, estritamente regional, da Bahia. É justo, entretanto, assinalar que Instrução 239, na sua letra, estabelece uma discriminação que requer, pelo menos, justificação do Go-

vérno, se não impuser uma revisão da medida adotada.

Com efeito, examinando-se o texto da Instrução 239, da SUMOC, vê-se que ela manteve, quanto ao café, a cota já vigente a ser paga pelos exportadores. Expressamente ainda diz a Instrução, em seu inciso 5º:

"Para os cafés do IBC em mãos de terceiros, para efeitos de exportação, já com condições de preço em cruzeiros, prevalece a cota de contribuição e a taxa de câmbio vigentes a 19 de abril de 1963".

Além disso, no inciso 4º, a Instrução 239 autoriza a SUMOC a examinar as situações que ocorrerem até para reajustar a cota, se a tanto aconselhar a atividade administrativa.

Enquanto isto se verifica com relação ao café, o tratamento é diverso quanto ao cacau. Diz a Instrução 239, no seu inciso 6º:

"A cota de contribuição das exportações de cacau em bagas e em massa a que se refere o item 1º da Instrução 236, fica elevada para vinte por cento (20%)".

E no inciso 7º:

"As exportações de derivados de cacau ficam sujeitas a uma cota de contribuição de cinco por cento das respectivas cambiais, que também se destinará ao Fundo a que alude a Instrução nº 20".

Como se verifica, há um tratamento diversificado. Com relação ao cacau, agrava-se a cota devida para a exportação do cacau em bagas e em massa e, quanto aos seus derivados, institui-se uma cota de oito por cento.

É certo que a elevação da taxa de câmbio favorece, de modo geral, a economia baiana nos resultados das operações de exportação; mas é evidente também que a imposição da cota de exportação, nos termos a que se refere a Instrução, cria ônus maiores do que os anteriormente existentes, e que não são adotados com relação a outros produtos, particularmente quanto ao café.

Essa situação, Sr. Presidente e Senhores Senadores, justificou o apelo que acabam de fazer as entidades representativas da lavoura, da indústria e do comércio do cacau, secundadas pelo Governador do Estado.

Referindo-me a esses apelos, não desejo, propriamente, formular uma crítica à Instrução 239. Estou entre aqueles que entendem que a política financeira do Governo não deve ser desestimulada, pelo menos enquanto não ficar demonstrada a inaptação dos órgãos administrativos para levá-la a cabo em benefício do País.

Existem, porém, circunstâncias que justificam o reforço do apelo. Em primeiro lugar, cumpre ver que a economia baiana tem sido prejudicada quanto à produção do cacau, em anos sucessivos. Ainda agora, em sua última Mensagem à Assembleia Legislativa, o Governador Juracy Magalhães assinalou a queda da produção do cacau, salientando:

"a produção cacaueira, decisiva para a receita do Estado, sofreu redução, nesses termos: a safra de 1958-1959 foi de 3 milhões e 80 mil sacos; a safra seguinte, caiu para 2 milhões, 979 mil e 336 sacos; a de 1960-1961, foi de 2 milhões, 150 mil sacos e a de 1961-1962, de 2 milhões, 477 mil e 138 sacos."

Visto está que a safra de 1961-1962, embora um pouco além da anterior, não alcança, entretanto, o volume de 1958-1959.

Em segundo lugar, os jornais de hoje anunciam algumas atitudes, ou pelo menos sintomas indicativos, de que o Governo admite a revisão de

certos critérios de sua política financeira. "O Jornal do Brasil" refere o fato, salientando que o Governo está em vias de reexaminar certos aspectos de sua política financeira e monetária, a fim de eliminar providências que não estão produzindo o efeito esperado.

Sendo assim, mal não há em que o Governo examine atentamente a reivindicação postulada pelas classes produtoras baianas e pelo Governador local. Se o exame da matéria justificar a revisão, que o Governo corajosamente a faça. Será uma providência de justiça, em favor da Bahia e de sua economia. Se o Governo dispuser de motivos e circunstâncias que justifiquem a inalterabilidade da Instrução, que o diga, como satisfação à Bahia e ao Congresso.

O Sr. Eduardo Catalão — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Com prazer.

O Sr. Eduardo Catalão — Aguardo, respeitosamente, que V. Exa. conclua suas considerações em face da Instrução 239.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Diria que V. Exa. aguardou bondosamente.

O Sr. Eduardo Catalão — V. Exa. é gentil. Estou inteiramente de acordo com as ponderações de V. Exa. Apenas, em aditamento diria, Senhor Senador, sem entrar nos considerandos da Portaria 239 — que imagino ter sido sabiamente feita, dentro da técnica cambial — que todos sabemos dos artificios em que vivem os produtos gravosos de nossa exportação: algodão, carne e tantos outros. Não da Bahia, do Espírito Santo e de Pará em pequena parcela, pagam tributo que não se justifica, porque nos compram ao poderio do café, o dos Estados produtores de café. Entretanto, Sr. Senador, a taxa de 20% que a Instrução 239 estabelece para a exportação de cacau, de 8%, como inovação, esta última, do Item VII — para os subprodutos do cacau, ela é na verdade, exagerada. Estou inteiramente com V. Exa. quando solicita modificação ou reconsideração, por parte da SOMOC, da Portaria 239.

Mas, vale dizer sem nenhum receio sem hesitação de desagradar a quem quer que seja que a reconsideração deverá ser feita não pretendendo beneficiar aos exploradores ou industriais. Ela tem que ser feita sobretudo visando ao lavrador, porque, em verdade, estão unificados exportadores e industriais, em detrimento da lavoura de cacau. Não importa se por fatores climáticos, não importa se por falta de assistência dos órgãos competentes, a verdade é que a safra de cacau da Bahia não tem sido levada na devida conta como produto que contribui de maneira expressiva para o pecúlio de divisas do País. Então, Sr. Senador, que V. Exa. acrescente em suas considerações, que qualquer benefício numa reconsideração de 239, deverá prevalecer em favor dos lavradores de cacau. É também, oportuno que se diga ao Senhor Diretor da CACEX que não sofra, absolutamente, com temor as pressões que lhe vêm sendo insinuadas, para que o mercado brasileiro seja aberto no mercado internacional de cacau. Continue resistindo às pressões dos grupos financeiros e dos grupos exportadores que querem forçar a baixa do mercado de cacau em Nova Iorque, tabelando o mercado brasileiro antes do dia 20 de maio. Era o que tinha a dizer, Sr. Senador em complemento às apreciáveis considerações de V. Exa. em favor da economia do Estado da Bahia.

O Sr. Noqueira da Gama — O nobre orador permite um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Com muito prazer.

O Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. não se dá ao trabalho de declarar que a imprensa não noticiando ser pensamento do Sr. Nogueira da Gama a reexaminar sua política econômica-financeira.

zo dos interesses nacionais, o que a administração considerar oportuno e justo. Era o que tinha a dizer. (Muito bem. Muito bem. Palmas).

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Atilio Fontana.

#### O SR. ATILIO FONTANA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, acabo de receber telegrama de funcionários da COAP de Santa Catarina, reiterando comunicações anteriores, declarando que ainda continuam aguardando o pagamento de seus vencimentos, já atrasados em seis meses. E de se imaginar — e o telegrama procura frisá-lo — a situação aflitiva em que se encontram as famílias desses servidores; que passam toda sorte de privações, inclusive fome!

Dai por que, Sr. Presidente, desejamos fazer, desta tribuna, um veemente apelo ao Sr. Ministro da Fazenda, no sentido de que seja depositada, a favor da COAP, a importância devida, de modo a que esse organismo promova a distribuição dessa verba entre as COAPs dos Estados, pois sabemos que não apenas em Santa Catarina, mas também em outros Estados, estão atrasados os pagamentos ao pessoal.

É lamentável que um funcionário tenha de aguardar seis meses ou mais para receber seus vencimentos, com os encargos de família que tem. Tal é a situação que enfrentam os servidores da COAP catarinense, que passam, como já acentuei, toda sorte de privações, inclusive de gêneros alimentícios!

Esperamos, pois, que o Sr. Ministro da Fazenda leve em consideração o nosso apelo e determine, com toda urgência, a entrega das verbas destinadas à COAP, para que possam ser atendidos aqueles modestos funcionários da COAP do meu Estado.

Acabo de receber também um telegrama da Câmara Municipal de Orleans, ao sul de Santa Catarina, no qual me transmitem um apelo dos agricultores daquela região, pedindo que eu faça chegar ao Governo, através do Banco do Brasil, Pedem neste telegrama que seja mantido o preço mínimo estabelecido para os produtos da lavoura, preço esse fixado em decreto, em tempos passados, e que ainda estão em vigor. Lamentam os lavradores do município de Orleans que o Banco do Brasil, com agência naquela região, não esteja facilitando o financiamento de seus produtos, principalmente a farinha de mandioca, produzida em larga escala, em Orleans e municípios adjacentes. Dai por que temos reiterado a nossa opinião de que não basta fixar preço, não basta tratar da reforma agrária, se o lavrador, confiante nos preços estabelecidos pelos órgãos competentes do Governo, posteriormente se vê a braços com o problema da colocação das suas colheitas, não conseguindo o preço mínimo estabelecido.

Não somente a farinha de mandioca, mas também o feijão e o milho, no Estado de Santa Catarina, não estão alcançando o preço fixado pelo Governo, através do Ministério da Agricultura.

Desejamos, portanto, que, ao se tratar de reforma agrária, independentemente de nova legislação ou mesmo de reforma da Constituição, possa o Governo dinamizar o Ministério da Agricultura para o Governo, através dos órgãos competentes, garantir o preço mínimo estabelecido, a fim de que seja pago, realmente, ao produtor. Ninguém poderá trabalhar, produzir e se contentar depois, com os preços ínfimos que recebem, quando tem uma boa colheita. É preciso que esses preços sejam respeitados, é preciso que o aumento, indispensável ao aumento da produção agrícola, seja fornecido ao lavrador por preço justo, acessível.

Enfim, outras providências como, por exemplo, assistência técnica, transporte, armazenamento, financiamento,

precisam alcançar o nosso homem do campo, a par da eletrificação. Nem os países adiantados, que produzem em maior escala, podem prescindir do benefício da eletrificação. Em suma, entendemos que uma infinidade de medidas devem ser tomadas, independentemente de novas leis ou da reforma agrária. Verificamos, em Santa Catarina, que os postos agropecuários, próprios do Ministério da Agricultura, estão abandonados, prejudicando dessa forma as localidades onde estão instalados. Conheço postos que, em lugar de serem um exemplo para o nosso agricultor, em lugar de beneficiar, instruindo-o e orientando-o, constituem verdadeiro foco de pragas, como a formiga saúva que ali se instala. O Ministério da Agricultura não consegue destruir nem mesmo essa formiga, deixando que extermine as lavouras vizinhas dos Postos.

São, portanto, providências que independem de outras legislações e que devem ser levadas em consideração. Precisamos de um Ministério da Agricultura com recursos e com maior número de técnicos.

Ainda há poucos dias, no meu Estado, um excelente médico-veterinário, funcionário do Ministério da Agricultura, disse-me que percebe trinta e três mil cruzeiros por mês. Dessa importância é descontada a taxa do Instituto resultando, daí, que percebe apenas trinta mil cruzeiros por mês.

Como estimular nossos técnicos, no interior, com salários de fome, salários com os quais não podem viver condignamente, na sua posição de homens de curso superior?

Tais medidas é que desejamos postas em prática. Só assim estaremos confiantes em que os nossos homens do campo produzirão muito mais e melhor, proporcionando abastecimento mais amplo nos centros urbanos, vivendo, conseqüentemente vida mais confortável no interior. (Muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Guido Mondin.

#### O SR. GUIDO MONDIN:

(Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente, nobres Senhores Senadores apesar do instante melancólico de cada fim de sessão, hoje ocuparei os momentos restantes desta tarde para render uma homenagem que de forma alguma poderia deixar de ser prestada ao operário brasileiro.

Não direi que se festeja amanhã o 1º de maio num País em dificuldades como o nosso, mas, pelo menos, comemore-se a data consagrada ao trabalhador do mundo inteiro, e, em particular, ao trabalhador brasileiro.

Que bom seria, Sr. Presidente, se pudéssemos, com fanfarras, flores e festas enganar as ruas para justificar a grande data universal. Mas seria mentir. O que assistiremos amanhã, inevitável e logicamente, em lugar de manifestação de regozijo, será um protesto.

Como se poderá festejar o 1º de Maio, quando prosseguimos deixando, por força das dificuldades no quadro geral da economia brasileira, o operário em situação tão difícil?

Ainda nada se fez, no sentido de se estender ao trabalhador de todo o País, mercado próprio.

A falta de trabalho, Sr. Presidente, a esta altura da vida nacional, é uma das coisas mais graves a constatar em nossa questão social.

Se particularizássemos o caso de Brasília, teríamos que repetir desta Tribuna, o que vimos observando desde que aqui chegamos. Que diremos no que respeita à saúde? Vossa Exa. Sr. Presidente, que vem do Estado do Pará, e os nobres Senadores que aqui representam os Estados do Norte e Nordeste, talvez possam dizer mais do que eu, que venho do Sul, de um Estado onde o operário felizmente ainda goza certas regalias.

Sr. Presidente, que dizer quanto à instrução, que não se leva ao operário, como se estivéssemos esperando que soluções radicais venham, tumultuando a vida nacional, procurar para o trabalhador brasileiro aquilo que não se quer dar com justiça e com tranquilidade até aqui?

Como se não bastasse esta situação, para impedir que festejemos amanhã o 1º de maio com real alegria, aí está o comportamento de uma sociedade que não se compadece, não se sensibiliza com a gravidade da situação social brasileira.

Aqui mesmo em Brasília, enquanto vinte mil desempregados povoam as Cidades Satélites da Capital da República, toda uma burguesia gozadora prossegue nos seus velhos métodos de frequentar buates e clubes, insensível ao que se passa ao seu lado em matéria de falta de emprego ou de fome. Então, enquanto não se leva ao operário brasileiro as soluções que ele reclama, em que pese a boa situação que o operário possa gozar no meu Estado ou em São Paulo, mas que não se repete nos Estados do Nordeste, do Centro e do Norte; enquanto não se leva essas soluções ao operário brasileiro, também não se poderá admitir um comportamento desumano por parte daqueles que, ricos, dispoem de todos os bens que a vida oferece bem dotados, pouco se importam com o operário brasileiro, pouco se importam com o fato de o camponês brasileiro permanecer na mesma situação.

Então, diante dessa situação, verificamos que os decantados institutos de aposentadorias e pensões que criamos para o trabalhador são, no dizer do atual Ministro do Trabalho e Previdência Social, órgãos falidos. É o que se diz há muito tempo. Ainda há pouco, o nobre Senador Mem de Sá trazia ao nosso conhecimento que mineiros gaúchos, do município de São Jerônimo, clamam contra a falta de pagamento de suas pensões e aposentadorias por parte do IAPESP.

Eu mesmo estou recebendo, Senhor Presidente, apelos de marítimos da cidade de Rio Grande no meu Estado, clamando pelo pagamento de aposentadorias, pensões e auxílio-fórmula aos empregados do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos. Dizem-me que estão faltando, apenas para aquele município, quarenta e dois milhões de cruzeiros para atender ao pagamento dos atrasados!

Diante de uma situação desta natureza, Sr. Presidente, como festejar o 1º de maio, pelo menos, festejar sinceramente? Se nos detivermos em Brasília, onde temos uma síntese do drama social brasileiro, onde convivemos com o povo, o que dizem de nós, Senadores? O que se contém naquela carabinha que chamamos hoje pela manhã. Afirma-se nela que os Senadores vivem à trinta forra sem se preocupar com a situação social. Pura mentira, Sr. Presidente, e V. Exa. sabe que é mentira. Em Brasília, vivemos e convivemos com criaturas que não têm um mínimo para viver, e muito menos o mínimo para viverem dignamente. Não ignoramos, de outro lado, que apenas trinta por cento desta população vive em condições dignas. O que se estará passando com os demais?

Não é demagogia, Sr. Presidente, é sentimento, porque não posso dormir descansadamente, tranqüilamente, sabendo que em nosso redor há fome e porque há fome nesta cidade, fermentam-se as revoltas. Quando ouço dizer que, graças a Deus, temos detido, aqui em Brasília, crises maiores, fico meditando se isto é certo. A impressão que tenho é que a grande crise, aquela que re-

Os jornais, especificamente o Jornal do Brasil, aludem a uma possível mudança de posição do Governo, quanto a determinados critérios adotados. E se o Governo, efetivamente, verificar que há providências que falharam nos seus efeitos, só louvores merecerá se tiver a coragem e a audácia de rever sua atitude. A administração não deve insistir em qualquer medida por teimosia, mas por crença no seu acerto.

E com esse propósito que também fizemos e reiteramos um apelo ao Governo para que tome na devida consideração o pedido das classes produtoras balanas e do Governo do Estado. O que se pede, enfim, é que as autoridades do Ministério da Fazenda, com a ajuda, que acreditamos não faltará, do Ministro balano na Pasta da Indústria e Comércio, nosso colega Antônio Balbino, e sem prejuízo

sultará sabe Deus como, ocorrerá juntamente de Brasília.

Isolados do resto do País, estamos vendo que falece precisamente uma das razões que nos conduziram para cá, ou seja, a de podermos trabalhar tranquilamente, sem nenhuma agitação. Mas a agitação aqui está porque com Brasília nasceu a fome, com Brasília nasceu a falta de trabalho e a falta de moradias.

O Sr. Lobão da Silveira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. GUIDO MONDIN — Tem V. Exa. a permissão.

O Sr. Lobão da Silveira — V. Exa. tem inteira razão sobre o problema do desemprego em Brasília. Para a sua solução, penso que seria bastante que se criassem núcleos de colonização nos arredores, com o fomento da produção, para manter a capital, o que daria o suficiente para empregar todos esses trabalhadores.

O SR. GUIDO MONDIN — V. Exa. tem toda a razão porém não me vou deter, nobre colega, em assuntos que já debatemos neste plenário. Quero, apenas, dizer porque desejo, nesta breve saudação, homenagear o operário de Brasília, o chamado "Candango de Brasília". E nessa homenagem inevitavelmente tenho que registrar o contraste entre o que se sabe diariamente, através desse panfleto bárbaro de que ninguém se dá conta e que se chama "Crônica Social" nos jornais, a tremenda miséria que nos cerca.

Sr. Presidente seu dos que não descansam, dos que não têm tranquilidade, porque sei que vivo cercado de miséria.

O Sr. Lobão da Silveira — Peço a V. Exa. que faça também nossas as palavras que profere como manifestação do Senado ao trabalhador brasileiro.

O SR. GUIDO MONDIN — Muito obrigado. Atendo ao aparte do nobre Senador Lobão da Silveira. Sei que falo em nome de todo o Senado, nesta homenagem ao operário patriótico.

Sr. Presidente, muito tenho meditado sobre a situação do nosso operário. Verifique que, apesar das conquistas já alcançadas em matéria de legislação social muito falta fazer para melhor atendimento social do trabalhador brasileiro.

Defrontamo-nos com uma situação econômico-social das mais perigosas, com a instabilidade de nossa moeda, situação esta que tem sido debatida neste plenário todos os dias. Verificando que o nosso operário está muito longe de alcançar aquela tranquilidade e aquela paz a que faz jus pelo seu trabalho, refletindo hoje sobre tudo isso, apanhei de minha estante um livro de Michel Quoist, "Poemas para Rezar" e em homenagem ao operário brasileiro vou ler para o Senado o que disse o poeta, diante das misérias do mundo, diante da miséria social: (Lê):

Vejo-as, que me aparecem  
Ouço-as, que me falam  
São o-as, que me esbofetelam  
Pois eu as conheço, Senhor,  
Eu as conheço enquanto ia adormecendo.

Sei que naquele único quarto, misturava-se o hálito empestado de treze pessoas amontoadas

Sei que u'a mãe pendura ao teto a meca e as cadeiras para estender as enxergas no chão.

Sei que os ratos acorrem para roer as cascas de pão velho e morder os bebês.

Sei que o homem se levanta para abrir o encaixado por cima da cama enfiada de seus quatro filhos.

Sei que a mãe fica em pé à noite inteira, porque só há lugar para uma cama e as duas crianças estão doentes.

Sei que um bebê vomita sobre a criança que dorme ao lado dele

Sei que o rapaz fuma e bebe

dentro da noite porque não aguenta mais.

Sei que os homens brigam por causa das mulheres, pois são três casais no mesmo sótão.

Sei que o irmão gera um filho com a irmã porque ele tem vinte anos, ela dezesseis, e dormem todos os dois corpo a corpo no mesmo colchão.

Sei que a esposa regeita o espóso pois não há mais lugar para outro filho dentro de casa.

Sei que um menino agoniza mansamente preparando-se para reunir lá no céu a seus quatro irmãos.

Sei,

Sei mais ainda,  
Sei centenas de outros ratos, enquanto em paz eu ia dormir entre meus lençóis branquinhos.

Quisera não saber, Senhor,  
Quisera não fossem histórias,  
Quisera persuadir-me de que estou sonhando.

Quisera que me provassem que exagero.

Quisera que me mostrassem que estou sonhando.

Quisera que me provassem que exagero.

Quisera que me mostrassem que essa gente toda está sem razão, que se são desgraçados, é por culpa deles

Quisera tranquilizar-me, Senhor, não posso mais, porém, é muito tarde.

O'hei demais

Ouvi demais,

Contei demais,

Contei, Senhor, e creio que as cifras implacáveis rouciam para sempre minha tranquilidade inocente

E o que se pode dizer, Sr. Presidente, em torno do trabalhador de Brasília, em torno do "Candango de Brasília".

Amanhã, 1º de maio será dia de festa, será dia de angústia, em face da situação que o trabalhador brasileiro enfrenta.

Pensando neles presto, em derradeiro a minha homenagem ao trabalhador da minha Pátria. (Muito bem)

#### O SR. PRESIDENTE:

Nada mais havendo a tratar, vou declarar encerrada a sessão designando para a próxima, a realizar-se no dia 2 de maio, quinta-feira, a seguinte

#### ORDEN DO DIA

Sessão de 2 de maio de 1963

(Quinta-feira)

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 13, de 1963, de autoria da Comissão Diretora, que prorroga até 7 de abril de 1967 o prazo a que se refere a Resolução nº 23, de 1962, que pôs à disposição do Governo do Estado da Bahia José Vicente de Oliveira Martins, Assessor Legislativo PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal (projeto apresentado pela Comissão Diretora à vista do pronunciamento e sugestão da Comissão de Constituição e Justiça constantes de seu Parecer nº 141, de 1963).

2

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 1961, de autoria do Sr. Senador Gilberto Marinho, que altera os Anexos I e IV da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, na parte relativa à classificação da classe de Nutricionista, tendo pareceres: (ns. 99, 100 e 101 de 1963) das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade

— de Serviço Público Civil, pela rejeição;

— de Finanças, pela rejeição.

3

Discussão, em turno único, do Parecer (secreto) da Comissão de Economia sobre a Mensagem nº 56, de 1963 (nº de origem 84, de 1963), pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. Juvenal Osório Gomes para Diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, órgão integrante do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 18 horas e 15 minutos.

#### ERRATA

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR VIVALDO LIMA NA SESSÃO DE 23 DE ABRIL DE 1963, QUE SE REPRODUZ POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES

#### O SR. VIVALDO LIMA:

(Lê o seguinte discurso). — Senhor Presidente, por certo se há de estranhar que neste expediente da semana entrante, toda consagrada a programa do mais variado teor em atos comemorativos da passagem do terceiro ano da fundação da nova metrópole da nacionalidade — a discutida e malsinada Brasília — me aproveite para versar tema alheio aos acontecimentos festivos que outras mais brilhantes vozes, naturalmente, já deles se ocuparam com fulgor e arrebatamento, entoando loas entusiasmáticas em torno do empreendimento audaz e de seus arrojados idealizadores.

No introito, todavia, do assunto que abordarei, consigno a minha admiração pela heróica obr. em marcha, através da qual se deslocou do litoral, interiorizando-a, a sede dos Poderes da República, no afã incontrolável de desde já, mesmo à custa dos maiores sacrifícios para a geração atual, integrar os quadrantes apenas conhecidos geograficamente, não obstante opulentos, cheios de riquezas inexploradas sob a capa de terras divinamente férteis.

Brasília é marco grandioso de nova era, canteiro imponente da conquista e edificação do norte e do oeste do nosso vasto território, sempre lembrados na mente profética de um Getúlio Vargas como capazes de encaminhar o Brasil ao próspero e ambicionado destino.

O vaticínio do grande e saudoso estadista confirmou-se na execução do audacioso plano de um governante esclarecido que, prodigiosamente, enfeixou no seu quinquênio a transferência da Capital de onde se achava, cerca de dois séculos, em apazível ponto do litoral, para este recanto não menos saudável do planalto goiano, em tempo e realizações monumentais que assombraram o próprio mundo.

A nova metrópole brasileira aí está promissora, de braços abertos para acolher do leste ou do oeste, do norte ou do sul, pelos ares ou rodovias, os justos anseios de progresso e de bem-estar de suas laboriosas populações, dela apenas afastadas por quase igual distância pois, afortunadamente, cravada em privilegiado lugar concêntrico.

Eis Brasília, em fraco testemunho de um inexpressivo prêmio, no ensaio de seus primeiros passos, esperança de uma imensa pátria sequiosa de unidade bem-aventurança e grandeza.

Após a digressão, fluída insensivelmente de um entusiasmo pelo transcurso da efeméride de 21 de abril,

retorno às reflexões originárias que me induziram a resuscitar esta breve oração, as quais se enleiam em torno da vida benfazeja de um século que, há meio século, se embrenhou nos confins inóspitos da África e lá permanece obstinadamente no cumprimento de humanitária missão.

Em agosto de 1961, fui distinguido com um honroso convite do então Presidente da República, o eminente Senhor Jânio Quadros, para representar o Governo brasileiro nas comemorações que assinalariam a passagem do primeiro aniversário da independência da República do Gabão, antiga possessão francesa na África equatorial, cujas festas de maior gala se realizariam na data magna, 17, em que, no ano anterior, se consumou a emancipação do país por vontade expressa de seu ordelro e laborioso povo.

Nada mais natural que desempenhar tarefa tão honrosa, em que traduziria o sentimento desta Nação e de seu ilustre e prestigioso dirigente em face do acontecimento significativo daquela estóica comunidade humana, que se regozijava em tocantes expansões patrióticas pela sua libertação do jugo colonial.

Havia, no entanto, folheado com avidez e atenção, em certo ensejo, uma brochura intitulada "A l'orée de la forêt vierge", que deixou em meu espírito profunda impressão e entusiasmo.

A perspectiva da viagem ao recanto da África, esplendidamente descrita nas páginas ilustradas da monografia inédita, aguçou-me ainda mais a curiosidade, relendo-a cuidadosamente em seus melhores capítulos, visto como, talvez, me seria proporcionada a grata satisfação de conhecer pessoalmente o seu grande autor.

A 18. derradeiro dia da programação oficial, dedicou-se a excursões no âmbito das selvas ou à sua orla nas margens atlânticas, à Lambaré, ao Cabo Estérias ou a Porto Gentil, a cerca de duas centenas de quilômetros, em linha reta, da metrópole gabonesa — Libreville — por via aérea.

Um grupo seleto, a que me reuni, decidiu-se por Lambaré, ansioso de conhecer um vulto singular e sua mística obra.

Forte emoção à chegada, quando na margem do lendário rio Ogoco, frente à Missão famosa, com seu seqüente inseparável, se adianta modesta e cortêsmente a venerada figura do ancião notável, Albert Schweitzer. Homem de Ciência e Prêmio Nobel da Paz.

Naquela data de 1961, mais de 48 anos corriam de sua constante presença e de seus esforços ininterruptos em bem de uma população nativa totalmente desamparada de recursos médicos e desassistida de meios educacionais, entregue à própria sorte, quanto à saúde e à instrução. Assim, ele a encontrou e sentiu nos idos de 1913, ao internar-se selvas dentro, rios acima, ao encontro de uma Missão protestante perda nas florestas, fincada resolutamente em clareira do barranco de um rio tenebroso, disposto a cumprir altruísticas tarefas junto às criaturas humanas indefesas.

Tudo lá era improvisado. Carente de médicos e enfermeiros, lutavam, não obstante, os estóicos missionários, na medida de suas aptidões e conhecimentos, por mitigar os padecimentos dos afores dos doentes de todos os males, nas instalações rudimentares das choupanas erguidas com pretensões hospitalares.

Logo nos três meses iniciais de exaustivos trabalhos na região insulsa e esquecida das civilizações ajeitou com amargura do completo abandono dos habitantes indígenas em suas enfermidades de qualquer natu-



reza, por falta de médico, e de enfermagem consciente.

Repete comovidamente o sábio e benfeitor, o que, aliás, já inscrevera no livro predileto, frases lancinantes ouvidas, na etapa pior, tais como estas: "Chez nous, tout le monde est malade, me disais ces jours-ci un jeune homme. Un vieux chef ajouta: Ce pays dévore ses hommes".

Dai por diante, quase não mais arredou o pé da provincia preferida, desdobrando-se inquebrantavelmente no sentido de melhorar as instalações existentes, ampliando-as e erigindo novos pavilhões equipados com melhor material, a custa de recursos obtidos das arcas de espíritos filantrópicos encontrados nos meios sociais da velha Europa.

Assim lhe foi possível, em cinco décadas de pacientes e diuturnos labores, consolidar uma obra de tal magnitude, de modo a permitir pronto atendimento a incalculável número de enfermos oriundos até de pontos longínquos, dado o concurso de novos elementos técnicos atraídos pelo mesmo ideal de solidariedade humana e da expansão dos serviços gerais ou especializados capazes de enfrentar as endemias ou pragas do mais repugnante aspecto.

Eis como, em agosto de 61, se presenciava a vila missionária de Lambarené, em seu conjunto, com suas singulares edificações espalhadas pelas três históricas colinas na margem esquerda do Ogooué, quando lá aportou a comitiva de delegados estrangeiros recebida pessoalmente pelo seu insigne animador, o médico e teólogo Albert Schweitzer.

Alli estava, porém, o fruto auspicioso de um esforço benévolo, da dedicação mística de um espírito invulgar que, pode-se dizer, quase sozinho, lutou bravamente, superando pessimismos e enfrentando campanhas depreciativas, para manter e desenvolver uma ideia benéfica e altruística, na plena consciência de que, como pensaria o glorioso Louis Pasteur, "a grandeza das ações humanas se mede pela inspiração que as faz nascer".

Albert Schweitzer, enquanto lá, que faz, em suma, nada menos de meio século, nas horas de lazer, revelou-se um virtuoso intérprete das composições de Bach. Apaixonou-se intensamente por seu estilo, adequado à sua formação espiritual de fina sensibilidade, possuído de fanática admiração por um dos mais geniais criadores da música clássica de todos os tempos. Apesar de octogenário, ainda é bem ágil no teclado de seu maravilhoso órgão, executando as obras-primas do imortal compositor germânico, sobre o qual ainda dispõe de tempo para escrever eruditos tomos, apreciando-lhe as célebres músicas, sob todos os ângulos da melodia e do ritmo peculiares da inteligência de um Johann Sebastian Bach.

Paralelamente, em meio de tumultuosas e ingratas tarefas, na assistência desvaciada a tantos enfermos indígenas, anos a fio, apelava, calorosamente pela concórdia entre os homens em todas as oportunidades oferecidas, pugnando a céu aberto, sem tibieza ou nenhuma consideração, pelas soluções pacíficas dos problemas de toda sorte, sobretudo os ideológicos, mais inquietantes e explosivos, passíveis de intermináveis polémicas ou de ameaças sierradras, em que se empenham todos os povos para garantia de sua própria sobrevivência, coisa que o levou, naquelas paragens das selvas apavorantes do Gabão, a escrever um livro, sob o título "Paix ou Guerre Atomique", estereotipando indelévelmente suas convicções irredutíveis.

Dai, a outorga do maior laurel internacional a Albert Schweitzer — o Prêmio Nobel da Paz — encimando a infindável lista de títulos e galardões conferidos em sua longa existência

benfeitora, que lhe lembram, apenas, na simplicidade de seus hábitos, os lances bons ou maus, e neste quartel de sua vida, ultrapassando os oitenta anos, para ele "as recordações são os únicos belos astros que adornam a noite da velhice".

Dado o seu temperamento singelo, respeitou-se uma vontade, — bem o percebo — ao comemorar-se o quinquagésimo aniversário de sua chegada a antiga colônia francesa, verificada no dia 17 de abril de 1913.

Enquanto se promoviam homenagens nas entidades culturais e se lançava uma emissão de selos postais com sua efigie, em Libreville, capital do Gabão, Albert Schweitzer trabalhava, como de costume, em seu rústico hospital, em Lambarené, informam a todos os recantos da terra as agências noticiosas, adiantando os seus correspondentes, aliás ávidos de sensacionalismo, que o médico missionário e teólogo, em curtas e despretenciosas frases, apenas afavelmente declarara que, de fato, já havia salvo grande número de seres humanos e comemorava aquela data, tão festejado no Gabão inteiro, simplesmente trabalhando ...

E, dirigindo-se aos tantos nativos presentes, promete paternalmente: Serei de todos vós, até o último alento.

Eis, Senhor Presidente, como procedem os grandes homens. Nas espessas florestas do solo gabonês, há uma clareira de civilização nascente, que anuncia melhores dias à infeliz e sofrida população de Lambarené. Nas três colinas famosas, perdurará a obra de um místico, que envelheceu enfrentando bravamente sua insospitalidade e dominando as iras de seus ferozes elementos.

Albert Schweitzer, sentindo o ambiente tão hostil à espécie humana, não se intimidou, embora.

"Não acuse a Natureza. Ela executou a sua tarefa. Cumpra agora a sua". Lembrou-se, talvez, de Milton no seu deslumbramento e êxtase diante das paisagens soberbas das selvas lendárias.

Desde então, com sobrenatural pendão cumpre a sua gloriosa missão. Era o que tinha a dizer. (Muito bem. Muito bem. Palmas)

## SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

### Ato do Primeiro Secretário

#### PORTARIA Nº 27

O Primeiro Secretário no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, alínea "j", item 2, do Regimento Interno, e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve designar para o Gabinete do Líder do Partido Republicano:

#### Para Oficial:

Philadelpho Seal, Redator, PL-3.

#### Para Auxiliar:

Leilah de Góes Cardoso, Oficial Legislativo, PL-7.

Secretaria do Senado Federal, em 29 de abril de 1963. — Mourão Vieira, 1º Secretário, em exercício.

(\*) Republica-se, por ter saído com incorreções.

### Atos do Vice-Presidente

#### PORTARIA Nº 1, DE 1963

O Vice-Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50, letra "c", do Regimento Interno resolve designar Heitor de Siqueira Lima, Oficial Legislativo PL-7, para a função de seu Secretário.

Senado Federal em 2 de fevereiro de 1963. — Camilo Nogueira da Gama.

(\*) Republica-se por ter saído com incorreções.

#### PORTARIA Nº 2, DE 1963

O Vice-Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50, letra "c" do Regimento Interno, resolve designar Aracy O'Reilly de Souza, Oficial Legislativo, PL-8, para a função de sua Auxiliar.

Senado Federal em 2 de fevereiro de 1963. — Camilo Nogueira da Gama.

#### PORTARIA Nº 3, DE 1963

O Vice-Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50, letra "c" do Regimento Interno, resolve designar José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo, PL-4 para a função de seu Oficial.

Senado Federal, em 2 de fevereiro de 1963. — Camilo Nogueira da Gama.

#### PORTARIA Nº 4, DE 1963

O Vice-Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50, letra "c" do Regimento Interno, resolve designar José João Campelo, Oficial Legislativo, PL-8, para a função de seu auxiliar.

Senado Federal, em 2 de fevereiro de 1963. — Camilo Nogueira da Gama.

#### PORTARIA Nº 5, DE 1963

O Vice-Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50, letra "c" do Regimento Interno, resolve designar Vicente Oliveira de Lara Rezende, Auxiliar Legislativo, PL-9, para a função de Auxiliar.

Senado Federal, em 2 de fevereiro de 1963. — Camilo Nogueira da Gama.

Republica-se, por ter saído com incorreções.

### Atos do Primeiro Secretário

#### PORTARIA Nº 14 DE 1963

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra "j", do Regimento Interno e de acordo com o estabelecido na Resolução nº 8, de 1963, designa para o Gabinete do 1º Suplente, conforme indicação de Sua Excelência:

#### Para Continuo:

João Aureliano Filho, Ajuandte de Porteiro, PL-7.

#### Para Motorista:

José Corrêa Fuzo, Motorista Auxiliar, PL-10.

Secretaria do Senado Federal, em 26 de abril de 1963. — Senador Mourão Vieira, 1º Secretário, em exercício.

#### PORTARIA Nº 15 DE 1963

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 51, letra "j" do Regimento Interno e de acordo com o estabelecido na Resolução nº 8, de 1963, designa para o Gabinete do Líder da Maioria, conforme indicação de Sua Excelência:

#### Para Secretário:

Edith Balassini, Oficial Legislativo, PL-3.

#### Para Oficial

Odenegus Gonçalves Leite, Oficial Legislativo, PL-16.

#### Para Auxiliar:

Mutilo Marroquim de Souza, Redator, PL-3.

Rosa Maria de Barros Carvalho Czarika, Oficial Auxiliar de Ata, PL-4; Edna Borges de Oliveira, Auxiliar Legislativo PL-10.

#### Para Continuo:

Orlando Ayres, Auxiliar de Portaria, PL-8;

Aleixo Ramires Gonzales, Auxiliar de Limpeza, PL-11.

#### Para Motorista:

Luiz Bina Xavier, Auxiliar de Motorista, PL-10;

João Soares da Costa, Auxiliar do Limpeza, PL-11.

Secretaria do Senado Federal, em 26 de abril de 1963. — Senador Mourão Vieira, 1º Secretário, em exercício.

#### PORTARIA Nº 16 DE 1963

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra "j", do Regimento Interno e de acordo com o estabelecido na Resolução nº 8, de 1963, designa para o Gabinete do 1º Vice-Líder da Maioria, conforme indicação de Sua Excelência:

#### Para Oficial

Caludia Add. Passerini, Oficial Legislativo, PL-4.

#### Para Auxiliar

Jacy de Brito Freire, Auxiliar Legislativo, PL-10.

#### Para Continuo:

Oswaldo José da Silva, Auxiliar do Limpeza, PL-11.

#### Para Motorista:

Antônio José Vianna, Motorista-Auxiliar, PL-10.

Secretaria do Senado Federal, em 26 de abril de 1963. — Senador Mourão Vieira, 1º Secretário, em exercício.

#### PORTARIA Nº 17 DE 1963

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 51, letra "j", do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, designa para o Gabinete do 2º Suplente, conforme indicação de Sua Excelência:

#### Para Secretário:

Vilson Taufik Chemale, Auxiliar de Portaria, PL-9;

#### Para Auxiliar:

Orlando Irani Cecconi Brandalise, Auxiliar de Motorista, PL-10;

#### Para Continuo:

Oscar Luiz de Azevedo, Auxiliar de Portaria, PL-9;

#### Para Motorista:

Antônio Augusto Felizola, Auxiliar de Motorista, PL-10.

Secretaria do Senado Federal, em 29 de abril de 1963. — Senador Mourão Vieira, 1º Secretário, em exercício.

#### PORTARIA Nº 18 DE 1963

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 51, letra "j", do Regimento Interno e de acordo com o estabelecido na Resolução nº 8, de 1963, designa para o Gabinete do Líder do PSP, conforme indicação de Sua Excelência:

#### Para Oficial

Ecla Cunha Brea, Oficial Legislativo, PL-7.

#### Para Continuo:

Elpidio Viana, Ajuandte de Porteiro, PL-17.

#### Para Motorista:

José Ribeiro Lima, Motorista, PL-10.

Secretaria do Senado Federal, em 26 de abril de 1963. — Senador Mourão Vieira, 1º Secretário, em exercício.

## PORTARIA Nº 19 DE 1963

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 51, letra "j" do Regimento Interno e de acordo com o estabelecido na Resolução nº 8, de 1963, designa para o Gabinete do Líder do P.T.B., conforme indicação de Sua Excelência:

## Para Oficial

Gilberto Fernandes Alves, Oficial Legislativo, PL-8.

## Para Auxiliar

Aroldo Moreira, Oficial Legislativo, PL-3.

Alpheu Cordeiro dos Santos, Auxiliar Legislativo, PL-10.

## Para Continuo:

Adilson Vieira de Castro, Auxiliar de Limpeza, PL-11.

Secretaria do Senado Federal, em 26 de abril de 1963. — Senador Mourão Vieira, 1º Secretário, em exercício.

## PORTARIA Nº 20 DE 1963

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra "j", do Regimento Interno e de acordo com o estabelecido na Resolução nº 8, de 1963, designa para o Gabinete do Líder da U. D. N., conforme indicação de Sua Excelência:

## Para Oficial

Cláudio Júlio Freitas Carneiro, Auxiliar Legislativo, PL-9.

## Para Motorista:

Lásaro Pereghetti, Auxiliar de Portaria, PL-10.

Secretaria do Senado Federal, em 26 de abril de 1963. — Senador Mourão Vieira, 1º Secretário, em exercício.

## PORTARIA Nº 21, DE 1963

O Primeiro Secretário, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, designa para o Gabinete do Presidente da Comissão de Economia, conforme indicação de Sua Excelência:

## Para Secretário:

— Antônio Corrêa Pacheco, Guarda de Segurança, PL-9.

## Para Auxiliar:

— Ferix Antônio Orro, Guarda de Segurança, PL-9.

## Para Continuo:

— Joaquim dos Santos Ajudante de Porteiro, PL-7.

## Para Motorista:

— Urcy de Oliveira, Motorista-Auxiliar, PL-10.

Secretaria do Senado Federal, em 26 de abril de 1963. — Senador Mourão Vieira, 1º Secretário, em exercício.

## PORTARIA Nº 22 DE 1963

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra "j", do Regimento Interno e de acordo com o estabelecido na Resolução nº 8, de 1963, designa conforme indicação do 1º Suplente, Amélia Magalhães de Mello Vianna Oficial Legislativo, PL-4, para a função de Auxiliar de Sua Excelência.

Secretaria do Senado Federal, em 26 de abril de 1963. — Senador Mourão Vieira, 1º Secretário, em exercício.

## PORTARIA Nº 23 DE 1963

O Primeiro Secretário, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Resolução nº 8 de 1963, designa para o Gabinete do Presidente da Comissão de Finanças conforme indicação de Sua Excelência:

## Para Secretário:

— Ary Feliciano de Araújo, Auxiliar Legislativo, PL-9.

## Para Auxiliar:

— José Miguel da Silva, Auxiliar de Portaria, PL-10.

## Para Motorista:

— José da Silva, Motorista, PL-10. Secretaria do Senado Federal, em 26 de abril de 1963. — Senador Mourão Vieira, 1º Secretário, em exercício.

## PORTARIA Nº 24 DE 1963

O Primeiro Secretário, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, designa para o Gabinete do Presidente da Comissão de Relações Exteriores, conforme indicação de Sua Excelência:

## Para Secretária:

Maria Helena Bueno Brandão, Oficial Legislativo, PL-8.

## Para Auxiliar:

Luiz Renato Vieira da Fonseca, Auxiliar Legislativo, PL-10.

## Para Continuo:

Mário Mendes da Silva, Auxiliar de Portaria, PL-8.

## Para Motorista:

Bertino Lascosch Silva Auxiliar de Limpeza, PL-11.

Secretaria do Senado Federal, em 29 de abril de 1963. — Senador Mourão Vieira, 1º Secretário, em exercício.

## PORTARIA Nº 25 DE 1963

O Primeiro Secretário, no uso de suas atribuições e de acordo com o estabelecido na Resolução nº 8, de 1963, designa José Coutinho de Araújo, Motorista PL-8 para ter exercício no Gabinete do Líder do Partido Libertador conforme indicação de Sua Excelência.

Secretaria do Senado Federal, em 29 de abril de 1963. — Senador Mourão Vieira, 1º Secretário, em exercício.

Republica-se por ter saído com incorreções.

## PORTARIA Nº 26 DE 1963

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra "j", do Regimento Interno e de acordo com o estabelecido na Resolução nº 8, de 1963, designa para o Gabinete do Líder do P.S.D., conforme indicação de Sua Excelência:

## Para Oficial

Maria Regina Coelho Teixeira Auxiliar Legislativo, PL-9.

## Para Auxiliar:

Leda Fialho Diniz Martins, Oficial Legislativo, PL-7.

## Para Continuo:

Geraldo Alves Porto.

## Para Motorista:

Cyro Vieira Xavier Motorista Auxiliar, PL-10.

Secretaria do Senado Federal, em 29 de abril de 1963. — Senador Mourão Vieira, 1º Secretário em exercício.

Republica-se, por ter saído com incorreções.

## Atos do Diretor Geral

## PORTARIA Nº 26, DE 24 DE ABRIL DE 1963.

O Diretor Geral, no uso da atribuição que lhe confere o item 5 do artigo 160 da Resolução nº 6-63 e de acordo com o estabelecido na Resolução nº 8-63, resolve designar para completar o seu Gabinete os seguintes funcionários:

## Para Oficial

Dinorah Corrêa de Sá, Oficial Legislativo, PL-4.

## Para Auxiliar

Glory Soares dos Santos Martins Ferreira, Oficial Legislativo, PL-8.

## Para Motorista:

Expedito Bina, Motorista Auxiliar, PL-10.

Secretaria do Senado Federal, em 24 de abril de 1963. — Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral.

Republica-se por ter saído com incorreções.

## PORTARIA Nº 27, DE 24 DE ABRIL DE 1963.

O Diretor-Geral, no uso da atribuição que lhe confere o item 5 do artigo 160 da Resolução nº 6, de 1960, resolve designar Maria de Lourdes Penna Belizário, Auxiliar Legislativo, PL-10, para substituir Glory Soares dos Santos Martins Ferreira, Oficial Legislativo, PL-8, nas funções de Auxiliar, enquanto durar o seu impedimento.

Secretaria do Senado Federal, em 24 de abril de 1963. — Evandro Mendes Vianna.

Republica-se por ter saído com incorreções.

## MÚTUA PARLAMENTAR

A Diretoria da Mútua Parlamentar comunica o falecimento do ex-Mutuário José de Mendonça Clark.

## PORTARIA Nº 29, EM 26 DE ABRIL DE 1963

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Myriam Gurjão Mello, Oficial Bibliotecário, L-7, para exercer, em substituição, as funções de Chefe da Seção de Administração da Diretoria da Biblioteca, durante o impedimento do respectivo titular.

Secretaria do Senado Federal, em 26 de abril de 1963. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

## PORTARIA Nº 30, DE 29 DE ABRIL DE 1963

O Diretor-Geral, no uso da atribuição que lhe confere o item 5 do artigo 160 da Resolução número 6-60, e de acordo com o estabelecido na Resolução nº 8-63, designa para o Gabinete do Vice-Diretor-Geral Legislativo, de acordo com a indicação do respectivo titular, os seguintes funcionários:

## Para Auxiliar:

Maria Cherubina Costa, Oficial Legislativo, PL-6.

## Para Continuo:

Raymundo Barros da Silva, Auxiliar de Limpeza, PL-11.

Secretaria do Senado Federal, em 29 de abril de 1963. — Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral.

## Atos do Vice-Presidente

## PORTARIA Nº 1, DE 1963

O Vice-Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50, letra "c", do Regimento Interno, resolve designar Heliântho de Siqueira Lima, Oficial Legislativo, PL-7, para a função de 2º Secretário, Particular.

Senado Federal, em 2 de fevereiro de 1963. — Camillo Nogueira da Gama.

## PORTARIA Nº 2, DE 1963

O Vice-Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50, letra "c", do Regimento Interno, resolve designar Aracy O'Reilly de Souza, Oficial Legislativo, PL-8, para a função de sua Auxiliar de Gabinete.

Senado Federal, em 2 de fevereiro de 1963. — Camillo Nogueira da Gama.

## PORTARIA Nº 3, DE 1963

O Vice-Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50, letra "c", do Regimento Interno, resolve designar Jose Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo, PL-4, para a função de seu Oficial de Gabinete.

Senado Federal, em 2 de fevereiro de 1963. — Camillo Nogueira da Gama.

## PORTARIA Nº 4, DE 1963

O Vice-Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50, letra "c", do Regimento Interno, resolve designar José Vaido Campelo, Oficial Legislativo, PL-8, para a função de seu Auxiliar de Gabinete.

Senado Federal, em 2 de fevereiro de 1963. — Camillo Nogueira da Gama.

O Vice-Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50, letra "c", do Regimento Interno, resolve designar Vicente Oliveira de Lara Rezende, Auxiliar Legislativo, PL-9, para a função de seu Auxiliar de Gabinete.

Senado Federal, em 2 de fevereiro de 1963. — Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente.

Republica-se por saído com incorreções.

## Concurso para Taquígrafo de Debates

## RESULTADO DA PROVA Nº 4 (IDIOMA PATRIO)

Inscrição Nº	Nome	Grau
B — 17	Serafim de Oliveira	95,207
B — 4	Lizete de Almeida Castro	19,528
B — 14	Lélia Mascarenhas de Moura	92,475
B — 8	Edson Theodoro dos Santos	92,243
B — 15	Alan Viggiano	91,385
B — 6	Maria Lucia Lopes	86,984
B — 2	Arimar de Oliveira Freitas	85,573

Secretaria do Senado Federal, em 30 de abril de 1963. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.



## RESULTADO DA PROVA Nº 5 (FRANCÊS E INGLÊS)

Inscrição Nº	Nome	Grau
B — 15	Alan Viggiano .....	95,500
B — 8	Edson Theodoro dos Santos .....	92,000
B — 6	Maria Lúcia Lopes .....	91,000
B — 4	Lizete de Almeida Castro .....	90,000
B — 17	Serafim de Oliveira .....	89,000
B — 14	Lélia Mascarenhas de Moura .....	85,500
B — 2	Arimar de Oliveira Freitas .....	70,500

Secretaria do Senado Federal, em 30 de abril de 1963. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

## CHAMADA PARA A PROVA Nº 6 (CULTURA GERAL)

Os candidatos abaixo relacionados ficam convocados para a prova número 6 (Cultura Geral), a realizar-se no dia 4 (quatro) de maio próximo, sábado, às 9 (nove) horas, na Diretoria da Taquigrafia

Inscrição Nº	Nome
B — 15	Alan Viggiano
B — 2	Arimar de Oliveira
B — 8	Edson Theodoro dos Santos
B — 14	Lélia Mascarenhas de Moura
B — 4	Lizete de Almeida Castro
B — 6	Maria Lúcia Lopes
B — 17	Serafim de Oliveira

Secretaria do Senado Federal, em 30 de abril de 1963. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral